



SL

FILHOS DA TERRA - Uma saga paulistana

Estudo de caso sobre invasão

de terreno urbano

Banca Examinadora

Prof. Orientador _____

Prof.: _____

Prof.: _____

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

JAIME ANTONIO SARDI

FILHOS DA TERRA - Uma saga paulistana

Estudo de caso sobre invasão de
terreno urbano



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



282/88



1198800282

Dissertação apresentada ao Curso
de Mestrado em Administração Pú-
blica da EAESP/FGV.

Área de Concentração: Administra-
ção e Planejamento Urbano, como
requisito para obtenção do títu-
lo de Mestre.

Orientador: Prof. Eduardo Mata-
razzo Suplicy

São Paulo - Dezembro de 1987

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
S Data 11.03.88	N.º de Chamada 332.26 (816.11) 5244
N.º Volume 282/88	Registrado por maus

Dir.

e. L

SP-00000575-8

3 :: 711

332.26 (816.11) (076.5)

351.778.5 : 308 : 33 (816.11)

351.778.5 : 304 : (816.11)

SARDI, Jaime Antonio. Filhos da Terra - uma saga paulistana.

Estudo de caso sobre invasão de terreno urbano. São Paulo, EAESP/FGV, 1987, páginas, (Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV - Área de Concentração: Administração e Planejamento Urbano).

Resumo: Reconstitui e avalia o Movimento por Moradia Filhos da Terra que em 1984, inicialmente com 1000 famílias, invadiu uma gleba de terras de propriedade particular na Zona Norte da cidade de São Paulo. Resgata os detalhes e os desdobramentos da invasão coletiva. Tece considerações acerca da presença da Igreja, de Partidos Políticos, da reação governamental, da precariedade dos canais de representação popular, do modelo organizacional e da democracia interna ao movimento. Discute as potencialidades do movimento, suas limitações e o seu possível alcance histórico na consolidação de uma nova ordem social.

Hipótese principal: As ocupações coletivas, maciças e organizadas de terrenos urbanos, em razão da sua estratégia ousada e desafiadora, num contexto de caos habitacional, pressionam com veemência os poderes públicos obrigando-os a democratizar-se, a reconhecer a miséria e a repensar a legitimidade do regime de propriedade privada.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Eduardo Matarazzo Suplicy pela orientação.

Aos professores Esdras Costa, Evelyn Levy, Maria Rita Garcia Loureiro, Maurício Tragtemberg, Polia Lerner, Pedro Jacobi, Ramon Garcia e Ruben Keinert, da EAESP/FGV, pelas sugestões oferecidas.

Aos colegas professores da Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Minas, Departamento de Engenharia Econômica e Gerencial, Álvaro, Joaquim Maia, José Francisco, Marco Antônio e Romério, pelo diálogo e oportunidade oferecidos.

Aos filhos Shemai e Kaê e à esposa Harue Kamia pelo convívio, apoio e estímulo nas horas difíceis.

Aos militantes comunistas da EAESP/FGV, Aluisio, Álvaro, André, Bete, Chico, Cassiano, Eduardo, Erika, João Carlos, Tais, João Luiz, José Nilson, Marcelo (s), Nurik, Rogério, Vitor, e outros companheiros de esquerda pela coragem.

Ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana pela cessão do arquivo que só constituiu em importante fonte de consulta para nosso trabalho.

Aos agitadores populares do Jardim Filhos da Terra, Expedito, José Gildo, Paula, Severino e outros que deixaram seus afazeres para nos oferecer depoimentos.

A Maria José de Oliveira Menezes pela paciente datilografia.

ÍNDICE

Introdução	09
Capítulo I - A Questão da Habitação e o Contexto Paulistano	18
Capítulo II - Invasão de Terrenos - Novo Fenômeno Urbano	32
Capítulo III - Estudo de Caso - Filhos da Terra	37
III.1. Organização do Movimento - Abril de 1983 a fevereiro de 1984.	38
III.2. Invasão, auto-construção e posse - Fevereiro e março de 1984.	60
III.3. A Consolidação de um novo bairro - Jardim Filhos da Terra.	129
Capítulo IV - Elementos para Interpretação do Movimento	143
Capítulo V - Avaliação dos Pressupostos	165
Capítulo VI - Conclusões	172
Bibliografia	176

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O objeto da presente monografia são as invasões coletivas de terrenos urbanos. Pretendemos conhecer um pouco mais desta problemática através do estudo de caso do Movimento por Moradia Filhos da Terra.

Nossa hipótese principal é que as ocupações coletivas, maciças e organizadas de terrenos urbanos, em razão de sua estratégia ousada e desafiadora, num contexto de caos habitacional, pressionam com veemência os poderes públicos obrigando-os a democratizar-se, a reconhecer a miséria e a repensar a legitimidade do regime de propriedade privada.

Na cidade de São Paulo, no primeiro semestre de 1987, trinta mil famílias invadiram terrenos urbanos com o propósito de ali erguer o barraco de moradia. O número de invasões têm crescido desde o início da década de 80. Em 1987 esta cifra assustou o Governo do Estado de São Paulo e causou perplexidade em vários setores da sociedade. A invasão é considerada um flagrante desrespeito à lei da propriedade privada vigente.

Setores conservadores chegaram a temer que a ordem social pudesse vir a ser subvertida. Reclamaram rigor por parte dos órgãos governamentais encarregados de garantir a ordem pública. Exigiram de pronto a punição dos responsáveis e pediram a imediata restauração da autoridade pública, a qual consideravam ameaçada.

Setores mais progressistas torceram pelo sucesso das invasões realizadas nos terrenos vazios ainda restantes na metrópole.

Acendeu-se grande polêmica em torno da questão. De um lado as correntes favoráveis e de outro as contrárias. As primeiras fundamentavam a argumentação em torno da quantida-

de de terrenos ociosos, sem qualquer aproveitamento social, largados à especulação, existentes na cidade, enquanto centenas de milhares de famílias viviam ao relento. As correntes contrárias falavam em respeito à ordem, à lei, à ameaça de "baderna" que potencialmente se instalaria num contexto de desobediência civil. Acrescentava-se que os Movimentos nada tinham de popular, que representavam "massa de manobra" para agrupamentos radicais interessados no chamado "quanto pior melhor".

Tal debate se mantém aceso e se encontra longe de alguma conclusão. São inúmeras as indagações que persistem. O tema é da mais alta relevância, não só pelo número de famílias envolvidas nas invasões como também pelo fato de que os Movimentos de Ocupação costumam pressionar com veemência o poder público, questionando-lhe a legitimidade e desafiando-lhe os aparatos legais. Invadir terreno, num regime de propriedade privada, é colocar em xeque toda organização social montada no modo capitalista de produção.

Até o início da década de 80, conhecia-se três alternativas de moradia para aqueles que não tinham condições de habitar satisfatoriamente. Eram os cortiços, as favelas e os loteamentos clandestinos. Hoje uma quarta alternativa se coloca - é a alternativa da invasão.

Sabemos que na cidade de São Paulo existe uma absoluta escassez de moradias para as chamadas classes populares, só que nem todos os grupos sociais com dificuldades para encontrar moradia recorrem à prática de invasão coletiva. Não existe uma relação direta e mecânica entre identificação da carência e mobilização coletiva. Há diversas variáveis intervenientes na deflagração de uma luta coletiva por moradia. Mesmo internamente, a geração e organização dos movimentos assumem características muito peculiares de um para outro. A luta pode se arranjar de várias maneiras, incorporando ele -

mentos muito diferenciados de movimento a movimento.

As dificuldades que encontramos para tecer generalizações acerca das diversas ocupações coletivas havidas em São Paulo nos últimos anos, forjaram uma opção por estudo de caso. Desta forma, delimitamos nosso estudo sobre o Movimento por Moradia Filhos da Terra.

O estudo de caso tem sempre a vantagem de apreender as micro-relações, o cotidiano e o papel da cultura no desenrolar do processo político, coisa que os instrumentos teóricos de caráter globalizante não conseguem fazer.

Há elementos de contato entre os movimentos de ocupação, não resta dúvida, mas não será nosso propósito neste estudo de caso.

Procuramos integrar dois modos distintos de análise. O primeiro de cunho mais sociológico e político, que procura ver o significado do movimento na sociedade como um todo. E outro de cunho antropológico que se preocupa com o significado do movimento para aqueles que dele participam. Portanto, o primeiro modo pode ser considerado como sendo uma análise "de fora" e o segundo "de dentro" do movimento.

Em uma primeira etapa procuraremos levantar o histórico do Movimento; resgatando-lhe o cotidiano e procurando responder às seguintes principais indagações:

- o que levou os Filhos da Terra a abandonar a passividade, afirmar seu direito à moradia e assumir uma postura de resistência ativa, organizada, reivindicante, ousada, desafiadora?
- quais elementos contribuíram para aglutinar as famílias dos Filhos da Terra com idênticos problemas de moradia? Qual o seu perfil?
- quais foram as respostas que os agentes públicos deram?
- como surgiu a idéia de ocupação, em que contexto? Era esta

- a única alternativa possível naquele momento?
- como se operacionalizou a construção das casas? A demarcação dos lotes? O planejamento das ruas?
 - quais foram os interlocutores dos agentes públicos e dos Filhos da Terra? Qual o teor das negociações?
 - houve participação de assessorias externas ligadas a Parti dos Políticos, entidades religiosas, classistas, etc.?
 - qual a repercussão na sociedade e quais as correntes de opinião favoráveis ou não ao movimento?
 - a questão da democracia interna.

Em uma segunda etapa procuraremos avaliar os resultados, em termos de ganhos, que movimentos do mesmo tipo dos Filhos da Terra podem ter ou não. Se fizermos um balanço para os resultados logrados pelos movimentos que ocuparam terrenos nos últimos anos, o que se nos apresentaria ao final? Quais os ganhos implícitos e explícitos?

Será que tais movimentos, por se darem na esfera da reprodução da força de trabalho, não acabam contribuindo para a manutenção do status quo? Em outras palavras, será que não se busca o pedaço urbano da moradia para continuar vendendo, a preços vis, a força de trabalho? E ainda reproduzindo novos trabalhadores?

O fato de que os movimentos ocupam-se da conquista de serviços específicos - por exemplo, água, casa, luz, esgoto - não significaria que jamais chegarão a influenciar na consolidação de uma nova ordem de relações sociais, com base na democracia, igualdade e autogestão?

Internamente, será que a vivência do movimento pelos sujeitos não traz algum enriquecimento pessoal de, por exemplo, intensificar sua politização? Será que os envolvidos não ampliam, como resultado da experiência no movimento, sua sociabilidade, capacitando-se a formular questões novas?

Pressupostos de Trabalho

Partimos do pressuposto de que o Movimento Social urbano por Moradia Filhos da Terra - mesmo limitado à reivindicações básicas de reprodução da força de trabalho - conseguiu produzir efeitos políticos de alcance histórico. Foi capaz de:

- (a) Internamente estimular a politização e promover o sentido de participação entre os membros envolvidos. Realçar a importância e capacidade de só assumir pessoalmente os atos e as decisões que implicam na construção da vida e do próprio destino.
- (b) Junto aos Poderes Públicos gerar comportamentos ambivalentes e contraditórios ao colocar em xeque, com argumentos irresponsáveis, pelo desafio e pela ousadia, o sistema institucional-econômico vigente. Isto gera respostas qualitativamente transformadas no seio do Estado.
- (c) Junto à sociedade criar correntes favoráveis de opinião. Coloca na ordem do dia a discussão sobre as mazelas e desigualdades sociais promovidas pelo sistema econômico capitalista concentrador que se encontra amparado pelos aparatos legais do Estado. Uma experiência modelar para outros agrupamentos sociais.

Metodologia

A maioria dos dados referentes ao relato histórico sobre os Filhos da Terra foram obtidos através de depoimentos, entrevistas e conversas com as pessoas que se envolveram diretamente com o Movimento - sobretudo membros da Comissão Organizadora.

O arquivo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos

de Vila Paulistana contendo atas, agendas, fotografias e folhetos também se constituiu em importante e valiosa fonte de consulta.

Outros dados foram colhidos da imprensa escrita. Entre 12/03/84 e 29/03/84, o Movimento recebeu tratamento diário por parte dos principais jornais (Folha de São Paulo, Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo, Folha da Tarde, Jornal do Brasil, Diário Popular, O Globo, Diário Popular da Tarde, O São Paulo (arquidiocesano).

Para melhor captar os detalhes da constituição do Movimento, da geração da luta, bem como o cotidiano a partir da ocupação - construção das casas, negociações com os Poderes Públicos, relações com entidades externas, demarcação e distribuição dos lotes, o espírito de resistência, etc. - optei por apresentar um relato em forma de diário, única que se me apresentou viável dada a complexidade e dado o emaranhado de relações envolvidas. Tendo também a vantagem de resgatar os aspectos psico-sociais dos sujeitos.

Por ser fenômeno recente, a ocupação coletiva de terrenos urbanos ou invasão de terras, ainda não foi objeto de reflexão teórica mais aprofundada. Tentativas neste sentido ainda se encontram em fase inicial. Um quadro teórico-explicativo ainda está por ser construído.

Com relação aos Movimentos Sociais, vistos de uma maneira global, há excelentes trabalhos. Para efeitos de nossa dissertação, aproveitamos as reflexões e escritos de Castells, Jacobi e Maria Glória Gohn.

No seu livro - "Cidade, Democracia e Socialismo" - Castells, a partir de estudos concretos minuciosos sobre movimentos sociais da realidade da Espanha, enfoca o potencial de transformação social presente nos Movimentos. Considera-se "escola de luta, de organização e de consciência de grupos

sociais".

Na sua tese de doutoramento - "Políticas Públicas de Saneamento Básico e Saúde e Reivindicações Sociais no Município de São Paulo - 1974-1984" - FFCH-USP - Jacobi sistematiza as principais reflexões em torno de Movimentos Sociais Reivindicatórios até então produzidas; discute o papel dos agentes externos aos movimentos e avalia os seus limites e as suas potencialidades.

NA esfera da habitação, Maria Glória Gohn, em sua tese de livre-docência - "Lutas por moradia popular em São Paulo" - FAU-USP - faz um extenso levantamento histórico das principais estratégias desenvolvidas pelas camadas populares na luta por moradia, desde o início do século, coincidindo com a industrialização. Um capítulo é reservado aos Filhos da Terra.

Os três trabalhos foram os que mais me auxiliaram, servindo de guia para o estudo e o levantamento histórico dos Filhos da Terra.

O conteúdo da dissertação distribui-se da seguinte forma:

Capítulo I - A questão da habitação e o contexto paulistano

Enfoca-se a crônica crise de moradias na cidade de São Paulo, onde 70% dos habitantes moram de forma precária. São apresentados dados numéricos à luz de tentativas teóricas de esclarecimento do problema. Consideramos o problema da moradia como resultado estrutural do modo de organização social capitalista.

Capítulo II - Invasão de Terrenos - Novo fenômeno urbano

Além das favelas, dos cortiços e dos loteamentos clandestinos, surgiu, nos últimos anos, uma forma alternati-

va de moradia para as populações de baixo poder aquisitivo - a ocupação coletiva de áreas na cidade. Consiste no desafio e na violação à lei da propriedade privada vigente.

Somente no ano de 1987, cerca de 100 mil pessoas, somente no primeiro semestre, segundo dados da Arquidiocese de São Paulo, recorreram a esta estratégia para conseguir o seu espaço urbano.

Capítulo III - Estudo de Caso - Filhos da Terra

III.1. Organização do Movimento - Abril de 1983 a fevereiro de 1984.

III.2. Invasão, auto-construção e posse - Fevereiro e março de 1984.

III.3. A consolidação de um novo bairro - Jardim Filhos da Terra.

Capítulo IV - Elementos para interpretação do Movimento

(A) A "surdez" das autoridades e a precariedade dos canais de representação - a tensão institucional.

(B) A percepção das carências - aglutinação e mobilização dos "excluídos" - tomada de consciência.

(C) O papel dos agentes externos - Igreja Católica, Militantes e Parlamentares de Partidos Políticos.

(D) A presença contraditória da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado de São Paulo nas negociações.

(E) A Estrutura Organizacional do MMFT - Características.

(F) A questão da Democracia Interna - Unidade e Igualdade.

Capítulo V - Avaliação dos pressupostos

O Movimento por Moradia Filhos da Terra logrou sucesso na consecução do seu objetivo principal - moradia para as famílias ligadas ao Movimento. Mas além disso, se fizermos um balanço, levando-se em consideração os seguintes itens,

será possível afirmar que houve ganhos de alcance histórico capazes de contribuir para a consolidação de uma nova ordem social?

- (a) politização dos membros envolvidos.
- (b) transformações qualitativas das respostas dadas pelo Estado.
- (c) repercussão junto à sociedade.

Capítulo VI - Conclusões

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

- (a) Descrença total de minha parte em relação ao sistema de poderes constituídos no Brasil. Advindas deste regime político e econômico, não há que se ter expectativas quanto à melhoria das condições de vida da maioria da população trabalhadora brasileira. Aposto positivamente nos grupos populares que decidem levar até às últimas consequências a luta pelos seus próprios objetivos. Quando se vive um regime de gangsterismo declarado, de espoliação, de apropriação inescrupulosa por parte do imperialismo majoritariamente oriundo do capital financeiro norte-americano, não ter sentido discutir legalidades, obediência civil, respeito ao livre jogo de mercado e outras ironias mais.
- (b) Crença nas organizações populares de massa, de combatesis temático, mesmo setorial, à estrutura econômica perversa.
- (c) Proximidade com o objeto de estudo. Acompanhei de perto a luta dos Filhos da Terra.
- (d) Crença de que os Movimentos Sociais, mesmo restritos à reivindicações específicas e setorializadas, podem gerar desdobramentos na estrutura política global da sociedade.

(e) Relevância e atualidade do tema. As invasões coletivas são um fenômeno registrado na década de oitenta e envolvem dezenas de milhares de famílias somente na cidade de São Paulo. Através de lutas como a dos Filhos da Terra podemos ter uma leitura da construção do espaço urbano na capital paulistana. As invasões constituem-se num importante capítulo da história da cidade.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO DA MORADIA E O CONTEXTO PAULISTANO

CAPÍTULO I

A QUESTÃO DA MORADIA E O CONTEXTO PAULISTANO

A questão da moradia é antes de tudo a da sua crise. Para ENGELS¹ a crise da moradia é uma instituição necessária da lógica de funcionamento da organização social capitalista:

Uma sociedade não pode existir sem crise de moradia, quando a grande massa dos trabalhadores só dispõe exclusivamente de seu salário, quer dizer, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução: quando as novas melhorias mecânicas retiram o trabalho das massas de operários; quando crises industriais violentas e cíclicas determinam, por um lado, a existência de um verdadeiro exército de reserva de desempregados e, por outro lado, jogam momentaneamente na rua a grande massa dos trabalhadores; quando estes estão amontoados nas grandes cidades e isto, num ritmo mais rápido do que o da construção de moradias nas circunstâncias atuais e que, por mais ignóbeis que sejam os pardieiros, sempre se encontram locatários para eles; quando, enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também, em certa medida, graças à concorrência, o dever de obter de sua casa, sem escrúpulos, os aluguéis mais altos. Neste tipo de sociedade, a crise da moradia não é um acaso, é uma institui

1-ENGELS, F.-La question du logement (1872)-Ed. Sociales, Paris, 1957, pag. 49.

ção necessária; ela não pode ser eliminada, bem como suas repercussões sobre a saúde, etc., a não ser que a ordem social por inteiro, de onde ela decorre, transforme-se completamente.

Com efeito, de forma nenhuma ousaríamos afirmar que a crise da moradia na cidade de São Paulo é meramente circunstancial. É sim, um fenômeno profundamente arraigado na dinâmica estrutural urbana capitalista. Segundo dados publicados pela Folha de São Paulo de oito de junho de 1986, há pelo menos 7,5 milhões de habitantes morando de forma precária:

Favelados - 650 mil pessoas em 136 mil barracos¹

Encortiçados - 3,4 milhões - "empilhados em 592 mil cômos dos que abrigam em média sete pessoas cada um".

Moradores de loteamento clandestinos - 3,5 milhões.

Tais números indicam que dos onze milhões de habitantes da cidade de São Paulo, quase 70% vivem mal ou em situação irregular.

Para Flávio Villaça², Professor de Planejamento Urbano na FAU-USP, as razões estruturais que impedem o modo capitalista de produção de oferecer habitação docente a todos os membros da sociedade são as seguintes:

- a primeira razão reside no fato de que a habitação está vinculada à terra, ao solo. Isso impede que seja produzida em poucas localizações centralizadas e depois distribuídas aos consumidores. A vinculação territorial dificulta a

1-Na data da publicação a Prefeitura do Município de São Paulo admitia oficialmente que o número de favelados era de um milhão.

2-VILLAÇA, Flávio-O que todo cidadão precisa saber sobre HABITAÇÃO, Cadernos de Educação Política, Editora Global, nº 16, págs. 16 e 17 - São Paulo. 1986.

produção em larga escala para o mercado, ainda mais quando se vive o modo capitalista de produção em que é vital a produção de mercadorias.

- a segunda razão é a propriedade privada do solo que onera significativamente o preço do produto habitação. Isto afasta os pobres para as piores áreas da cidade que lhe são mais acessíveis.

- a terceira razão relaciona-se com o longo período necessário para se produzir e consumir uma habitação; a rotação excessivamente longa do capital investido. O período, expresso pela fórmula Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (D-M-D'), é dado pelo lapso de tempo que separa o investimento de um capital-dinheiro em meios de produção do consumo da mercadoria produzida por esse capital-dinheiro. Envolve portanto o tempo gasto na construção e também o tempo gasto no consumo total da casa.

- a quarta razão tem a ver, segundo Villaça, com o papel da habitação nos custos de reprodução da força de trabalho. Quanto menos da riqueza da sociedade for destinada para vestir, alimentar e abrigar o trabalhador, tanto maior será a parcela dessa riqueza que sobrarã para entrar no circuito da acumulação gerando lucros. Quando mais alto for o chamado custo da reprodução da força de trabalho, maior terá que ser o salário do trabalhador.

A vinculação obrigatória da casa ao solo traz consigo, nas sociedades em que se instituiu a propriedade privada, a especulação imobiliária, um dos fatores a contribuir para a penúria das moradias. A terra urbana detém um valor que depende da sua localização e das melhorias dos serviços públicos - redes de água, luz, esgoto, telefone, asfalto, transporte, hospital, escola etc. A localização privilegia certas áreas socialmente valorizadas e desejadas por sua funcionalidade.

22

dade. E os investimentos públicos em serviços são imediatamente incorporados ao valor da terra elevando-lhe diretamente o preço de venda. Ao investir, o setor público estimula a especulação e em decorrência a apropriação privada. Incentiva a permanência de áreas ociosas à espera da chegada de melhorias que trazem consigo a valorização imobiliária.

Os altos preços dos terrenos, por sua vez, vão afastar as populações de baixo poder aquisitivo para a periferia cada vez mais distante. Na distância exata que a sua renda lhes permite o acesso.

Pedro JACOBI, Professor de Planejamento Urbano da EAESP/FGV¹, chama este fenômeno de periferização das classes populares:

"O processo de expansão urbana da cidade de São Paulo, onde grandes espaços são retidos visando a valorização da terra, tem gerado uma crescente periferização das classes populares. Na medida em que o processo de distribuição de benefícios é desigual e segregado, vastas áreas que já receberam benfeitorias públicas permanecem socialmente ociosas enquanto simultaneamente, dados os constantes aumentos no preço da terra, se torna cada vez mais restritiva para a maioria da população a apropriação de um terreno urbano".

Além de gerar intensa especulação imobiliária e afastar as classes populares para a periferia, este modelo capitalista de apropriação do espaço urbano produz uma configuração espacial extremamente segregada e rarefeita na qual as distâncias ficam cada vez maiores. As linhas de ônibus devem

1-JACOBI, Pedro-"Exclusão Urbana e Lutas pelo Direito à Moradia", in: Revista Espaço & Debates, nº 7, pág. 54.

constantemente ser estendidas, aumentando consideravelmente o tempo gasto em viagens. Os custos de urbanização sob em escalada; há que levar redes de água e asfalto, por exemplo, a distâncias cada vez maiores.

Com efeito, a mancha urbana da Região Metropolitana possui, atualmente mais de 1500 quilômetros quadrados, nove vezes a constatada em 1930. Somente na década de 70 ela se expandiu em 470 quilômetros quadrados¹.

Somente na cidade de São Paulo, a terra ociosa atinge mais de 24.250 hectares, e que representa aproximadamente 45% da terra total existente. (Folha de São Paulo, 10/06/81)

A necessidade que o capitalismo tem de rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho é outro elemento dentro do quadro de crise estrutural da moradia.

A chamada dilapidação da força de trabalho, rebaixando as condições de moradia e de vida urbana em geral, têm sido praticadas com relativa facilidade no Brasil. Para Flávio Villaça:

"...havendo trabalhadores sobrando e sendo precário o seu nível de organização política, a burguesia pode conseguir aumentar o nível de exploração da força de trabalho através de vários estratagemas. Um deles (...), é através da redução das condições da vida urbana e de moradia. Acontecia coisa semelhante na escravatura. Em princípio não interessava ao senhor explorar de tal forma o escravo a ponto de levá-lo à morte, embora isso pudesse ser socialmente aceito. Porém, havendo escravo sobrando, podia ser interessante na lógica do senhor, levar à morte, por exemplo, os mais velhos, que

1-KOWARIC, Lúcio-"Expansão Metropolitana e suas Contradições em São Paulo-In:Cadernos do CEAS - nº 102 - pág.15 - Salvador, 1986.

por menos que consumissem, ainda gastavam mais do que produziam.

No Brasil, como nos países do Terceiro Mundo em geral, tem havido, por razões históricas (...) uma grande "sobra" de trabalhadores, especialmente dentro os de baixa qualificação. Essa sobre é o que se costuma chamar de exército de reserva, cujo desenvolvimento o capitalismo procura estimular através de várias estratégias, um dos quais é a migração. Esse exército de reserva serve a um duplo objetivo burguês: em primeiro lugar permite um rebaixamento (absoluto ou relativo) do padrão de vida do trabalhador, a redução (absoluta ou relativa) de seu salário".¹

Enquanto o valor dos salários dos trabalhadores se reduziu a cerca de um terço entre 1959 e 1984, o preço do metro quadrado de terreno chegou a triplicar². As possibilidades para aquisição de um pedaço de chão por parte dos trabalhadores vem sendo decrescentes. A Tabela 1 mostra a queda vertiginosa da remuneração dos trabalhadores através do tempo necessário para aquisição da ração essencial.

1-VILLÇA, Flávio-O que todo cidadão precisa saber sobre HABITAÇÃO. Série Cadernos de Educação Política, Ed. Global, nº 16, pág. 17. São Paulo, 1986.

2- KOWARIC, Lúcio-"Expansão Metropolitana e suas Contradições em São Paulo-In:Cadernos do CEAS - nº 102 - pág. 15 Salvador, 1986.

**TEMPO NECESSÁRIO
PARA A COMPRA DA
RAÇÃO ESSENCIAL
(MÉDIAS ANUAIS)**

1959	66 horas e 05 minutos
1960	81 horas e 30 minutos
1961	71 horas e 54 minutos
1962	94 horas e 48 minutos
1963	98 horas e 20 minutos
1965	88 horas e 16 minutos
1966	109 horas e 15 minutos
1967	105 horas e 16 minutos
1968	101 horas e 35 minutos
1969	110 horas e 23 minutos
1970	105 horas e 13 minutos
1971	111 horas e 47 minutos
1972	119 horas e 08 minutos
1973	147 horas e 04 minutos
1974	163 horas e 32 minutos
1975	149 horas e 40 minutos
1976	157 horas e 29 minutos
1977	141 horas e 49 minutos
1978	137 horas e 37 minutos
1979	153 horas e 04 minutos
1980	157 horas e 31 minutos
1981	149 horas e 40 minutos
1982	131 horas e 30 minutos
1983	172 horas e 10 minutos

Anos	Índice
1959	100,00
1960	125,22
1961	110,47
1962	145,66
1963	151,09
1964	-
1965	135,62
1966	167,80
1967	161,74
1968	156,08
1969	169,60
1970	161,60
1971	171,75
1972	183,05
1973	225,97
1974	251,27
1975	229,96
1976	241,97
1977	217,90
1978	211,45
1979	235,00
1980	242,04
1981	229,97
1982	201,72
1983	271,06
1984	298,06

F.

Dieese/Cogep

1984

O Plano Habitacional do Município de São Paulo, de agosto de 1983, traz uma tabela de distribuição da renda familiar para as populações residentes em cortiços e favelas. E, segundo análise de rendimentos e gastos familiares relatados no mesmo Plano, a população carente de renda inferior a 2 salários mínimos (65% dos favelados e 27,8% dos encortiçados) não demonstra condições mínimas de aquisição de uma moradia¹.

1-Citado por ALBUQUERQUE, M.C.C. de-Habitação Popular: Avaliação e Propostas de reformulação do SFH. In:Rev. Estudos Econômicos - São Paulo, jan-abr.86. pág. 80.

REDA FAMILIAR EM FAVELAS E CORTIÇOS - SÃO PAULO

Favelados		Encortiçados	
Faixa de Renda (S.M.)	% dos Residentes	Faixa de Renda (S.M.)	% dos Residentes
0 - 1	19	0 - 2	27,8
1 - 2	46	0 - 4	41,0
2 - 3	21	4 - 7	22,2
3 - 5	12,5	7 - +	9,0
5 - 7	1,5		

Fonte: SEMPLA/SEHAB/FABES Plano Habitacional do Município de São Paulo - Agosto, 1983

Outro elemento a contribuir para a enorme defasagem entre construção e necessidades de moradia é o longo tempo necessário para a maturação do investimento. Em relação às demais mercadorias, a casa demora muito para ser produzida e também para ser consumida. Para a maioria das mercadorias o investidor recebe rapidamente a quantia aplicada mais o excedente, o seu lucro. O ciclo de rotação do capital, ou seja, o retorno do valor inicial para quem investe em moradia é extremamente lento.

É portanto uma atividade desinteressante do ponto de vista da lucratividade. Quanto mais lenta a rotação, menos vezes o capital será reinvestido e menos ele crescerá.

Para tentar superar esta dificuldade, o capitalismo desenvolvido criou mecanismos de financiamento. Trata-se de um artifício intermediário entre a produção e o consumo. Permite adiantar o capital inicialmente investido.

Marx assinalou este processo:

"Nos estágios menos desenvolvidos da produção capitalista não se realizam, por métodos capitalistas, os empreendimentos que exigem longos períodos de trabalho, portanto grande dispêndio de capital por longo prazo... Por exemplo, na construção de casas, o parti

FILHOS DA TERRA - Uma saga paulistana

Estudo de caso sobre invasão

de terreno urbano

Banca Examinadora

Prof. Orientador _____

Prof.: _____

Prof.: _____

21

cular para quem se constrói a casa, faz pagamentos parcelados ao construtor... Mas na era capitalista desenvolvida, quando capitais imensos se concentram nas mãos de alguns e surge o capitalista associado ao lado do capitalista singular, expandindo-se ao mesmo tempo o sistema de crédito se excepcionalmente constrói um empresário capitalista por encomenda individual de particulares"¹.

Marx fala apenas do longo período de produção da mercadoria, mas o mesmo se aplica a mercadorias que apresentem longo período de consumo. Para a moradia, ambos períodos são longos.

No Brasil, a casa-mercadoria se encontra demanda solvável entre as famílias de maior poder aquisitivo. A grande parcela da população, pertencente às chamadas classes populares, se encontra sistematicamente excluída deste mercado. Conforme dados que apresentamos anteriormente, referentes a 1986, cerca de 70% da população da cidade de São Paulo (7,5 milhões de um total de onze) encontra-se nesta situação. Isto é, impossibilitada de adquirir sua casa pelos métodos convencionais de mercado.

Os cortiços, as favelas, os loteamentos clandestinos e os terrenos invadidos acabam sendo os únicos espaços urbanos permitidos para estes 7,5 milhões de habitantes da cidade de São Paulo.

Os investimentos públicos no setor habitação são absolutamente irrisórios diante da grandeza da demanda. Além do que, obedecem à lógica da auto-sustentação financeira das agências públicas, permitindo acesso à moradia somente às

1-MARX, Karl - O CAPITAL - Capítulo XII - 2º livro-Civ.Bras. RJ.

20

famílias cuja renda é relativamente estável e cujo patamar sempre fica acima dos três salários mínimos.

Vamos tratar brevemente de cada uma das modalidades precárias de moradia em São Paulo - cortiços, loteamentos clandestinos, favelas e invasão de terrenos. Para tanto baseamo-nos em excelente artigo de autoria de Pedro JACOBI¹:

A - Cortiços

Ligada aos primórdios do processo de industrialização iniciado no final do século passado, o cortiço é a modalidade de habitação popular mais antiga em São Paulo. Caracteriza-se pela subdivisão de uma edificação em vários cômodos que são alugados a diferentes famílias. Implica num superaproveitamento do espaço. Via de regra as instalações sanitárias são de uso comum.

Em 1986, os encortiçados eram aproximadamente 3,4 milhões de pessoas, cerca de 30% da população da cidade. Moravam em 592 mil^{mil} cômodos com média de sete pessoas em cada um².

Os encortiçados têm aumentado porque é cada vez maior o número de pessoas, que por não poder arcar com o preço dos aluguéis de pequenas casas e apartamentos, trocam-nos por cortiços.

Mais de 80% das velhas residências ou casarões da área central da cidade foram transformados em cortiços. Também nas áreas intermediárias entre o centro e a periferia começaram a aparecer os cortiços.

O cortiço é um negócio altamente lucrativo para quem o explora. Seus locadores inescrupulosamente exigem três me -

1-JACOBI, P.R.-Exclusão Urbana e Lutas pelo Direito à Moradia. In: Espaço & Debates. São Paulo, 1982-nº 7, pág. 7 e seguintes.

2-FOLHA DE SÃO PAULO-"Em São Paulo, 7,5 milhões moram de forma precária"-08/06/86 - Reportagem de Cláudio Oliveira.

ses de depósito adiantado e não o devolvem quando o inquilino deixa o cômodo.

Para JACOBI, os cortiços "são verdadeiros espaços de degenerescência urbana".

B - Loteamentos clandestinos

Segundo dados levantados pela Folha de São Paulo (08/06/86), há 3,5 milhões de pessoas morando em loteamento clan-destinos na cidade de São Paulo. É uma forma irregular e precária de moradia na medida em que o morador não detém a posse definitiva e legal do terreno que ocupa.

Calcula-se existir por volta de 3.500 loteamentos clan-destinos que ocupam uma área de 34 mil hectares dos 60 mil hectares de área urbana. (FSP-13/01/80) Isto significa 50% do espaço da cidade. Há processos pendentes no Poder Judiciário à espera de solução definitiva, há mais de 20 anos.

Pode haver várias razões para que um loteamento não se enquadre à legislação urbanística e seja considerado clan-destino:

- desobediência de posturas que dispõem sobre arruamentos, reserva de área livre, tamanho mínimo do lote, etc.

- Grilagem. Imobiliárias que loteiam glebas sem efetivamente serem proprietárias, vendendo o que não lhes pertence

O comprador só toma conhecimento de que foi ludibriado pelo empreendedor de loteamentos quando tenta conseguir a escritura definitiva junto ao cartório.

Na medida em que as posturas municipais impõem condições mais rigorosas à aprovação de loteamentos, a burla à lei aumenta. Enquanto o loteador trabalha com a expectativa de lucro máximo a curto prazo, a legislação faz uma série de exigências que tornam o processo de aprovação do loteamento extremamente demorado, burocratizado e custoso. As exigências

vão desde o tamanho e declividade do lote, até à largura das ruas.

A partir do começo da década de 70, diante do rigor da legislação, o número de loteamentos aprovados foi insignificante. Sem aprovação e não tendo a população de baixa renda outras opções, continuou-se a erguer improvisadamente casas autoconstruídas na periferia.

Segundo JACOBI, "O Estado tem guardado geralmente a maior isenção e distanciamento possível face as transgressões da norma jurídica por parte dos loteadores. O governo deliberadamente se exime frente a ação da iniciativa privada que aparenta oferecer a solução possível aos problemas de moradia das classes subordinadas".

C - Favelas

Em 1986, a Prefeitura do Município de São Paulo admitiu oficialmente a existência de um milhão de favelados na cidade.

Morar em favela implica, segundo KOWARIC¹, em "preços altíssimos, pois a favela representa um grau de precariedade habitacional que em muito compromete o nível de vida dos seus moradores. Cerca de 60% dos aglomerados estão localizados em terrenos frequentemente sujeitos a inundações ou desabamentos. A grande maioria dos barracos não está ligada à rede de esgotos, nem possui outros sistemas de esgotamento sanitário, mais de 80% são desprovidos de água encanada, nem possuem coleta de lixo, além da precariedade inerente às condições de habitabilidade".

Os materiais empregados na construção de barracos são

1-KOWARIC, Lúcio - O cortiço em São Paulo: sua história e a atualidade mimeografado. 1981 (et alli)

pedaços de madeira encontrados no lixo, placas de anúncios, plásticos, papelões e restos de caixotes de madeira. Daí se depreende as péssimas condições de moradia.

D - Invasão de terrenos urbanos

A invasão coletiva é uma modalidade surgida recentemente (1980) e que trataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

INVASÃO DE TERRENOS

NOVO FENÔMENO URBANO

INVASÃO DE TERRENOS

NOVO FENÔMENO URBANO

A partir de agosto de 1981 um novo fenômeno se incorpora à dinâmica urbana da Região Metropolitana da Grande São Paulo. São as ocupações coletivas de terrenos urbanos.

É tempo de crise econômica, de recessão, de desemprego e de arrocho salarial violento. Diariamente um vasto número de trabalhadores é dispensado das fábricas e engrossa o contingente de desempregados. Centenas de milhares de famílias, impossibilitadas de continuar pagando aluguel, são despejadas e vão se instalando como podem nas dezenas de favelas que são parte do cenário da metrópole. E as favelas vão se inchando até o ponto de saturação.

O primeiro sintoma a revelar a gravidade da situação surgiu em uma reunião de 27 Associações de Bairro e Comunidade Eclesiais de Base na região de Campo Limpo, Zona Sul da Cidade. Diante da surdez das autoridades e não havendo mais espaços disponíveis nas favelas para construção de novos barracos, cogitou-se pela invasão de áreas desocupadas.¹

As três primeiras invasões foram silenciosas e sem grandes repercussões junto a imprensa. Da primeira participaram 70 famílias e da segunda, 150. Em 30 de agosto de 1981, a terceira invasão contou com 400 famílias em busca de seu pedaço de chão.

Mas, segundo Pedro Jacobi², "o estopim que desencadeou a reação oficial se deu no domingo de 6 de setembro de 1981, quando mais de

1-JACOBI, Pedro, in: Exclusão Urbana e Lutas pelo Direito à Moradia. Revista Espaço & Debates, nº 7, pag. 67. SP - 1982.

2-Idem.

três mil pessoas, com enxadas, facões e facas, invadiram a Fazenda Itupu, uma área de 26 alqueires pertencentes ao governo no Jardim Alto da Riviera na Zona Sul e abriram um rápido loteamento começando a construir suas casas. A polícia foi chamada mas não conseguiu deter os invasores e prender os líderes que formavam uma comissão organizadora. No fim da tarde o loteamento estava pronto: os lotes de 10 x 25 metros já haviam sido demarcados pelos novos moradores".

Para consolidar a posse foram construídos pequenos cômodos de blocos e em 8 de setembro toda área já estava demarcada em cerca de 2 mil lotes.

No dia 11 de setembro uma tropa com cerca de três mil policiais armados executou uma ordem judicial do despejo e todas as famílias foram desalojadas. (Folha de São Paulo - 12/09/81).

Não obstante ao insucesso da ocupação da Fazenda Itupu, novas tentativas começaram a ser feitas na região e noutros bairros.

Em primeiro de outubro de 1981, na zona Leste, cerca de 2500 famílias lograram sucesso na luta pela conquista de um pedaço de chão. A área que foi ocupada recebeu inicialmente o nome de Vila Malvinas e mais tarde oficializou-se o nome de Vila Primeiro de Outubro. Tal ocupação, ou melhor, o sucesso de tal ocupação abriu espaço para uma nova modalidade de prática social, qual seja a de ocupar coletivamente áreas ociosas na Região Metropolitana da Grande São Paulo.

Segundo dados da Arquidiocese de São Paulo, publicados pela Folha de São Paulo de 16 de abril de 1987 - somente na Zona Leste da Cidade e Itaquaquecetuba, no início do ano de 1987 - cerca de 30 mil famílias recorreram a esta prática na tentativa de conseguir seu pedaço de chão. As áreas ocupadas somam 222 e número de pessoas chega a 100 mil¹.

1-Guaianases - 13 áreas - 3.411 famílias
Itaim Paulista - 41 áreas - 8.809 famílias
S. Miguel Paul. - 120 áreas - 8.092 famílias
Er. Matarazzo - 20 áreas - 7.536 famílias
Ponte Rasa - 06 áreas - 789 famílias
Itaquera - 09 áreas - 328 famílias
Artir Alvim - 06 áreas - 616 famílias
Cangaíba - 01 área - 200 famílias
Itaquaquecetuba - 06 áreas - 2.200 famílias.

O Movimento por Moradia Filhos da Terra, objeto da presente monografia, surgiu em abril de 1983, no bojo da recessão econômica - quando havia na grande São Paulo cerca de um milhão de desempregados¹, montante correspondente a 15% da população economicamente ativa e quando cerca de 100 mil pessoas³ eram mensalmente despejadas das casas por falta de pagamento de aluguel - representava, nada mais nada menos, a tradução de um quadro de desespero vivido pelos trabalhadores de baixa renda. O Partido de Oposição, PMDB, acabara de assumir os governos Estadual e Municipal. Tinha sido depositário de expectativas e utopias. Incapaz de implementar as promessas de campanha, respondia às demandas com o discurso desgastado da falta de recursos e afirmava que a solução do problema habitacional era responsabilidade do Governo da União.

A frustração popular gerada acabou configurando um quadro de descrença generalizado. Desde os seus primeiros momentos, o Movimento por Moradia Filhos da Terra sempre teve uma atitude de descrença em relação a soluções advindas da Prefeitura e do Estado. Já nas primeiras reuniões do Movimento era comum ouvir-se manifestações do tipo: "A Secretária (Marta Godinho, de FABES) está nos enrolando". Ou então: "Já esperamos demais, vamos invadir logo".

A dissonância entre reivindicações e respostas efetivas, num quadro de expectativas frustradas coincidente com o agravamento das condições de vida, só faz aumentar a distância entre o que é percebido como legítimo por amplos segmentos sociais e o mundo legal dos aparatos dominantes. (Kowaric)

A ocupação de terrenos urbanos constitui-se num distanciamento entre o legal e o legítimo. Coloca em xeque a legislação vigente. Ora, a ocupação é o último recurso para quem está desempregado e sem

2-KOWARIC, Lucie - CEAS - nº 102 - Mar/Abr. 86 - pág. 12.

3-Secretário de FABES - Marta Godinho. Diário Popular de 27.03.84 - "Santa Casa vai vender e financiar sua área aos invasores de Jaca^u - Final feliz para os Filhos da Terra".

condições de arcar com despesas de aluguel. A necessidade de sobreviver está infinitamente acima do direito que alguns poucos possuem de manter áreas ociosas à espera de valorização imobiliária. Felizmente esta idéia vem encontrando amplo apoio em diversos setores sociais. Correntes de opinião favoráveis de apoio a tal prática vêm ganhando força.

Pedro Jacobi, acertadamente expõe sua versão: "As invasões tocam fundo nas raízes de sustentação do sistema econômico e político vigente, pois mexeram com a questão da propriedade privada, tornando inelutáveis mudanças na legislação do uso da terra e colocaram em pauta dois temas contrapostos: o de direito à habitação e o de direito à propriedade. A visão clássica assegura ao proprietário o direito de usufruto da propriedade e sob essa ótica as ocupações representam violação grave. Entretanto, as inaceitáveis condições de vida dos pobres das cidades, que um sistema desigual não fez senão acentuar, modificam o enfoque da questão. A resolução do problema sob uma ação policial, mesmo em cumprimento de ordem judicial, se não resolve a questão como acirra as condições objetivas que geraram e continuam a gerar estes fatos. Os pobres dentre os pobres da cidade não têm outra alternativa senão ocupar espaços de terra sob os riscos de sua expulsão, dado que a maioria da população de baixa renda está sistematicamente excluída dos programas habitacionais do governo¹.

Passo ao relato histórico dos Filhos da Terra.

1-In: Exclusão Urbana e lutas pelo direito à moradia. Rev. Espaço e Debates - nº 07 - SP - pág. 69.

CAPÍTULO III

ESTUDO DE CASO - FILHOS DA TERRA

III.1. Organização do Movimento - Abril de 1983 a fevereiro de 1984

III.1 - ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO - ABRIL DE 1983 A FEVEREIRO DE 1984

SÃO PAULO, ABRIL DE 1983

Maria da Penha viera do Nordeste para São Paulo e morava em casa alugada. Ficou grávida, perdeu o emprego, e, na Sexta-Feira da Paixão de 1983, foi despejada. Durante alguns dias andou pela cidade a procura de espaço para morar. Fez várias tentativas para armar um barraco em terrenos desocupados. Em nenhuma logrou sucesso. Quando não era o pessoal da Administração Regional que o derrubava, eram os próprios vizinhos: "- aqui não. Se armar o barraco aqui, chamaremos a polícia". Acabou se alojando numa garagem.

Maria Marilena morava em casa alugada sem água e sem luz. Pagava pontualmente o aluguel, a água e a luz, mas o proprietário não efetuava pagamentos à SABESP e à ELETROPÁULO. Resultado: o fornecimento estava cortado. Com três filhos pequenos, Maria Marilena queixava-se de que estavam sempre doentes. A casa era úmida e nas chuvas fortes a água invadia tudo. "As lesmas andam pelas paredes", chegou a comentar.

Maria José e Maria Severina também pagavam aluguel de casas localizadas em ruas sem rede de água e de luz. Maria José chegou a juntar madeiras para erguer seu barraco mas acabou desistindo por causa do preconceito dos vizinhos e aos poucos o material foi sumindo.

A situação de Maria Aparecida era a mais grave de todas. Viúva, três filhos menores, depois de longa viagem do Nordeste para o Rio de Janeiro e do Rio para São Paulo, morou na favela de Vila Nova Cachoeirinha. Seu barraco caiu e passou a morar com parentes que estavam se preparando para mudar para o Nordeste. Em uma semana ficaria na rua com seus

três filhos. Ameaçada de desabrigo foi procurar a Secretaria da Família e Bem Estar Social - FABES - Superintendência Regional de Santana, localizada à rua Olavo Egídio. Aconselham-na a procurar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana - CDDH/VP¹. Aproveitaram para alertar Maria Aparecida de que se erguesse barraco em terreno municipal, deveria fazê-lo durante a noite.

No CDDH/VP, Maria Aparecida fez um relato do seu drama. O assunto foi remetido aos paroquianos mais assíduos. Em poucos dias se juntou material necessário para erguer um barraço.

Na noite do dia 14 de abril de 1983, cerca de vinte pessoas em mutirão ergueram o barraco de Maria Aparecida. Ficava às margens do córrego Piqueri, arredores da Igreja Nossa Senhora do Carmo de Vila Paulistana. Na mesma noite foi possível descansar no barraco.

- Eu nunca vou esquecer este dia, disse Maria Aparecida².

Um movimento por habitação, chamado posteriormente de Movimento Beira Rio de Habitação, surgiu com o barraco de Maria Aparecida.

Por três vezes a polícia derrubou o barraco que era levado por caminhões da Administração Regional. Mas a insistência acabou vencendo, depois da quarta reconstrução ninguém mais o derrubou.

O apoio que Maria Aparecida recebeu da Paróquia de

1-O CDDH/VP ficava instalado em uma sala da Igreja Nossa Sra do Carmo de Vila Paulistana desde 1977. Ainda hoje (1987) se encontra no mesmo local. São ligados à Arquidiocese de São Paulo, e por ela mantidos, todos os 25 centros existentes na cidade. Em 1983 o Padre Olívio José Bedin era o Presidente do CDDH/VP enquanto o Padre Raimundo Lispki, polonês era o pároco. Vanderlei Dambrês era o Secretário do Centro.

2-CDDH/VP-O Direito Sagrado à Moradia, in O SÃO PAULO de abril de 1983.

Vila Paulistana acabou tendo um desdobramento inesperado. Muitas pessoas começaram a afluir ao CDDH/VP na expectativa de também obter algum apoio para suas dificuldades de habitação. Correria notícia de que o padre distribuía terrenos para erguer barracos.

Diante do crescente aluxo de famílias com problemas de habitação, o CDDH/VP adotou o seguinte procedimento de acordo com relatório manuscrito e arquivado no próprio Centro:

1. Ouvir a história de cada uma, que geralmente era longa, comovente, de dor, sofrimento, de insegurança e muito real.
2. Dizer a cada uma que ninguém ali estava distribuindo terra.
3. Convidar para fazer parte da reunião onde iria se discutir o problema juntos e juntos tentar encontrar saída.
4. Pegar o nome e endereço de cada família.

A afluência de pessoas assumiu proporções inesperada e durante a Missa Dominical de 24 de abril de 1983, o padre Raimundo Lipski lançou publicamente a idéia de se organizar "uma luta pela moradia". A esta Missa compareceram Maria da Penha, Maria Aparecida, Maria Marilena, Maria José e Maria Severina. Na cerimônia chamada de "partilha da palavra" elas testemunharam suas dificuldades cotidianas de vida.

Uma vez lançado o desafio pelo líder religioso da comunidade de Vila Paulistana e identificada coletivamente a dificuldade de moradia de cada fiel presente, começava embrionariamente a organização da luta por moradia.

O CDDH/VP, de posse dos primeiros cadastros, passou, através do Padre Bedin e do Secretário Vanderlei, a visitar e a reunir periodicamente no Salão Paroquial as famílias em busca de terra e teto.

Sobre este período inicial do movimento, o relatório manuscrito do CDDH/VP, assim se manifesta:

- Nas primeiras reuniões tinha pouca gente. A teimosia de alguns foi trazendo outros companheiros. Com o nome e endereço na mão era possível visitar as famílias e incentivar para que participassem das reuniões.

Sem muito entusiasmo e "crença" mais e mais gente foi se achegando e se animando mutuamente.

Devagar e sempre o grupo foi crescendo. Os primeiros passos foram no sentido de conseguir material para construção de barracos na beira do córrego Pique-ri. Alguns conseguiram material para construção de um barraquinho com a FABES, mas não tinham onde construir. FABES só liberava material se a família tinha onde construir. Exigimos que o material fosse liberado, depois decidiríamos como fazer.

Sendo que nem FABES, nem Prefeitura arrumava lugar, as próprias famílias, em conjunto decidiram construir os barracos na beira do córrego, mesmo sabendo que aquela não era a melhor solução mas a única saída possível no momento, para quem estava no desespero de não ter para onde ir.

SÃO PAULO, JUNHO DE 1983.

Ao barraco de Maria Aparecida à beira do córrego Pi-queri vieram somar-se outros dois. Era dia 19 de junho de 1983, domingo. As famílias de Maria José e Maria Marilena, os maridos João e Rogério respectivamente, chegaram ao local combinado às quatro horas da manhã trazendo os filhos e a mudança. Com eles vieram vários jovens da comunidade trazendo o material para erguer em mutirão os dois barracos.

Antes das nove horas da manhã, com o sol esquentando, ficaram prontos os barracos.

O Movimento Beira Rio por habitação traduzia-se no concreto a três barracos de três Marias.

Em junho continuaram as reuniões a cada 15 ou 20 dias. Segundo Vanderlei, Secretário do CDDH/VP, o grupo duplicava seu número de participantes em cada reunião.

A Associação dos Moradores da Zona Norte e a Associação dos Trabalhadores da Zona Norte foram convidadas pelo CDDH/VP a apoiar o movimento por habitação. Aceitaram e começaram a participar das assembléias e reuniões que segundo Vanderlei tinham o seguinte teor:

- Nas assembléias, reuniões, se cantava, rezava, se refletia a partir dos problemas enfrentados por todos os trabalhadores, se estudava juntos com slides, filmes, troca de experiência com outros movimentos para entender melhor o porquê dos problemas: porque existe tanta gente sem terra e tanta terra sem gente. Se refletia essa realidade à luz da fé e todos iam crescendo num pensamento só:

- temos direito de viver dignamente
- a terra é de todos
- a terra é de Deus
- Unidos somos fortes

- amando os companheiros e com fé em Deus vamos
vencer.

SÃO PAULO, OUTUBRO DE 1983

No mês de outubro já havia 200 famílias participando das reuniões e assembléias. A "notícia" de que o plantão do CDDH/VP inscrevia pessoas para "ganhar" um terreno se espalhava cada vez mais. Chegou a haver fila junto à Igreja Nossa Senhora do Carmo de Vila Paulistana.

O movimento assumira uma amplitude tal que o CDDH/VP optou por fazer eleger uma Comissão Organizadora capaz de encarregar-se dos trabalhos de mobilização e cadastramento.

A Comissão Organizadora eleita em assembléia de 26 de outubro tinha a seguinte composição: (30 pessoas)

- 1 - PAULA FERREIRA LIMA, 25 anos, casada, sem filhos, metalúrgica desempregada, Militante do Partido dos Trabalhadores, Pastoral Operária, moradora de Vila Paulistana.
- 2 - JOSÉ GILDO GOMES, 37 anos, pintor, desempregado, dois filhos, subcomissão de Segurança, (foi cozinheiro do acampamento dos "sem-terra" no Parque Ibirapuera) Morador de aluguel-Furnas.
- 3 - EXPEDITO ALFREDO DOS SANTOS, 32 anos, 6 filhos, gesseiro desempregado, morador de aluguel no bairro de Furnas, subcomissão de Imprensa.
- 4 - SEVERINO MARTINS SOBRINHO, 39 anos, 7 filhos, caseiro e ajudante geral de um convento no Mandaqui. Demitido pelas freiras por seu envolvimento na ocupação depois que seu nome começou a aparecer nos jornais. Subcomissão de Terreno. Analfabeto. Fez os projetos de arruamento na área ocupada.
- 5 - Lauro Câmara Marcondes, 24 anos, estudante de Direito na PUC, Presidente da Associação dos Moradores da Zona Norte,

filiado ao PT, casado com Marilda Mazzini, suplente de Deputado Estadual pelo PT, na prática foi o advogado do Movimento. Não morou na área ocupada.

- 6 - Vanderlei Dambrós, 32 anos, 2 filhos, secretário do CDDH/VP. Encaminhou as primeiras reuniões do movimento. Não morou na área ocupada.
- 7 - ODONILZA DA SILVA PEDRO, 35 anos, casada, 5 filhos, dona de casa e diarista. Moradora de aluguel na Vila Paulistana.
- 8 - JOSÉ M. DA SILVA, servente de pedreiro, um filho. Registrado com salário mínimo na carteira (Cr\$56.400). Pagava aluguel de Cr\$35.000. Trabalhou na subcomissão de Segurança.
- 9 - CACILDA MENEZES, 9 filhos, dona de casa, 45 anos, moradora de aluguel em Guarulhos. Trabalhos na Subcomissão de Alimentação.
- 10 - ANTÔNIO MENEZES, 50 anos, pedreiro sem trabalho, 9 filhos, morador de aluguel em Guarulhos. Trabalhou na Subcomissão de Transporte.
- 11 - LUIZ CUSTÓDIO DA CUNHA, 45 anos, pedreiro sem trabalho, 5 filhos, morador de aluguel no Jardim Ataliba Leonel. Subcomissão de Segurança.
- 12 - LAURINDO, 45 anos, visitador sanitário do Estado, 2 filhos, morava de aluguel no Jaçanã. Subcomissão de Imprensa.
- 13 - JOÃO PEREIRA DA SILVA, 40 anos, 4 filhos, motorista desempregado, morava de aluguel em Vila Nova Galvão. Segurança.
- 14 - ODAIR BATISTA, guarda de segurança, desempregado, 25 anos, 4 filhos, solteiro, morador de aluguel no Jardim Ataliba Leonel. Trabalho na Segurança.
- 15 - MOACIR, 46 anos, 5 filhos, pedreiro sem trabalho, morador de Vila Paulistana, subcomissão de transporte.

- 16 - IRENIA MARIA FEITOSA, 35 anos, 2 filhos, diarista, morava em casa alugada nas Furnas. Subcomissão de Alimentação
- 17 - FRANCISCO PAULO DA SILVA, 50 anos, pedreiro sem trabalho, morava em casa alugada no Jardim Fontalis. Trabalhou no Transporte.
- 18 - HILDA, 40 anos, 2 filhos, viúva, vendedora de roupas usadas, moradora de aluguel na Vila Paulistana. Subcomissão de alimentação. Foi cozinheira do barracão.
- 19 - DALVA, 40 anos, 4 filhos, doméstica/diarista, moradora de aluguel em Vila Paulistana. Trabalhou na Imprensa.
- 20 - EUNICE TEODOSINA SILVA, 33 anos, 3 filhos, vendedora ambulante nas feiras, moradora de aluguel no Jardim Tremembé. Alimentação.
- 21 - PAULA PRETA, 38 anos, 2 filhos, servente escolar do Estado, morava em casa alugada no Piqueri. Trabalhou na Alimentação.
- 22 - RUTH LACERDA, 35 anos, 3 filhos, solteira, dona de casa, Piqueri. Trabalhou na Subcomissão de Alimentação.
- 23 - ADEMIR, 40 anos, 6 filhos, servente de pedreiro desempregado, morador de aluguel em Furnas. Trabalhou na Segurança.
- 24 - ALMERINDO, 40 anos, 4 filhos, pedreiro sem trabalho. Morava em casa alugada nas Furnas. Subcomissão de Transporte.
- 25 - ANTÔNIO GARCIA, 45 anos, 6 filhos, pedreiro desempregado, morador de aluguel no Joamar. Subcomissão de Segurança.
- 26 - MARIA ADELIA, 46 anos, 9 filhos, diarista, moradora de aluguel na Vila Paulistana. Subcomissão de Alimentação.
- 27 - JOSÉ CIPRIANO, 45 anos, 3 filhos, servente de pedreiro desempregado, morava em casa alugada no Jardim Brasil. Subcomissão de Transporte.
- 28 - REGINALDO, 50 anos, 6 filhos, cobrador de ônibus, morador de aluguel no Jardim Tremembé. Subcomissão de Barracão.

- 29 - ÁLVARO, 45 anos, 4 filhos, catador de papel, morava de aluguel no Jardim Joamar. Subcomissão de Barracão.
- 30 - HÉLIO CARVALHO, 35 anos, 2 filhos, balconista de bar, morador de aluguel em Vila Paulistana. Subcomissão de Segurança.¹

1-Os dados levantados foram obtidos a partir de uma agenda de reuniões arquivada no CDDH/VP, de conversas com Paula Ferreira Lima, José Gildo Gomes e Severino Martins Sobrinho. As únicas pessoas integrantes do Movimento que não foram morar na gleba ocupada foram Lauro C. Marcondes e Vanderlei Dambrós.

Esta Comissão de 30 pessoas era subdividida em outras subcomissões: Segurança, Transporte, Alimentação, Finanças, Terreno, Imprensa, Barracão, conforme mencionado.

Paula, Severino, Expedito, José Gildo, Hélio Carvalho e Cássilda Menezes foram indiciados por esbulho em inquérito ainda em andamento (1987).

- De algumas pessoas não pudemos levantar o sobrenome.

SÃO PAULO, NOVEMBRO DE 1983

Com 300 famílias cadastradas, em 15 de novembro, aconteceu uma grande assembléia que tomou duas decisões a partir de proposta elaborada pela Comissão Organizadora. Primeiro aprovou-se uma carta-documento dirigida ao Prefeito do Município de São Paulo, Mário Covas, PMDB, reivindicando habitação para as famílias ligadas ao movimento. Nesta carta se faz referência a "uma grande área particular, totalmente inutilizada, de propriedade provável da Santa Casa de Misericórdia" e propõe "que a Prefeitura decrete o interesse social da área para fins de desapropriação". (A carta-documento, na sua íntegra, se encontra reproduzida no anexo 1).

Depois, por quase unanimidade da assembléia, aprovou-se o nome a ser adotado para o movimento: MOVIMENTO POR MORADIA FILHOS DA TERRA. A sugestão foi de Vanderlei Dambrós.

O acanhado movimento Beira-Rio consolidava-se no usado movimento Filhos da Terra.

Segundo o Secretário Vanderlei, o passo seguinte foi no dia 24 de novembro:

- Uma Comissão foi até a Prefeitura para entregar o documento-projeto com a relação de todas as famílias do Movimento, ao Prefeito Mário Covas, que não se encontrava na Prefeitura porque estava na "Cidade de Deus" recebendo o Dr. Figueiredo que vinha para a festa do dia nacional de ação de graças do Bradesco, (frescura nacional com ares de santidade). Rolando, da Secretaria de Vias Públicas recebeu a Comissão e se comprometeu de encaminhar o projeto ao Prefeito.

As primeiras decisões da Comissão Organizadora foram

1. Manter os trabalhos de cadastramento das famílias que até então vinham sendo feitas pelo CDDH/VP. (Veja formulário de cadastramento no anexo 1).

2. Adotar um cartão de presença às reuniões e assembléias.

(Vide cópia do referido cartão no anexo 2).

Ainda em outubro a Comissão fez alguns estudos para avançar com o Movimento, levá-lo para "algum lugar".

O resultado destes estudos foi o esboço de um projeto cujo original manuscrito se encontra atualmente arquivado no CDDH/VP. Diz o seguinte:

PROJETO HABITACIONAL PELA UNIÃO

I. Área

- Existem grandes áreas totalmente desocupadas nas proximidades da Vila Paulistana.

- Santa Casa tem uma área e tem interesse de vender para fins de habitação popular.

II. Histórico do Projeto

- 1 - Compra de terreno pela Prefeitura.

Medição e infraestrutura - lotes iguais

água, luz, área de lazer e
área comunitária.

- 2 - Venda dos lotes a população em condições a serem estudadas. Parcelas acessíveis a todos. Pagamento parcial do total real.

- 3 - Construção em mutirão

- Estudar formas de financiamento do material de construção.

- Estudar formas de utilizar verbas tipo SERCOM para atividades comunitárias (FABES).

III. Especificação da demanda

1. Origem: Moradores em aluguel

moradores em favela

barracos construídos na beira do córrego.

2. Número de famílias

- Não tem levantamento preciso

a perspectiva é que supera facilmente 100 famílias.

IV. Objetivo do projeto

Mediante impossibilidade de aquisição de terreno e ou casa própria, resolver o problema habitacional eliminando toda especulação que existe em torno da habitação.¹

SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1983

A Comissão não acreditou na promessa do Secretário Municipal de Vias Públicas e resolveu insistir para falar diretamente com o Prefeito. Isto aconteceu a primeiro de dezembro, quinta-feira, dia de audiência dos vereadores com o Prefeito. O vereador João Carlos, do Partido dos Trabalhadores, acompanhou a Comissão.

O Prefeito Mário Covas não gostou da proposta. Disse que se tratava de "uma coisa virgem, impossível e muito ingênua inclusive". Acabou encaminhando a Comissão para a Secretaria da Família e Bem Estar Social - FABES, para falar com a Secretária Marta Godinho.

Segundo Vanderlei:

- Sem ter outra saída a comissão foi no mesmo dia e lá ouviu a promessa de uma possibilidade remota: FUNAPS² compraria o terreno e repassaria à população, ao movimento, por preços baixos e conforme as condições de cada família. E assim o movimento inicia um período de espera que sabíamos não seria cumprida tão cedo. Dezembro foi passando. O movimento foi crescendo. A vontade e coragem de lutar também. Dois

1-É primeiro estudo concreto e registrado do Movimento.
Cópia do fac-símile do original manuscrito se acha no Anexo 3.

2-FUNAPS-Fundo de Assistência às Populações Moradoras em Habitações Subnormais.

meses depois, nenhuma perspectiva de solução...o que fazer??? Diante do descaso da prefeitura e da indefinição da FABES e por outro lado, da urgência de se chegar a alguma decisão concreta, o movimento em assembléia, decidiu pela ocupação da área que se deu no dia 11 de fevereiro de 1984.

Inicialmente, o Movimento havia decidido que a ocupação se daria no dia quatro de fevereiro, mas a Comissão Organizadora conseguiu falar novamente com a Secretária da FABES, Marta Godinho, no dia 30 de janeiro, e esta pediu mais uma semana de prazo. Tinha duas saídas possíveis em mira: negociar diretamente com a Santa Casa, proprietária do imóvel pretendido, a sua aquisição através da Prefeitura; ou propor ao Governo do Estado a compra da área pela Caixa Econômica Estadual, com posterior repasse a preços baixos às famílias cadastradas até então.

A primeira alternativa foi logo descartada porque a FABES, através do FUNAPS, não tinha verbas e o Prefeito mostrou-se indiferente para obter recursos por outras vias. Santa Casa havia orçado a preços de mercado, os 150 mil metros quadrados pretendidos, em 750 milhões de cruzeiros¹.

O espichamento do prazo pedido por Marta Godinho acabou contribuindo para o Movimento abastecer-se de enxadas, pás, combustível, tochas para enfrentar a escuridão da noite e sobretudo alertar as famílias para ficar de prontidão e ir juntando material para erguer os barracos. A esta altura já se trabalhava com a hipótese de ocupação unilateral².

1-A propriedade da Santa Casa na região abrangia 2,4 milhões de metros quadrados. A ocupação inicialmente se deu sobre 100 mil. O trecho objeto da ocupação fica localizado entre a rua Manuel Vieira da Luz e Avenida Maria Ampalia Lopes de Azevedo.

2-Uma assembléia havida em 5 de janeiro, com 162 comparecimentos, levantara 122 famílias com material e 40 sem.

Severino, da subcomissão de Terreno, aproveitou para medir a gleba invadida. Passou algumas noites andando no terreno para avaliar suas reais dimensões e estudar a quantidade de lotes possíveis de demarcação. Foi ele que "montou" numa cartolina, a rua Principal - 11 metros de largura, as travessas - 8 metros de largura cada, a praça que mais tarde veio a se chamar Onze de Fevereiro, no topo do morro. Severino também no seu projeto reservou dez mil metros quadrados para Igreja e Creche - 8 mil e dois mil metros quadrados respectivamente. Severino e a Comissão Organizadora propuseram que os lotes deveriam ter cem metros quadrados (5m x 20m). A Assembléia acatou a proposta. Era uma metragem adequada às posturas mínimas da legislação municipal.

Ainda houve tempo para se proceder à arrecadação de cinco mil cruzeiros de cada família cadastrada com a finalidade de cobrir as despesas com álcool, gasolina e óleo diesel, produtos indispensáveis na hipótese já provável de deflagração unilateral da ocupação.

Também ficou decidido que as refeições seriam feitas no barracão comunitário que seria erguido no primeiro instante da ocupação. Designou-se ainda uma subcomissão para providenciar a arrecadação e a preparação dos alimentos.

a n e x o s

AO ILMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Nós, do movimento por moradia "filhos da terra", através da comissão abaixo assinada, vimos à presença de V. Senhoria, reinvidicarmos e expormos o seguinte:

Considerando que para a população de baixa renda, torna-se cada vez mais impossível sobreviver, quanto mais impossível pagar aluguel ou adquirir casa própria; considerando que a maioria do povo brasileiro- tanto na cidade como no campo- ainda não possui um pedaço de terra, com moradia digna e segurança e considerando ainda, que as Leis existentes no País não atendem aos interesses da maioria dos trabalhadores rurais e urbanos, ao Poder Público nos dirigimos

Somos moradores da Vila Paulistana e bairros vizinhos, periferia da Zona Norte da Cidade, que pagamos aluguel em condições desumanas, que moramos em barracos sem a mínima segurança;

Em nosso bairro não existem terrenos públicos, mas existe uma grande área particular, totalmente inutilizada, de propriedade provável da Santa Casa de Misericórdia, localizada e especificada conforme mapa anexo.

Por isso mesmo, começamos a nos reunir, para organizarmos e estudarmos formas alternativas de resolver nossos problemas;

Depois de estudarmos várias formas de solução, decidimos pela única que consideramos possível e viável;

Como se vê, a área é de grande interesse social, podendo sua utilização para fins de moradia, abrandar, em parte esse nosso problema.

Seria necessário que a Prefeitura condicionasse // seu uso ao bem estar social, declarando-a de interesse social para // fins de desapropriação que cabe quando as circunstâncias impõe a distribuição da propriedade para seu melhor aproveitamento em benefício da coletividade.

O que se reivindica é um lugar digno para moradia, um lugar onde possamos viver com nossas famílias.

Ocorre que uma vez feita a desapropriação, a venda desses terrenos, financiados pelo Sistema Financeiro, não seria acessível para nós.

Temos dificuldades para comprar comida, roupas, // cuidar de nossos filhos. Não teríamos condições de pagar prestação alguma pelo terreno, por mais baixa que fosse.

Poderia a Prefeitura, uma vez desapropriada a área conceder o direito real de uso gratuito para que nós pudessemos construir nossas casas.

Em fim, são nossas reivindicações:

I- Qua a Prefeitura decreta o interesse social da área para fins de desapropriação;

II-Que conceda o direito real de uso gratuito dessa // área, por prazo indeterminado, para servir de moradia para nós, por intermédio de um contrato a ser discutido e firmado entre o Poder Público e // o Movimento para cada morador.

III-O tamanho da área a ser desapropriada seria de //// 40.000,00 metros quadrados, tendo sido calculado segundo o número de famílias, aproximadamente trezentas. Esse cálculo inclui áreas comunitárias, áreas verdes, arruamento e área institucional.

Sendo que a nossa necessidade grita por uma solução urgente e que não temos outra saída viável e legal senão esta, reivindicamos da Prefeitura providências imediatas.

São Paulo, 24 de Novembro de 1983.

Comissão de representantes do movimento por moradia "filhos da terra"

Maria Chido Oliveira Silva

Antônio

José do Passos Ramalho

Francisco Bravo Pires

João de Deus Silva
Wagner

Edson da Silva Pedro

Apoio:

Vanderlei Damascos

Centro de Defesa dos Direitos Humanos
da Vila Paulistana.

Laura Carmo Marcondes

Associação dos moradores da Zona Norte

OBSERVAÇÃO: Segue em anexo a lista das famílias pertencentes ao Movimento e que reivindicam um pedaço de terra.



Prefeitura do Município de São Paulo

SECRETARIA DE VIAS PÚBLICAS - GABINETE

São Paulo, 25 de novembro de

Ofício N.º - 1.357/SVP/83

55

SENHOR PREFEITO:-

Por indicação do Gabinete de V. Exa., recebemos, nesta data, Comissão de Moradores da Vila Paulistana bairros vizinhos, os quais pleiteiam área assinalada na planta anexa.

Fazem tal reivindicação, à vista das dificuldades com que se defrontam, quanto ao pagamento de aluguel residindo em barracos, sem as mínimas condições de segurança.

Em se tratando de pessoal de baixa renda, teriam condições de pagar prestação de imóvel.

Por tal razão, solicitam a desapropriação da área, caso particular, e a concessão gratuita para seu uso com a possibilidade de implantarem no local as suas moradias.

São 300 famílias, cuja relação encontra-se anexa e pretendem deixar áreas livres para arruamentos, áreas verdes e áreas comunitárias.

A Comissão pleiteia ainda uma audiência diretamente com V. Exa. para 150 pessoas.

É o que nos cumpre informar.

Atenciosamente

ROLANDO NATAL SCURZIO

Secretário de Vias Públicas

ILMO. SR.

Dr. MARIO COVAS

DD. Prefeito Municipal de São Paulo

CAPITAL

LG/fc

MOVIMENTO DE HABITAÇÃO - V. PAULISTANA

(me de carta)

Nome: _____

Nº _____

SOU FILHO DESTA TERRA E NELA TENHO DIREITO DE MORAR.

POR ISSO VOU ME UNIR A TODOS OS QUE NÃO TEM ONDE MORAR E LUTAR ATÉ
 CONQUISTAR ESSE DIREITO;

QUERO PARTICIPAR DO MOVIMENTO E CONFIRMO MINHA PRESENÇA.

15 NOV 1983	24 NOV 1983		

ATENÇÃO: ESTE É O SEU CARTÃO DE PRESENÇA..LEVE-O EM TODAS AS REUNIÕES DO
 MOVIMENTO.

 Centro de D. Dos D. Humanos de V.P.

Projeto Habitacional Bela União.

1. Área:

- Existem grandes áreas totalmente desocupadas nas proximidades da V. Paulistana.
- Santa Casa tem uma área e tem interesse de vender para fins de tipo. habitação popular.

2. Histórico do projeto

1. Compra de terreno pela prefeitura.
Medição e infraestrutura.

{	lotes iguais
	agua, luz, áreas de lazer
	e área comunitária.
2. Venda dos lotes a população em condições a serem estudadas. Parcelas acessíveis a todos.
Pagamento parcial do total real.
3. construção em mutirão.
 - estudar formas de financiamento do material de construção.
 - estudar formas de utilizar melhor tipo - serviços para atividades comunitárias. (feiras)

II. Especificação da demanda.

1. Origem: Moradores em aluguel
" ou favela
barracos construídos na beira do córrego

2. Número de famílias

- Não tem levantamento preciso + "

A perspectiva é que supere facilmente 100 famílias.

III. Objetivo do projeto.

Mediante impossibilidade de aquisição de terreno e ou casa própria, resolver o problema habitacional eliminando toda a especulação que existe em torno da habitação.

CAPÍTULO III

ESTUDO DE CASO - FILHOS DA TERRA

III.2. Invasão, auto construção e posse

Fevereiro e março de 1984

"Diário da Ocupação"

SÃO PAULO, 11 DE FEVEREIRO DE 1984 - PRIMEIRO DIA DE OCUPAÇÃO

A Assembléia marcada para aquele sábado à noite prometia ser muito tensa. Pela manhã, os integrantes da Comissão Organizadora ficaram sabendo que a Secretária Marta Godinho não conseguira avançar em nenhum dos caminhos possíveis. Paula Ferreira Lima chegou a dizer aos seus colegas de Comissão: "Acho que hoje não vai dar mais prá segurar o povo. A demora das negociações da FABES já passou dos limites. Já esperamos demais". Dito e feito.

Pelas oito da noite o salão paroquial da Igreja Nossa Senhora do Carmo começou a ficar pequeno para uma multidão que não parava de crescer. Muita gente sobrou e foi obrigada a acompanhar a sessão da assembléia do pátio da Igreja.

De início Paula informou que nenhuma autoridade "tem solução para o nosso problema de moradia". Era uma confissão pública de que todas as tentativas de negociação - encaminhadas nos últimos meses - falharam. Era ao mesmo tempo um convite para assumir a mais arriscada das alternativas: a ocupação unilateral. Foi o que aconteceu. Por aclamação unânime resolveu-se pela ocupação. E Paula arrematou: "Com o terreno ocupado teremos mais força para negociar".

Sobre este momento decisivo do Movimento por Moradia Filhos da Terra, Paula nos deu o seguinte depoimento:

"Primeiro a gente decidiu que quem tinha mais carimbo devia ter prioridade na ocupação. A gente tinha uma certa experiência de invasão. Na hora que ocupa aparece um montão de gente de fora do Movimento; que nunca participou.

Devia ter de 4 a 5 mil pessoas. A rua ficou cheia. A gente da Comissão tava lá em cima do morro e tinha gente ainda lá embaixo subindo. Tínhamos organizado

umas tochas para clarear na noite. Era tudo mato escuro. Parecia uma procissão com aquelas tochas. Para entrar na área só entrava com aquele papel ou autorização da Comissão. O único lugar vazio e limpo era a praça. O resto era mato. Diziam que tinha muita cobra. Tinha uma equipe encarregada de construir o barracão comunitário. Enquanto a equipe construía o barracão, o povo ficou esperando, cantando, acendendo fogueira, conversando. A maioria mesmo ficou cantando. A gente tinha levado um alto-falante junto.

Depois que terminou de construir o barracão é que começou a entrega dos primeiros lotes. A Comissão recolheu todas as fichas e colocou por ordem de carimbo. As mais carimbadas primeiro. Daí fizemos pacotes de dez fichas cada. Depois chamava as dez famílias e entregava um pedaço de chão que mais ou menos dava para elas. O grupo das dez famílias então se juntava em mutirão e começava a limpeza do terreno - roçar e capinar. Só depois é que cada um pegava o seu.

De madrugada a gente já tinha entregue várias ruas. O seu Severino tinha medido a área antes. Tinha o desenho e o projeto das ruas numa cartolina.

O que a Comissão entregava tava entregue, ninguém reclamava. O pessoal tinha muito respeito pela Comissão. A gente não aprovava nada sem explicar direitinho cada detalhe até o povo entender bem. Não era só chegar, colocar a proposta e votar. Tinha que esclarecer as palavras difíceis que o povo não entendia até ficar bem claro. Aí votava. Sempre tivemos muito respeito pelo povo. As negociações foram sempre muito abertas e nunca escondidas.

Tava todo mundo muito inseguro. Tinha que se apegar em alguma coisa. E se apegavam na Comissão.

Tinha uma outra coisa além do carimbo que a Comissão levava em conta na hora de entregar o lote. Uma coisa que provocou muita injustiça principalmente com os mais pobres. Era ter material. Os mais pobres não tinham condição nenhuma de comprar material pra levantar o barraco. Mas foi pura necessidade. É que se a polícia chegasse tinha que estar construído. Teve gente muito boa que participou do Movimento desde o começo mas ficou no final com um terreno caído, de barranco. Era preciso cercar a área, construir em vários locais. Então a gente procurou alternar quem tinha com quem não tinha material.

Mas não teve briga, ninguém reclamava." (gravação)

O barracão ficou pronto às três e meia da madrugada. Só ficaram faltando oito telhas que foram compradas mais tarde.

O domingo rompeu sob intenso barulho de marteladas. Surgiam os primeiros barracos. Era esta a nova paisagem que amanhecera sobre o morro. No mesmo morro uma faixa de pano em amarelo exibia o nome da agitação que quebrara a rotina daquela manhã de domingo na Vila Paulistana: MOVIMENTO POR MORADIA FILHOS DA TERRA.

A Comissão Organizadora havia alertado a que se evitasse derrubar em massa as árvores mas a ansiedade de consolidar o pedaço de chão era tamanha que ninguém obedecia. A derrubada indiscriminada poderia trazer prejuízos à estabilidade do solo, sobretudo na parte inclinada. Era verão, temporada de fortes chuvas.

Por esta extensão do terreno em ocupação havia pequenas fogueiras queimando galhos e folhas das árvores do mato. A fumaceira era intensa.

Muitos adultos traziam dependurada na roupa uma fi-

tinha verde e amarela e um discurso programado a quem os interpelasse durante o trabalho: "Somos brasileiros. Aqui ninguém lidera. Nossos cabeças são a fome, a necessidade e a miséria". Era para despistar algum agente policial que com certeza viria atrás das lideranças do Movimento.

O alto-falante instalado na Kombi emprestada tocava a todo volume, repetidamente, a música "Asa Branca". Enquanto isso homens e mulheres calados limpavam os terrenos. Vez por outra alguns jovens pegavam o microfone e cantavam: Viva, viva, viva a sociedade alternativa. (Folha de São Paulo - 13 de fevereiro de 1984).

A empregada doméstica Irene Maria Feitosa, que ganhava quinze mil cruzeiros por mês e recebia ajuda de conhecidos para sustentar três filhos pequenos e o marido doente, corria desesperada atrás de material de construção para garantir o seu lote. Já tinha conseguido telhas, madeira e algumas portas velhas com amigos mas ainda lhe faltavam dois pedaços de pau para sustentar o telhado.

A costureira desempregada Helena Joana dos Santos que vivia de 55 mil cruzeiros que o filho de 14 anos ganhava por mês juntou-se a um grupo de ocupantes sem material e se dirigiram a um depósito no Jardim Tremembé. Precisavam do material a qualquer custo, financiado a qualquer juro¹.

O vigia noturno José Domingos reclamou para a Imprensa: - Eles perguntam se a gente tem material e a gente fala que não tem porque não sabe mentir. Mas tem gente que diz que tem material e coloca duas telhas dentro do lote. Também tem gente de fora do movimento que está construindo em lotes

1-Tempos depois Paula declarou que muitos depósitos de material de construção se aproveitaram da urgência e desespero dos Filhos da Terra por material vendendo-os a juros escorchantes.

que não foram sorteados conforme ficou decidido em assem-
bléia.

José Domingos foi um dos chefes de família que ajudou a construir o barracão comunitário. No dia seguinte quando as queixas saíram publicadas na Folha, a Comissão decidiu fiscalizar todas as declarações e entrevistas. Expedito foi destacado para acompanhar as entrevistas: - a gente precisa saber o que as pessoas vão dizer aos jornais porque senão depois aparecem coisas publicadas e ninguém se responsabiliza pelo que disse. Aqui tem muita gente sem nenhuma instrução e diz tudo o que vai pela cabeça. Isso pode prejudicar o movimento.

REAÇÃO DA SANTA CASA, PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL

José Celestino Bourroul, mordomo do patrimônio imobiliário da entidade, visitou a área ocupada no domingo onde recolheu alguns panfletos que considerou "verdadeiros brados de guerra". "A ocupação é absurda, desprovida de qualquer propósito. Fomos surpreendidos por esta invasão violenta, provocada por espertalhões ou gente interessada em perturbar a ordem pública. A justiça há de prevalecer. A área invadida será desocupada por mandado judicial. Os coitados que foram iludidos com o golpe da casa própria serão os mais prejudicados já que quem os está manobrando jamais lhes devolverá o dinheiro gasto para construção dos seus barracos" (OESP, 14 / 02/84).

E disse mais à reportagem do Jornal do Brasil: "a invasão é uma afronta a um patrimônio que pertence a toda população de São Paulo. Parte da área já foi loteada e outra reservada a um cemitério. A Santa Casa está passando por sérias dificuldades financeiras e pensa em vender parte de seus imóveis. Desde o final do ano passado fomos procurados

pela Secretaria da Família e Bem-estar Social da Prefeitura para negociar parte da área que seria vendida à população. Mas até agora estávamos estudando o assunto. Não podemos admitir este tipo de atitude, mesmo porque existem pessoas manobrando a invasão, aproveitando-se da ingenuidade do povo".

Mário Altenfelder, Provedor Geral da Santa Casa de Misericórdia, ex-secretário Estadual da Promoção Social (75/79), disse à reportagem da Folha de São Paulo:

"- É um esbulho, uma invasão. A Santa Casa vai defender sua propriedade através de liminar de reintegração de posse que deverá dar entrada no Forum Central nos próximos dias."
(14/02/84)

No domingo, à tarde, já havia 15 barracos prontos.

As primeiras declarações à imprensa foram dadas por Paula:

"- Esse pessoal, gente despejada por falta de pagamento de aluguel, gente que morava embaixo da ponte, é todo daqui da região. Eles vêm da Vila Paulistana, Vila Zilda, Jardim Joamar e Piqueri. E resolvemos na assembleia de sábado à noite, na Igreja, que não dá mais para esperar uma decisão dos órgãos competentes. Apesar de estar com a camiseta do PT, não estou aqui como petista. Um dos critérios para participar do movimento é a comprovação de não possuir imóvel e ganhar até três salários mínimos. Quando conseguirmos a cessão do terreno, teremos também critérios para a venda dos lotes às famílias. Por exemplo, quem tiver quatro filhos pagará 7% do seu salário. As famílias com dois ou três filhos pagarão 8% e quem tiver apenas ou nenhum filho, pagará 10%. A ideia é que sejam feitas casas de alvenaria e por isso pedimos um ano de carência." (Jt 13/02/84)

Lauro Câmara Marcondes, Presidente da Associação dos

Moradores da Zona Norte e estudante de Direito passou o dia todo na área e suas declarações foram semelhantes às de Paula. Um trecho das suas declarações foram bastantes exploradas pela Imprensa:

"... a orientação aos invasores é dada pelo CDDH/VP. Os Padres Olívio e Raimundo também apoiam o movimento e cedem a Igreja para as reuniões, mas não participam dele por causa das suas funções religiosas. (OESP, 14/02/84)

TERCEIRO DIA DE OCUPAÇÃO - Segunda-feira, 13 de fevereiro de 1984

O movimento de caminhões trazendo mudanças e material de construção não se interrompeu durante a noite de domingo. Adentrou a madrugada de segunda-feira e prosseguiu o dia todo. O mesmo aconteceu com as equipes de limpeza do terreno e de armação dos barracos. A fumaça - consequência da queima de mato - era intensa. Pululavam pequenas foqueiras por toda a gleba ocupada.

Severino não parava um só minuto. Passou o dia todo demarcando lotes. As ruas, apesar de previamente projetadas numa cartolina, eram as últimas a aparecer como tal no vasto canteiro de obras. Antes delas se demarcava e se distribuía os lotes que eram imediatamente limpos para dar condições de construir os barracos.

Dezenas de famílias acorriam ao local na esperança de receber um lote, mas a Comissão se mantinha firme na intenção de priorizar aquelas que haviam participado das reuniões de mobilização do movimento na sua fase preparatória. Ou seja, antes da ocupação.

"- Primeiro vamos atender quem está na luta desde o começo", dizia Lauro. (FSP, 14/02/84)

Os jornais e noticiários desta segunda-feira deram ampla divulgação ao fato, o que sem dúvida contribuiu para chamar a atenção de pretendentes a lotes: despejados, desempregados sem condições de cobrir as despesas com aluguel, perambulantes, cortiçados, favelados e outros.

A imprensa escrita exibia os seguintes títulos às reportagens sobre a ocupação:

- FOLHA DE SÃO PAULO - "INVADIDA ÁREA NA ZONA NORTE" -
Ocupação começou sábado à noite
com a construção de barracos.
- O ESTADO DE SÃO PAULO - "INVASORES DIVIDEM ÁREA DA SAN
TA CASA" - Irmandade recorrerá
à Justiça.
- FOLHA DA TARDE - "CINCO MIL INVADEM TERRENO DA SANTA
CASA".
- JORNAL DA TARDE - "O TERRENO, INVADIDO POR QUATRO MIL
PESSOAS" - São os Filhos da Terra, um
movimento que nasceu em 83 e decidiu
agora ocupar uma área na Vila Paulis
tana.
- JORNAL DO BRASIL(14/02) - "FAMÍLIAS INVADEM TERRENO DA
SANTA CASA EM SÃO PAULO"

Reação da Secretaria da Família e Bem Estar Social - FABES

A Secretária Marta Godinho disse aos órgãos noticio
sos que fora procurada pelos integrantes do Movimento por
Moradia Filhos da Terra havia 15 dias e "já chegaram com a
invasão programada". E prosseguia:

"- A invasão é uma solução precária, melhor seria que
buscassem solução definitiva para seu problema habitacional.
Propus a negociação do terreno com o proprietário. A Santa
Casa de Misericórdia. O provedor da Santa Casa, Mário Alten-

felder, dispôs-se a vender a área de um milhão e 132 mil metros quadrados por cinco mil cruzeiros o metro. As famílias do movimento precisavam de aproximadamente 150 mil metros, o que ficaria em torno de 750 milhões. O FUNAPS, que permite comprar e financiar moradia para pessoas carentes de forma subsidiada não dispunha desse dinheiro. Fui pedir recursos ao Prefeito alegando que 76% daquelas famílias tinha sido despejada por falta de pagamento dos aluguéis. O pessoal do movimento queria a desapropriação pura e simples do terreno mas o Prefeito considerou que não poderia atender um caso quando há tantos iguais, sem solução. Foram falar com o Governador, explicaram tratar-se de famílias que não poderiam entrar no sistema financeiro tradicional. Montoro os encaminhou ao Presidente da Caixa Econômica, que se dispôs a financiar a compra do terreno. Coube então à COHAB iniciar estudos técnicos para verificar a possibilidade de comprar toda a área, com recursos da Caixa.

Na quinta-feira saímos da reunião convencidos de que seria encontrada uma solução. Na sexta-feira comunicamos a essa população os resultados que obtivemos, ou seja, que o Secretário da Habitação, Arnaldo Madeira, estava negociando com a Santa Casa a compra da área e com a Caixa Econômica o financiamento. Essas coisas não se fazem da noite para o dia, mas nós até que fizemos rapidamente. Contudo, ontem fomos surpreendidos com a notícia da invasão. Parece-me de fato que já era de fato uma coisa decidida antes mesmo de nos procurarem." (JT, 14/02/84)

Reação da Secretaria Municipal de Habitação

O Secretário Arnaldo Madeira disse o seguinte:

"- Meus assessores continuam fazendo o estudo da área. Até sexta-feira estávamos trabalhando a todo vapor, mas a invasão veio alterar a situação e agora ficou uma relação entre invasores e a Santa Casa. Do meu ponto de vista estamos fora." (FSP, 14/02/84) E mais:

"- Numa avaliação preliminar que chegou a ser feita se constatou que não havia interesse na área de Vila Paulistana enquanto conjunto porque é muito acidentada, cheia de declives." (JT, 14/02/84).

No final da tarde o Padre Raimundo Lipski celebrou um culto no barracão comunitário. Algumas pessoas suspenderam os trabalhos para dele participar, porém outras continuaram a construir em ritmo frenético.

Os repetidos boatos de reintegração de posse pela via judicial só faziam intensificar as construções. A Comissão aconselhava que se construísse o máximo possível para consolidar definitivamente a ocupação.

Durante o culto o padre realçou o seguinte:

"- A terra não é de ninguém, a terra é de Deus - vamos reforçar a nossa fé em conseguir a casa própria - o povo de Deus unido derruba os poderosos e eleva os humildes (Lc 1,52) - vamos conquistar a terra prometida."

Aproveitou para passar um recado às autoridades através da imprensa presente, através dos repórteres:

"Eu acredito que se vierem policiais para o despejo, não vão usar de repressão e derrubar tudo, porque já tivemos muitas negociações com a Prefeitura, a Santa Casa, e, afinal de contas, o governo democrático não pode usar de violência. Se

isto ocorrer, manteremos calma e uma comissão irá falar com a polícia." (JT, 14/02/84)

O Padre Olívio José Bedin, Presidente do CDDH/VP e Superior Provincial dos Missionários de Nossa Senhora de Salette (Saletinos), acompanhou o pároco Lipski no culto. Ao final deu a sua versão sobre o Movimento:

"- Há cerca de um ano começamos a colocar um plantão do Centro numa sala da Igreja porque começaram a surgir viúvas com muitos filhos, em estado de desespero, que habitavam porções de casas daqui da região. No mês de abril começamos uma série de negociações com a Prefeitura e com a Secretaria do Bem Estar Social para alojar estas pessoas. Montamos barracos, e como havia precedentes, eles começaram a se multiplicar. Começou a se espalhar a idéia de que estava distribuindo terras. Na metade do ano o movimento engrossou e começamos a cadastrar as famílias (cerca de 400 na época) para demarcação dos lotes no terreno da Santa Casa."

Neste dia ficaram prontos centenas de folhetos para serem distribuídos por toda a cidade através dos diversos Centros de Defesa dos Direitos Humanos. Pediam "SOLIDARIEDADE URGENTE":

(cópia no anexo 1)

QUARTO DIA DE OCUPAÇÃO - Terça-feira, 14 de fevereiro de 1984

Paula passou o dia todo tentando, por telefone, falar com o Secretário Municipal de Habitação, Arnaldo Madeira. Não conseguiu. Desesperou-se e acabou desabafando: "- Queremos uma resposta do Prefeito ou de qualquer outra autoridade de qualquer jeito pois percebemos que estamos isolados." (Folha da Tarde, 15/02/84)

A esfera municipal havia silenciado sobre a ocupação. Marta Godinho disse apenas que a situação permanecia inalterada e que não tratara da questão em reunião que tivera com o prefeito neste dia.

A Santa Casa por sua vez continuava a preparar a ação judicial de reintegração de posse segundo informara sua Procuradoria Jurídica.

O Padre Raimundo Lipski disse aos repórteres das emissoras de Rádio, Televisão e Jornais presentes que tinha confiança de que "o Governo Montoro não proceda da mesma forma que os governos anteriores do PDS fazendo despejo das famílias. Confiamos no caráter humanitário do atual Governo. Esperamos que tanto Covas como Montoro saibam entender a situação das pessoas que aqui estão." (Folha da Tarde, 15/02/84)

Um mutirão de 166 homens atravessara a noite trabalhando na construção dos barracos e à tarde havia 100 prontos, sendo que 60 deles já alojavam famílias. As idas e vindas de caminhões com mudanças e material continuavam intensas.

As áreas ocupadas no sábado à noite, depois de devidamente medidas e distribuídas revelaram-se pequenas demais. Só permitiam a instalação de 400 famílias. Lauro e Severino passaram o dia tentando ampliar a ocupação em várias direções. Acabaram se desentendendo com Lázaro Alves da Cruz que há

dois anos tomava conta de um terreno cedido pela Santa Casa para um campo de futebol do Atlético, um pequeno clube local.

"- Aqui de jeito nenhum. Temos documentos da Santa Casa provando a cessão desta área. Aqui queremos construir a sede do Atlético e um parque infantil", disse Lázaro.

Lauro acabou cedendo e se dirigiu com sua trena aos fundos da Creche Lar Paraíso das Crianças. Foi seguido de várias famílias com enxadas nas costas. Naquela banda havia ainda muito chão para demarcar.

Pela tarde chegou uma kombi carregada de mantimentos doados pela Igreja de Santana - pertencente à Congregação dos Missionários de Nossa Sra. de Salette. Tudo foi descarregado no barracão comunitário pela Subcomissão de Alimentação.

A Assembléia da noite decidiu fazer uma caravana para no dia seguinte ir até ao Gabinete do Prefeito Mário Covas no Ibirapuera. Os Comitês distritais do Partido dos Trabalhadores de Vila Maria, Santana, Tucuruvi e Imirin participaram da Assembléia e decidiram enviar representantes à reunião com Mário Covas.

QUINTO DIA DE OCUPAÇÃO - Quarta-feira, 15 de fevereiro de 1984.

Pelas nove da manhã uma pequena caravana de cerca de vinte pessoas já se encontrava defronte ao Gabinete do Prefeito. A audiência só aconteceu duas horas depois com a intervenção pessoal do Deputado Estadual Eduardo Jorge, PT.

Uma comissão apresentou o pedido de reabertura das negociações entre a Prefeitura e a Irmandade da Santa Casa que estavam suspensas desde a ocupação. O Prefeito Mário Covas respondeu:

"- Agora ficou mais difícil. A invasão só complicou a situação. Estávamos mantendo entendimentos com a Santa Casa em

busca de uma solução boa para todos os envolvidos. Agora não podemos prever a vontade dos representantes da Santa Casa. E não é porque vocês invadiram a área que vão ter prioridade sobre ela."

Diante da negativa do Prefeito a comissão pediu então ao Prefeito que intercedesse no sentido de não haver repressão policial ao movimento.

"- A Santa Casa vai tomar as medidas que quiser e eu não vou interferir", respondeu Covas. (Folha de São Paulo e OESP de 16/02/84)

Cabisbaixa, à saída do Gabinete, Paula disse à im-
prensa: "Nós não vamos sair de lá. Eles vão ter que derrubar as casas com a gente dentro".

Nova reunião ficou marcada para a sexta-feira seguinte, daí a dois dias.

Apesar da aparente frieza do Prefeito, o movimento estava mexendo com o Governo Municipal. Na tarde do mesmo dia um encontro de quatro horas reunindo o Prefeito Mário Covas; os secretários municipais da Família e Bem Estar Social, Marta Godinho; da Habitação, Arnaldo Madeira; dos Negócios Jurídicos, José Afonso da Silva e das Administrações Regionais, Sampaio Doria, discutiu exaustivamente o assunto. A política Municipal tinha que se ajustar à nova realidade das invasões. Neste mesmo dia duas áreas tinham sido ocupadas: uma no par-
que Novo Mundo e outra no Jardim Consórcio.

Após a reunião Marta Godinho afirmou que a saída para a ocupação do terreno da Santa Casa poderia ser conhecida na próxima semana e que até aquele presente momento não co-
nhecia solução. E prosseguiu: "As invasões não podem ser tratadas de forma isolada, mas amplamente com a discussão sobre como resolver os problemas de habitação da população. A situação do setor habitacional é explosiva na cidade. De todos os

conflitos que a FABES intermedia, 80% estão ligados à questão da posse da terra. Então não se trata de um caso isolado e o Prefeito está refletindo sobre tudo isto, pois não se pode tomar medidas isoladas, já que o problema é muito amplo e se agrava com a crise sócio-econômica. A Lei do inquilinato, por exemplo, tem que se ajustar ao momento da crise". (FSP e OESP de 16/02/84)

Sobre os Filhos da Terra a Secretária declarou que o Prefeito falou com o Governador Franco Montoro e que este ficara de examinar os recursos a nível estadual e depois dar uma resposta a Mário Covas.

A Santa Casa manteve sua posição de não negociar em quanto a área estivesse ocupada.

A Assembléia da noite teve poucas novidades. O resultado da conversa tida com o Prefeito era frustrante. Aproveitou-se a escassez de pauta para tirar uma mensagem de reconhecimento aos serviços prestados pela Santa Casa e de compreensão à sua posição de não negociar. Na mesma mensagem se clamou para que a instituição entendesse o "lado" dos Filhos da Terra.

Enquanto isso, do lado de fora do barracão, os trabalhos de construção dos barracos prosseguiram em ritmo acelerado.

SEXTO DIA DE OCUPAÇÃO - Quinta-feira, 16 de fevereiro de 1984.

O dia amanheceu com novos barracos. Uma faixa estendida no barracão dizia: O Povo de Deus unido derruba os poderosos e eleva os humildes, Lc 1,52.

Ao meio-dia, Lauro estimou em 450 o número de lotes demarcados e entregues. Neste dia ele também destacou um plantão jurídico para permanecer junto ao Forum Central para

evitar que qualquer ação legal os pegasse desprevenidos.

Chegou o dia de Otaviano Pereira de Souza receber o seu lote. Estava emocionado e disse: "Estou com meus nove filhos e a mulher na rua. Ontem trabalhei o dia inteirinho ajudando os companheiros a erguerem suas casas. Com o meu cantinho escolhido eles também vão me ajudar, tenho certeza disso. E se a polícia aparecer nós vamos nos jogar no chão e eles vão ter que passar em cima da gente".

Neste dia choveu. Os caminhões que traziam material só conseguiam vencer uma íngreme subida com correntes nos peneus. Por outro lado, a lama não atrapalhou a construção de mais barracos.

Cinco agentes da Polícia Federal estiveram no terreno perguntando das lideranças do movimento. A resposta de todos foi a mesma, segundo Paula: "nossos cabeças são a fome e a miséria". Ninguém abriu o jogo e os agentes foram embora em seguida. (Jornal da Tarde, 17/02/84).

O padre Olívio José Bedin informou ao batalhão de repórteres que faziam plantão diuturno no terreno que "hoje a Comissão entrou em contato com o bispo da região Episcopal de Santana, dom Joel Ivo Catapan. Nós os convidamos para participar da assembléia que temos todas as noites no barracão comunitário onde são debatidos os vários problemas do dia. Ele precisa ver de perto o que enfrentamos aqui, com 1030 famílias à espera de seus lotes".

Padre Olívio também definiu sua participação no Movimento por Moradia Filhos da Terra:

"- A Igreja, como instituição, não está diretamente envolvida. O que não quer dizer que sob as dependências da Paróquia não se tenha criado um espaço para que as pessoas procurassem um encaminhamento para seus problemas. Trabalhamos de acordo com a orientação pastoral da Igreja do Brasil, vi-

sando a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, à luz da opção preferencial pelos pobres." (JT, 17/02/84)

No final da tarde o juiz Lourenço Agostinho Abbã Filho, da 3ª Vara Distrital do Tucuruvi, concedeu liminar no processo movido pela Santa Casa. Nem Lauro, nem o departamento jurídico do Centro Acadêmico 22 de Agosto da Faculdade de Direito da PUC, onde Lauro estudava, tomaram conhecimento do fato.

Na Assembléia da noite discutiu-se a ida, no dia seguinte, ao Gabinete do Prefeito e também se falou do editorial que o Jornal da Tarde fizera publicar neste dia. Mandava vaias ao Prefeito porque se dispunha a negociar com o Movimento¹.

SÉTIMO DIA DE OCUPAÇÃO - Sexta-feira, 17 de fevereiro de 1984.

Importante vitória

Pela manhã uma equipe australiana de TV - Australian Broadcasting Company fez longas filmagens e entrevistas. Era para um documentário sobre a influência da Teologia da Libertação sobre os povos da América Latina. Escolheram para protagonista a dona Hilda Santana dos Santos, desempregada, viúva, e com dois filhos menores. Disse que arriscara tudo o que tinha para construir seu barraco no Movimento dos Filhos da Terra. Viera de Ipiáu, Bahia, há cerca de dois meses e estava há algumas semanas tentando conseguir uma colocação de empregada doméstica, sem sucesso. Contraiu uma dívida de 200 mil cruzeiros, tendo o vizinho como fiador, para construir

1-Editorial se encontra reproduzido no anexo 2.

"uma casinha simples, com um cômodo, banheiro pequeno e cozinha apertada" (OESP, 18/02/84). Dona Hilda disse que preferia morar no terreno da Santa Casa do que no cortiço em que está atualmente - "lugar frequentado por maconheiro e marginais. Dá muita briga e a maconha corre solta". Sobre o cortiço, Dona Hilda disse que pagava 40 mil cruzeiros de aluguel e mostrou os recibos à TV australiana. Mostrou seus filhos Josué, de 13 anos e Marilda, de 14. "Eles não trabalham, só estudam", disse ela.

Quando perguntaram da possibilidade da polícia derubar tudo para reaver o terreno, Dona Hilda desatou a chorar.

Severino desistiu de demarcar lotes atrás da Creche Lar Paraíso da Criança, disse que aquele trecho estava legalmente arrendado. Resolveu direcionar a ocupação para o lado do morro que desce do barracão para o Jaçanã.

Conforme ficara acertado na quarta-feira, a Comissão voltou a falar com o Prefeito Mário Covas. Lá pelo meio-dia dirigiram-se ao Ibirapuera. O Prefeito novamente não trouxe nenhuma boa novidade e simplesmente informou que acabara de tomar conhecimento de que uma ordem judicial de despejo estava sendo levada pelo Oficial de Justiça ao 3º BPM para receber garantia de execução.

"- Então nós pedimos que ele segurasse o despejo, mas ele de novo lavou as mãos", disse Paula. (Depoimento gravado)

A Comissão imediatamente se retirou da audiência, sem sequer despedir-se formalmente do Prefeito. Às pressas voltaram para a Vila Paulistana. Na correria Paula ainda teve tempo de ligar para as lideranças do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal informando da

ameaça imediata de despejo.

Lauro Marcondes foi até à 3ª Vara Distrital do Tucuruvi para cercar-se dos detalhes da decisão judicial.

Lit~~ar~~almente aos trancos e barrancos, em Vila Paullistana, conseguiu encontrar uma pilha de blocos de cimento onde subiu para convocar imediatamente uma assembléia extraordinária.

Por volta das 16 horas, em assembléia, Paula gritou:

"- Estivemos com o Prefeito e ele manteve sua posição. Disse que tivemos uma atitude precipitada ao invadir a área e não é porque estamos aqui que teremos prioridade. A gente ainda estava no Gabinete do Prefeito quando soubemos que a ordem de despejo estava saindo para o 3º Batalhão da PM. Agora é preciso manter a calma porque o que fizemos não é crime. Foi um ato de desespero. Não sigam orientação que não parta de pessoa da comissão porque aqui pode ter gente infiltrada para criar confusão. Num primeiro momento nós vamos fazer uma resistência pacífica. Por isso não venham com paus e enxadas para enfrentar a polícia. As mulheres e as crianças devem ficar na entrada do terreno, rezando, cantando ou chorando. Os homens podem continuar trabalhando, mas fiquem atentos para enfrentar a luta, se for preciso. Tem um pessoal da Comissão no alto do morro que vai pipocar rojões assim que a vista a polícia. Quem tiver carro deve bloquear os acessos até aqui." (OESP e FSP, 18/02/84)

José Gildo, da Subcomissão de Segurança, pôs os rojões no chão, verificou a caixa de fósforo no bolso e chamou um ajudante. Estava tudo pronto.

As mulheres pertencentes às Igrejas protestantes - e que já haviam conseguido os seus lotes - improvisavam púlpitos feitos de tijolo e iniciaram a pregação. Membros da Assembléia de Deus, Igreja Batista, Congregação Cristã, Deus é Amor, Chegada de Cristo e Curas Divinas cantavam sem parar

"Caminhando eu vou para Canaã" ou então "Segura na mão de Deus". Outros erguiam as Bíblias para o céu, invocando "ajuda-nos Deus nesta hora de terror". (O Estado de São Paulo, 18/02/84)

Mas no bairro do Tucuruvi, junto à Vara Distrital, Lauro conseguia fazer uma descoberta surpreendente. Descobriu que o Juiz exorbitara. O advogado da Santa Casa havia atribuído à causa o valor de três milhões de cruzeiros. Só que a legislação permitia que as Varas Distritais tratassem de causas de até 50 salários mínimos apenas, ou seja, Cr\$2.820 mil. O excesso era de 180 mil cruzeiros.

Lauro na mesma hora entrou com pedido de reconsideração, o que foi prontamente acatado pelo Juiz. Este não só reconheceu o erro como comunicou ao 3º BPM a suspensão da liminar de despejo.

Às cinco horas, eufórico como nunca, Lauro já se encontrava na Vila Paulistana: "Fomos salvos por 180 mil cruzeiros", dizia ele.

OITAVO DIA DE OCUPAÇÃO - Sábado, 18 de fevereiro de 1984

O barracão comunitário amanheceu exibindo uma faixa de inscrição bíblica: "A verdade vos libertará".

O movimento continuou a receber doações de alimentos e neste dia chegaram remédios que serviram para instalar uma pequena farmácia dentro do barracão.

Os ânimos para trabalhar estavam redobrados - consequência da importante vitória do dia anterior. Afinal, um minúsculo detalhe, dos meandros da burocracia do Poder Judiciário, desapercibido do próprio Juiz, havia garantido mais dez dias de permanência no terreno ocupado. Era um episódio imprevisto que oferecia uma oportunidade singular para consolidar a ocupação. Quanto mais casas construídas melhor, fica

01
mais difícil desalojar. A Comissão não perdeu tempo. Reunida, colocou como meta para o final de semana, a construção de 700 barracos.

Algumas escavações junto às duas fontes naturais de água foram suficientes para aumentar-lhes a captação. Nenhuma gota devia ser extravieiada uma vez que os trabalhos com argamassa exigiam muita água. Apesar de que aproximadamente metade dos barracos era de madeira, a outra era de alvenaria.

Lio Furunfo, que montara guarda a semana toda para garantir o acampamento de alguma investida da Santa Casa ou da Polícia, neste dia pôde finalmente descansar no barraco feito por sua família e a equipe de mutirão. Segundo Severino e José Gilso, o Lio Furunfo tinha ficado a semana toda sem dormir.

Não houve assembléia para poder acelerar as construções.

NONO DIA DE OCUPAÇÃO - Domingo, 19 de fevereiro de 1984.

Mesmo faltando muito para atingir os 700 barracos e não obstante a necessidade de intensificar o trabalho, cerca de 500 Filhos da Terra assistiram a uma missa campal ao entardecer.

O bispo dom Joel Ivo Catapan, da região Episcopal de Santana, chegou por volta das 16 horas. Com seu habitual Fusca, pela subida poeirenta, ele atravessou o palco das obras e alcançou a praça central no alto do morro.

Enquanto isto, lá embaixo na Igreja Nossa Senhora do Carmo, começava a processão. Carregado por cinco homens, vinha à frente um grande crucifixo com um pedaço de pano branco querendo simbolizar a paz.

Junto ao altar improvisado, enquanto aguardava a

procissão que subia lenta a estradinha de terra de aproximadamente um quilômetro e que dá acesso à praça, o Bispo falou aos repórteres que o cercavam:

"- Vim somente rezar com o povo. Não vim julgar até onde o movimento está certo. Não vim para julgar, mas para sofrer com os que sofrem. Esse é um problema do Brasil que não apóia o agricultor. Se o governo não apóia a reforma agrária, então que dê moradia na cidade." (Jornal da Tarde, 20/02/84)

Faixas e cartazes ilustravam a procissão:

- Ouvi o clamor do povo oprimido e vim libertá-lo. Ex.3,7
- Terra não se ganha, se conquista
- Estamos unidos na conquista da terra prometida
- O povo trabalhador quer seu cantinho pra morar
- Casa do Presidente Figueiredo vai custar 700 milhões
- A terra não se venderá para sempre porque a terra é minha - Levítico 25, 23

Todas as faixas e cartazes usadas pelo Movimento eram preparados no Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana pelos próprios ocupantes e com a ajuda do secretário Vanderlei Dambrós. (A faixa usada com mais frequência dizia: Somos Filhos da Terra e queremos negociar).

Presentes à missa, além do bispo, estavam os padres Raimundo Lispski, Pároco de Vila Paulistana, Olívio Bedin, Presidente do CDDH/VP, Hermenegildo Ribeiro, Pároco da Igreja de São Luiz do Jaçanã, Padre Dalmir, da Paróquia Nossa Sra Fátima do Jardim Tremembé e Padre Simões do Conjunto dos Bancários. E cerca de 500 Filhos da Terra.

A missa teve início com um cântido cujo refrão dizia o seguinte:

- A terra é de todos, disse Deus a Adão

Toma e cultiva, tira dela o seu pão

A terra é para todos e não só para os tubarões.

Durante a homilia Dom Joel voltou a relacionar o problema de moradia urbana com os latifúndios do campo:

"- Nossa caminhada é semelhante a do Povo de Deus vindo do Egito. O homem para viver precisa ter seu chão. Vocês estão nesta caminhada e hoje estou preocupado. Todo mundo precisa vir para a cidade porque as terras do interior estão ocupadas por grandes plantios. Se tivéssemos um apoio ao nosso agricultor não teríamos esse tipo de problema. Peço que o governo faça com que vocês tenham sua terra. Espero que sejam atendidos como condiz com a dignidade humana. Como Deus não abandonou os israelitas, espero que também não os abandone nessa caminhada difícil." (JT, 20/02/84)

O vento batia forte e por várias vezes durante a cerimônia os Filhos da Terra ergueram folhas de papel branco.

Por outro lado, o jovem estudante de Direito Lauro, preparava-se para enfrentar a segunda-feira, que no Judiciário prometia ser muito trabalhosa.

Neste domingo, em Osasco, houve comício pró Eleições Diretas para a Presidência da República. No palanque estava o Governador paulista. E o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco não perdeu tempo para pressionar em favor dos sem-terra do meio rural e dos Filhos da Terra de Vila Paulistana. Aproveitou a ocasião e entregou ao Governador Franco Montoro um abaixo-assinado contendo cerca de 500 assinaturas, e dizendo, no seu cabeçalho o seguinte:

"Nós, abaixo-assinados, participantes do Comício Pró Diretas em Osasco, reivindicamos que V.Sa. como Governador do Estado de São Paulo, dê a devida atenção àquêles que estão lutando pela posse da terra e por moradia, especialmente aos acampados do Pontal do Paranapanema e ao Movimento por Moradia Filhos da Terra (Vila Paulistana - Santana), pois não é

justo que alguns "ajuntem casa a casa, propriedade a propriedade" até serem os únicos donos da terra."

TODOS OS HOMENS TÊM DIREITO A MORADIA

(Decl. Universal dos Direitos Humanos, art. 25)

(a) assinaturas¹

DÉCIMO DIA DE OCUPAÇÃO - Segunda-feira, 20 de fevereiro de 1984

A expectativa de Lauro neste dia era de que a Santa Casa, para poder entrar com nova ação no Forum Central, manifestasse desistência do processo junto à Vara Distrital. Assim não precisaria aguardar o julgamento da excessão de incompetência. Ganharia tempo evidentemente, mesmo precisando esperar a homologação e a publicação no Diário Oficial da referida desistência na Vara Distrital.

O motorista de ônibus Cláudio Faro, que morava na casa da sogra, conseguiu finalmente o seu lote. A inscrição tinha sido feita por sua esposa que chegou a participar de algumas reuniões no salão paroquial. Estava sorridente. Enquanto erguia o barraco ao lado do seu Chevette amarelo, Cláudio não parava de falar: "- Tenho certeza de que isso um dia vai ser da gente".

Um levantamento feito pela Comissão Organizadora nesta segunda-feira, encontrou 112 famílias morando no terreno ocupado (FSP, 21/02/84). Cerca de 600 barracos estavam em fase de construção (OESP, 21/02/84). Num barraco cuja parede do fundo era um cobertor havia uma faixa: "Todos produzem riquezas. Por que só alguns têm direito à moradia?" (JT, 21/02/84 - foto de Rolando de Freitas).

Pela tarde houve uma reunião na Secretaria Estadual

1-Cópia do referido abaixo-assinado se encontra arquivado no CDDH/VP

de Justiça a que compareceram além do Secretário José Carlos Dias, a Secretária da FABES Marta Godinho, o Secretário executivo de Habitação do Estado, José Carlos Seixas, o Secretário dos Negócios Jurídicos do Município, José Afonso da Silva e o desembargador Lauro Malheiros, primeiro procurador jurídico da Santa Casa. Segundo José Carlos Dias, a reunião tratou de uma possível incorporação da área pela COHAB - Companhia Municipal de Habitação. Mas enquanto o primeiro procurador jurídico da Santa Casa se reunia com as autoridades, o primeiro escrivão e também desembargador Adriano Marrey ameaçava os Filhos da Terra com despejo:

"- Não vamos abrir mão de nossos direitos. Foi um ato de força e violência." (OESP, 21/02/84)

Lauro se valeu da imprensa para mandar um recado ao Governador Montoro:

"Nas invasões anteriores, a polícia era do Maluf. Agora é do Governo Democrático de São Paulo. Isso deve ter mudado alguma coisa. Além disso nunca houve uma invasão tão grande como essa." (Folha da Tarde, 21/02/84)

Uma comissão de cinco pessoas dizendo-se enviadas da Superintendência Regional da FABES - Santana procuraram Expedito para pedir 28 lotes a 28 famílias de uma Favela de Lauzanne Paulista. A imprensa deu destaque ao fato, uma vez que dois jornais - O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde - insinuavam constantemente que a FABES estaria engrossando os movimentos de ocupação de terrenos na capital. A Superintendente da FABES, bem como o Chefe de Gabinete de Marta Godinho, precisaram fazer um desmentido público negando o envio da referida comissão de cinco pessoas.

DÉCIMO PRIMEIRO DIA DE OCUPAÇÃO - Terça-feira, 21 de fevereiro de 1984

Esta terça-feira foi pródiga em doações. O Bispo D. Joel mandou 10 sacos de leite. Uma padaria do Tremembé veio oferecer 400 pães diários. Ana Dias, do Comitê Santos Dias da Silva, e a Deputada Federal do PT, Irma Passoni, trouxeram contribuições variadas. Desde dinheiro até cobertores.

O edital do jornal O Estado de São Paulo desde dia sugeriu que a Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social - FABES, passasse a se chamar "Secretaria Municipal da Invasão". Era uma denúncia apurada pelo próprio jornal de que a FABES estaria distribuindo listas de terrenos municipais disponíveis para invasão¹.

A Santa Casa continuou insistindo com a reintegração de posse junto à 3ª Vara Distrital de Tucuruvi. Adriana Marrey, irmão-escrivão da entidade declarou que os advogados da Irmandade encaminharam uma petição "fundados na Lei nº 3.947, de 08 de dezembro de 1983, que reorganizou as varas distritais, criando os foros regionais em sua substituição e que, em matéria cível, têm competência para julgar as ações possessorias, independentemente do valor da causa".

Mas, o Juiz Abbã Filho, deu a sua versão:

"- Em 08 de dezembro de 1983, foi aprovada a Lei nº 3.947, que no seu artigo 4º diz que os foros regionais terão competência para processar e julgar as ações possessorias sobre bens imóveis, independentemente do valor da causa. Entretanto, dias depois, o Conselho Superior da Magistratura publicou um comunicado no Diário Oficial da Justiça esclarecendo que a aplicação do disposto no artigo 4º dependia da instala

1-Vide anexo três.

ção de cada foro regional, o que não foi feito ainda. Assim, essa ampliação de competência não está vigorando, em razão pela qual prevalece, em tais casos, o limite de 50 salários mínimos para fixar as competências das Varas Distritais."

(OESP. e FSP, 23 e 23/02/84)

Neste mesmo dia, a comunidade São Gabriel, do Jardim Cipava, da cidade de Osasco, através de cartas e abaixo-assinados endereçados ao Governador Franco Montoro e ao Prefeito Mário Covas, manifestou repúdio pelo não atendimento das reivindicações dos Filhos da Terra e exigiu maior atenção ao Movimento. No texto da carta citou-se uma frase bíblica do livro do Profeta Isaías: "ai de vós, que ajuntais casa a casa, e acrescentais propriedade a propriedade, até não deixar mais terrenos e habitardes somente vós sobre a terra" (5,8)¹.

DÉCIMO SEGUNDO DIA DE OCUPAÇÃO - Quarta feira, 22 de fevereiro de 1984

Como toda manhã desde a ocupação, José Gildo, por volta das sete horas, foi até à praça hastear a Bandeira Nacional (era retirada toda noite para "não ficar no escuro"). Mas, neste dia, ele hasteou duas bandeiras. A bandeira do Movimento ficara pronta na véspera. "Era toda vermelha e com uma estrela que nem a do PT e tava escrito Filhos da Terra" (José Gildo, depoimento).

Continuavam surgindo dezenas de famílias em busca de lotes. Cada qual com uma história dramática. O Sr. José Coelho Borges veio falar com a Comissão pedindo um lote. Mas lhe responderam que somente a partir de 24 de março, quando haveria uma assembléia para encontrar uma solução aos que chega-

1-Cópias das cartas e dos abaixo-assinados atualmente se encontram arquivados no CDDH/VP

ram tarde e sobraram. Não satisfeito e disposto a qualquer sacrifício para conseguir o lote, foi depressa até a EEPSG Ângelo Borges onde estudam seus filhos. Lá chegando conseguiu falar com a Diretora que então lhe fez uma carta de apresentação e de recomendação. A carta foi redigida nos seguintes termos ao padre da Igreja Nossa Sra. do Carmo: (desconhecia que o movimento tinha uma Comissão Organizadora):

São Paulo, 22 de março de 1984.

DD. Pároco da Igreja Nossa Sra. do Carmo

Assunto: Direito pró-Morar

Levo a V.Sa. a justificativa de que o Sr. José Coelho Borges, Carteira Profissional de nº 09072/305 A, é pessoa super carente, além de sua invalidez física; e construiu uma família relativamente numerosa e ainda sem idade para o trabalho, segundo a legislação que rege o direito do emprego.

Todos estudam neste estabelecimento de Ensino, assim justifica o interesse em tentar ajudá-lo a ter também sua opção de vir a construir sua moradia nesta área comunitária a que V.Sa. tão dignamente dirige.

Louvo a Deus que seu trabalho seja contínuo e progressivo no bem estar destas famílias que tanto necessitam de amparo.

(a) Dolores Aparecida Cabana Prado

Diretora

Nesta quarta-feira já havia cerca de 200 famílias morando na área e enquanto isso novos barracos eram erguidos.

O despejo violento de 17 famílias ocorrido na manhã deste dia perto da Favela Beibinha, no Parque Novo Mundo, não longe dali, provocou um mal estar entre os Filhos da Terra.

Os barracos foram totalmente destruídos, a população atirou pedras contra os policiais que revidaram com gás lacrimogênio.

Apesar do mal estar a Comissão deu ordem para continuar os trabalhos.

DÉCIMO TERCEIRO DIA DE OCUPAÇÃO - Quinta-feira, 23 de fevereiro de 1984.

Como a gleba ainda não oferecia espaço para abrigar todos os pretendentes aos lotes de 100 metros quadrados, cogitou-se de ocupar um terreno ao lado, pertencente ao Deputado Federal Paulo Maluf. Segundo Severino, a ocupação deste terreno só não ocorreu porque o local "era guardado dia e noite por um grupo de homens armados até com rifle" (OESP, 24 de fevereiro de 1984).

Por outro lado, contudo, Severino conseguiu ampliar a ocupação no sentido Norte, na direção de uma rede de transmissão de energia elétrica das Furnas S/A. O guarda Roberto, da Santa Casa, que vigiava o local, disse a Severino:

"- Deixo você cruzar esta cerca de arame farpado se você demarcar um lote prá mim e outro prá minha mãe."

Em poucos minutos a cerca de arame farpado foi vencida. (Atualmente o guarda Roberto mora no Jardim Filhos da Terra). Segundo Severino, "ele e a mãe pagavam só de aluguel mais da metade do salário que ele recebia da Santa Casa".

Nota oficial atribuindo responsabilidade às Administrações Regionais pela fiscalização das áreas públicas do Município foi distribuída pelo Secretário Sampaio Doria depois de reunião do Prefeito com o Secretariado. A nota culpava o Governo Federal pela tragédia dos desabrigados da cidade e fazia um gancho para pedir mobilização popular na busca de eleições diretas para Presidente da República. Nesta é-

poca a campanha da "Diretas Já" estava em absoluta evidência.

Eis o texto da nota:

1. As Administrações Regionais devem assumir a responsabilidade exclusiva pela guarda e fiscalização da integridade física das áreas públicas municipais, de uso comum, cuja ocupação não será permitida, devendo, para tanto, o administrador empregar todos os esforços a seu alcance, especialmente o diálogo e a negociação.

2. Os administradores deverão intensificar o programa já em curso, de implantação de novas praças ou equipamentos sociais nas áreas ociosas, mobilizando, sempre que possível, a comunidade local para auxiliar, através de mutirões, no desenvolvimento deste programa.

3. A invasão ou tentativa de invasão de áreas não pertencentes ao município não envolvem a responsabilidade da Prefeitura, razão pela qual o administrador somente deverá interferir quando o seu papel de mediação entre as partes em conflito configurar-se útil e puder contribuir para a solução pacífica e negociada do impasse.

4. Os administradores deverão identificar e reprimir, com todo o rigor e severidade que a lei autoriza, a ação criminosa de aventureiros, grileiros e especuladores que, tendo se infiltrado entre as famílias verdadeiramente, carentes e desabrigadas, lograram obter vantagens em ocupações já ocorridas, estando agora a negociar, alugar ou permitir os lotes, edificações ou barracos que ilícitamente ergueram.

5. Os administradores deverão valer-se de todas as oportunidades de manifestação pública para denunciar que a tragédia dos desabrigados desta cidade, como a dos desempregados, desnutridos e marginalizados de toda espécie e

de responsabilidade direta e exclusiva do governo federal. E que a continuidade desta política econômica insuportavelmente recessiva, anti-social e anti-nacional, que trouxe o país à ruína e o encaminha agora, a passos largos, para a convulsão social nas grandes cidades brasileiras, somente será detida pela mobilização popular crescente em busca da eleição direta para a Presidência da República. (Folha de São Paulo, 24/02/84)

A Assembléia da noite tratou dos preparativos da ida de uma caravana de 300 pessoas até o Gabinete do Prefeito. Foi feita uma coleta para se fretar três ônibus da empresa de Auto Viação Nações Unidas Ltda, do Jardim Tremembé.

A determinação final da Assembléia foi de não voltar do Gabinete do Prefeito sem uma solução.

DÉCIDO QUARTO DIA DE OCUPAÇÃO - Sexta-feira, 24 de fevereiro de 1984.

Os três ônibus, totalmente lotados, chegaram ao Parque do Ibirapuera pouco antes das nove horas da manhã. Pela terceira vez se tentaria convencer o Prefeito a negociar uma saída entre a Prefeitura e a Santa Casa. Esta última desde o começo intransigente na sua posição: "Não negociamos com invasores".

Foram informados de que o Prefeito não se encontrava. Fora participar da reinauguração do Hospital do Mandaqui e entregar um Pronto Socorro que a Prefeitura instalou naquela unidade hospitalar do Estado. O Deputado Estadual Eduardo Jorge, do Partido dos Trabalhadores, dispôs-se a procurar Mário Covas e pedir que recebesse um grupo de Filhos da Terra.

Enquanto isso os Filhos da Terra aguardaram a chegada do Prefeito no pátio do Parque do Ibirapuera exibindo faixas.

xas que diziam: Somos Filhos da Terra e queremos negociar, ou Terra não se ganha, se conquista.

Também cantaram. E segundo José Gildo se cantou muito "aquela música do nosso folheto que fala dos palácios e das favelas"¹ (depoimento).

Deu meio-dia, o pessoal com fome, e nada de Prefeito. Deu duas horas, o pessoal cansado, e nada de Prefeito.

Atendeu às quinze horas e só aceitou falar com dez pessoas por trinta minutos. O encontro foi presenciado pelos secretários dos Negócios Jurídicos e das Administrações Regionais. Também estava presente o Administrador Regional de Santana-Tucuruvi, Levi Bucalem Ferrari.

Pediram a desapropriação da área com posterior cessão de uso. O Prefeito disse não.

Daí pediram aquisição com financiamento subsidiado pela Prefeitura. O Prefeito foi categórico:

"- Não tenho intenção de comprar a área." (Folha da Tarde, 25/02/84).

Argumentou que a desapropriação daquela área poderia abrir precedentes:

"- Tem uma porção de gente na situação de vocês. A cada instante somos colocados diante dessa contingência. Vocês invadem uma área e depois querem que a Prefeitura resolva o problema. Não posso fazer isso, pois se o fizesse, teria de fazer na cidade inteira e não tenho recursos para isso.")

Alguém da Comissão disse:

1-Barracos e Favelas
Em nossas vilas;
Pobres e analfabetos
enchem as filas

E nos palácios ô lê lê
Vivem os príncipes
Sem saber que lá fora
A vida é triste

Metralhadoras e canhões
Ficam armados;
Somos todos irmãos
Irmãos calados

Unamos as nossas mãos
Prá vencer a guerra;
Façamos uma canção
De amor à terra.

"- Mas seu Prefeito, foi um ato de desespero nosso. O que então o Senhor pode fazer pelas 1027 famílias?"

"- Posso apenas encaminhá-las ao setor municipal de habitação. A Prefeitura compra áreas para executar projetos habitacionais e não para dá-las."

"Olha Seu Prefeito, no caso de despejo não vai sobrar outra saída senão acampar no Parque do Ibirapuera", disse José Gildo.

"- Vocês não me consultaram antes de invadir a áreas, agora vocês não podem jogar em cima de mim o ônus do estouro."

Desconcertados diante das negativas:

"- Já que o Senhor não vai ajudar a gente, então de qualquer forma está convidado a visitar a área onde se trabalha dia e noite."

"- De jeito nenhum. Em outra circunstância eu iria. Se vocês tivessem me convidado antes (da invasão)."

Expedido atalhou:

"- Mas lá só tinha mato seu Prefeito."

E acrescentou:

"- Será que o Senhor não podia falar com o Secretário Seixas, do Estado, pra ver se ele resolve?"

"- Vou estudar o assunto."

Na saída, a Comissão resolveu ir direto ao Palácio dos Bandeirantes e falar com o Governador. Aos que ficaram do lado de fora não foi preciso dizer coisa alguma. O rosto estampava mais um fracasso.

Conferido o relógio, acabaram não achando conveniente ir imediatamente ao Palácio dos Bandeirantes. Sexta-feira, final de expediente, era mais provável dar com o nariz nas grades do portão palaciano.

O retorno à Vila Paulistana foi silencioso.

No final da tarde a Santa Casa de Misericórdia dis-

tribuiu nota à imprensa:

A posição da Santa Casa

Aqui, na íntegra, um documento divulgado pela Irmandade da Santa Casa a propósito da invasão de suas terras:

"Tornou-se público e notório, pelas informações da imprensa, o fato da invasão ocorrida em área de terras pertencentes à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, no bairro de Jaçanã. Esta, em defesa de legítimos direitos, reagiu pelas vias legais, ajuizando Ação de Reintegração de Posse, ora em andamento.

Sem embargo de sua deliberação de rejeitar quaisquer negociações com os espoliadores de seu patrimônio, deseja a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo alertar aos atuais invasores, e a terceiros que venham a eles se agregar, estarem sendo vítimas de falsas promessas, fruto de mera demagogia.

Nem de outra forma se qualifica o ato de partilhar, mediante violência, terras de entidades, como a Santa Casa — tanto mais que na própria organização a que pertencem existem terras disponíveis para distribuição, conservadas, entretanto, para especulação imobiliária. Sua conduta apenas leva à formação de novas favelas, com todo o seu aspecto de miséria, em nada contribuindo para solucionar o reconhecidamente grave problema habitacional.

Por outro lado relembra a Irmandade que a finalidade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo é a prestação de assistência médica e hospitalar, no exercício de caridade evangélica, às pessoas desprovidas de recursos para tratamento de saúde. Para atender ao alto custo desse serviço público, prestado desinteressadamente à coletividade, necessita ela dos seus bens imóveis, cujo valor concorrerá para a manutenção da assistência aos enfermos pobres. Não pode abrir mão do que

se destina ao serviço da própria coletividade. A invasão efetuada atenta contra o interesse, que é o de obter da Santa Casa a assistência médica quando dela se necessite, e na medida em que disponha de recursos para o atendimento público mais desvalido. Contam-se por milhares os que ali recebem o tratamento completo, sem nenhuma despesa.

Não se justifica nem legal nem moralmente, o procedimento dos invasores, nem, muito menos - sejam eles quem forem - dos que os que vem estimulando à prática de crime de esbulho possessório, previsto no Cod. Penal e punido nos termos nele estabelecidos.

Em suma, a Santa Casa não pode ser despojada do que deve garantir a continuidade de seus serviços de assistência social, dispensada gratuitamente aos que dela se socorrem, particularmente as pessoas humildes, da categoria dos atuais invasores." (JT, 25/02/84)

Tendo em vista a grande repercussão que a ocupação vinha alcançando na imprensa, a Comissão dos Desabrigados de Petrópolis encaminhou uma carta de solidariedade aos Filhos da Terra, dizendo o seguinte:

Petrópolis, 24 de fevereiro de 1984.

Ao

MOVIMENTO POR MORADIA

FILHOS DA TERRA

Nós participantes da Comissão dos Desabrigados de Petrópolis, recebemos através do GAJP o primeiro livreto de vocês sobre moradia.

Em nossa reunião do dia 18 de fevereiro de 1984, usamos o livreto para reflexão. Todos os desabrigados presentes chegaram à conclusão de que o problema de vocês tem muita identificação com a nossa luta.

Há dois anos estamos tentando alguma forma de conseguir casas para os 1500 desabrigados de 1981, mas infelizmente chegamos à conclusão que não podemos mais continuar com tanto diálogo, pois até agora só conseguimos 25 casas.

Achamos muito sugestivo o que vocês fizeram, e a partir daí começamos a amadurecer algumas idéias que já estavam em nossas cabeças.

Na certeza de que estamos unidos na mesma luta, gostaríamos de dizer que podem contar com o nosso apoio e solidariedade.

COMISSÃO DOS DESABRIGADOS DE PETRÓPOLIS

(a) Vanda Lúcia Pereira Machado

Irene de Sousa Silva

Manoel Q. Lopes Neto

Albertina Graciano da Conceição

Eliete de Souza

Cecília Maria Graciano

Maria Tereza de Almeida

DÉCIMO QUINTO DIA DE OCUPAÇÃO - Sábado, 25 de fevereiro de 1984.

As obras com os barracos continuavam ininterruptas, dia e noite. É bem provável que a esta altura quando o movimento aglomerara uma multidão, a Comissão Organizadora não conseguia transmitir em detalhes a todo mundo ocupante, os momentos difíceis que se atravessava.

O entusiasmo dos construtores de barracos não era o mesmo da Comissão. Acrescente-se o cansaço. Acrescente-se as noites mal dormidas. As equipes de multirão se revezavam. A Comissão não.

O certo é que neste dia a Comissão aprovou a redação

de uma carta que devia ser endereçada a todas as comunidades de base e centros de defesa dos direitos humanos pedindo contribuições e solidariedade.

O texto da carta bem reflete o estado de espírito do dia: buscar legitimidade ao meio de tantas condenações. As autoridades condenaram a ocupação (Prefeito e auxiliares) ; parte da imprensa também (OESP, JB, JT, DP, GZN, TV Globo). A Santa Casa se mantinha impassível. Os vizinhos mais abastados vociferando: "Este bairro não presta mais, vai virar uma favela"¹.

Todas as tentativas de negociação tinham fracassado

Diz o texto da carta:

São Paulo, 25 de fevereiro de 1984.

Caríssimos irmãos

Nós, do Movimento por Moradia FILHOS DA TERRA, diante da situação de desespero em que nos encontrávamos, resolvemos ocupar uma área desocupada na Vila Paulistana onde a Santa Casa de Misericórdia se diz proprietária.

Desde o dia 11/02 que estamos nesta área vivendo em condições precárias contando com uma população de mais de 4000 pessoas dentre elas: mulheres grávidas e muitas crianças. Estamos sem as mínimas condições de infra-estrutura para abrigar esse contingente, por isso é que estamos precisando da sua ajuda que pode ser dada através de:

- doação de alimentos
- remédios
- material de construção
- transporte em geral.

1-De fato, depois que a ocupação se consolidou definitivamente, era possível verificar-se num loteamento de luxo de frente ao Jardim Filhos da Terra, inúmeras placas de VENDE-SE ESTA CASA.

Acreditamos que a função social da terra está acima da propriedade privada, e ser mais justo a ocupação desta terra por nós pessoas necessitadas, do que estar ociosa nas mãos da Santa Casa de Misericórdia, para especulação imobiliária.

O nosso movimento conta com a solidariedade e a colaboração de todos.

"A TERRA NÃO SE VENDERÁ PARA SEMPRE, PORQUE A TERRA É MINHA; POIS VÓS SOIS PARA MIM ESTRANGEIROS E PEREGRINOS" (Lev. 25, 23)

MOVIMENTO POR MORADIA FILHOS DA TERRA

Conforme veremos mais à frente, esta carta teve uma receptividade e um retorno excelentes para o movimento.

Para descontraír a tensão do sábado, no final da tarde, José Gildo matou uma cobra e sorridente exibiu-a longamente para a imprensa e para os colegas. "É a sétima", dizia ela.

DÉCIMO SEXTO DIA DE OCUPAÇÃO - Domingo, 20 de fevereiro de 1984.

Expedito estava furioso:

"- Nós chegamos a pedir esmolas para conseguir pagar o frete dos três ônibus. O Prefeito fez a gente esperar das nove até as três horas, com sede e com fome. E depois de tudo ele só quis falar com 10 dos nossos, e mesmo assim para dizer que não ia fazer nada. Se Mário Covas estivesse em campanha pelo Governo do Estado, com certeza acharia um jeito de vir até aqui. Afinal a gente não é bandido nem nada. A gente quer comprar o terreno e viver como gente. Não é possível que não se chegue a um acordo." (Folha da Tarde, 28/02/84)

Dentro do barracão onde funcionava a cozinha comunitária, Maria Aparecida reclamava:

"- Acabou o leite, o açúcar, o arroz, o feijão e até o óleo. Daqui prá frente cada um vai ter que se virar por si."

O Coronel Ubiratan, Comandante do 3º BPM apareceu no local com uma viatura da polícia e alguns soldados. Disse ter vindo "conhecer de perto" os trabalhos de construção das casas. Mas não lhe foi permitido adentrar o interior do terreno. Teve que se contentar de ver tudo do "portão" ou bloqueio de segurança próximo à praça. Quando ameaçou entrar de carro José Gildo fechou a passagem estendendo aquela faixa de pano: SOMOS FILHOS DA TERRA E QUEREMOS NEGOCIAR.

E disse ao Coronel:

"- O Senhor é autoridade, mas não aqui dentro. Aqui dentro as autoridades somos nós da Comissão. Nosso governo é próprio."

O Coronel recuou e disse aos soldados:

"- Eles estão de parabéns pela organização. E não insistiu mais."¹

DÉCIMO SÉTIMO DIA DE OCUPAÇÃO - Segunda-feira, 27 de fevereiro de 1984.

O Jornal da Tarde deste dia publicou um editorial que teve repercussão entre as autoridades ainda titubeantes e sem posicionamento definido em relação ao Movimento Filhos da Terra. O Deputado Estadual José Gregori, do mesmo Partido do Governador e do Prefeito - PMDB, ligado à Arquidiocese de São Paulo - Comissão de Justiça e Paz, chegou a telefonar para o Padre Olívio. Foi muito claro:

"- O Governo Estadual quer uma solução adequada, mas está numa corda bamba. O Jornal da Tarde faz acusações de

1-Segundo José Gildo e Severino, depois que a ocupação se consolidou definitivamente, o Cel. Ubiratan os convidou a "tomar café" na sede do Batalhão. Lá teria dito: Querem saber da verdade, não desalojamos vocês, de medo. Estavam muito bem organizados.

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER

conivência com as invasões e a oposição de direita pressiona."¹

Durante a noite às escondidas, o Deputado Gregori visitou o canteiro de obras que tanto celeuma vinha causando. Foi na companhia do padre. Sorrateiramente porque:

"- Ninguém pode me ver. Não quero envolver o PMDB nisso mais do que já está."

Gregori aproveitou para confirmar para a quarta-feira seguinte a pretendida reunião da Comissão com o Secretário Executivo de Habitação do Estado, José Carlos Seixas. E ainda fez algumas sugestões ao movimento:

"- Já que a Santa Casa não quer negociar com invasores, é preciso buscar um interlocutor. O ideal seria criar uma associação na qual todos fossem cooperados. Esta associação elaboraria um projeto convincente demonstrando interesse em desenvolver, por exemplo, técnicas especiais de habitação, ocupação especial ou com curvas de nível; prevendo creche, escola, centro comunitário, Posto de Saúde, farmácia, Box da Cobal. O Governo estadual não é contra o movimento em si. O problema é de princípios. Precisa justificar a compra. Daí a necessidade do aproveitamento maximizado."²

DÉCIMO OITAVO DIA DE OCUPAÇÃO - Terça-feira, 28 de fevereiro de 1984.

Novas Liminares de Despejo

Os juizes Teodomiro Cerilo Mendez Fernandez e Adauto Faria da Silva, da 23ª e 28ª Varas Cível, concedram, nesta terça-feira, liminares de reintegração de posse à Santa Casa. Como uma parte da área ocupada ficava na Zona Rural e

1-"A invasão de terras e a anatomia da subversão"-pág. 04, vi de anexo 4

2-De rascunho manuscrito arquivado no CDDH/VP.

outra na Zona Urbana, houve necessidade de dois despachos.

O Juiz Mendez Fernandez mandou em seu despacho requisitar força policial para apoiar os oficiais de justiça no trabalho de retirada dos ocupantes do terreno.

Lauro ficou sabendo dos despachos por volta das 18:30 horas. Imediatamente se dirigiu à Vila Paulistana e comunicou o fato aos demais membros da Comissão que convocou então uma grande assembléia a que compareceram cerca de 300 Filhos da Terra. A Vereadora do PT, Luiza Erondina, estava presente e prometeu publicamente falar ainda pela noite com os secretários da Justiça, da Segurança Pública e da Habitação Municipal e Estadual. Era o único alento naquele instante.

A Comissão conclamou a que se fizesse uma resistência pacífica. As crianças e as mulheres deveriam isolar os acessos ao terreno, os homens continuariam trabalhando normalmente e só seriam chamados em última instância. Aqueles que trabalhassem fora deveriam faltar para poder permanecer no terreno.

Apesar do cansaço e das intermináveis andanças de Vila Paulistana a tantos Gabinetes de autoridades, não se perdia a esperança. No dia seguinte haveria nova tentativa de negociação, desta vez no Palácio dos Bandeirantes.

DÉCIMO NONO DIA DE OCUPAÇÃO - Quarta-feira, 29 de fevereiro de 1984.

Tentar Negociar com o Governo Estadual

Logo cedo chegaram a Vereadora Luisa Erondina e o Deputado Estadual Eduardo Jorge, ambos do PT. E, em pouco menos de meia hora lá se foram de carro oficial na direção do Palácio dos Bandeirantes: Paula, Expedito, Severino, José Gil

do, Vanderlei, Odonilza e outros. Iam falar com o Secretário extraordinário de Habitação do Estado, José Carlos Seixas.

Levaram consigo o pedido de desapropriação da área pelo Estado e posterior cessão de uso aos ocupantes do Movimento Filhos da Terra.

O Secretário Seixas respondeu:

"- O Estado não pode negociar com ocupantes de uma propriedade privada enquanto estiverem na condição de invasores. A invasão não é processo para resolver o problema de habitação. Este é um governo democrático que se dispõe discutir com qualquer grupo, propostas para viabilizar soluções no campo habitacional. Mas não consta da plataforma do PMDB e não passa pela nossa cabeça a extinção da propriedade privada. O Governo do Estado defende a reformulação de algumas leis mas pretende respeitar as leis existentes. Só vejo uma solução, a de que vocês primeiro desocupem a área e depois procurem negociar." (FT, 01/03/84)

De nada valeram os argumentos relativos à impossibilidade de remover todas as famílias. De nada valeu insistir. O Secretário não recuou um palmo. E concluiu:

"- Voltem amanhã com uma nova proposta, uma reivindicação "mais viável", que leve em conta a desocupação. Posso até me comprometer a encontrar um local que possa abrigar estas famílias."

No próprio jardim do Palácio a pequena Comissão repudiou a sugestão do Secretário que no entanto foi levada à assembléia da noite em Vila Paulistana.

Este foi o dia mais tenso para os que ficaram no acampamento. Aguardava-se para qualquer momento a chegada dos Oficiais de Justiça acompanhados de escolta policial.

Choveu muito à tarde, molhando as várias faixas es-

trategicamente estendidas na área: SOMOS FILHOS DA TERRA E QUEREMOS NEGOCIAR.

Seis famílias conseguiram liminar para permanecer no local. Já residiam ali antes de onze de fevereiro. Isso alegrou Lauro que preparou uma estratégia de não informar à polícia quais eram os barracos assegurados pela referida liminar. É que as casas destas seis famílias haviam sido desmanchadas e reconstruídas consoante o novo arruamento. Não se — ria portanto fácil identificá-las.

A sugestão do Secretário Seixas foi muito discutido na Assembléia da noite no barracão. Ao final se resolveu aceitar a oferta de um local para instalar as famílias enquanto se aguardaria uma solução. Avaliou-se que o Secretário Seixas jamais encontraria um espaço capaz de abrigar tanta gente. Aí se acrescentou a exigência de um local único para todos e nas adjacências de Vila Paulistana. Em sendo inexequível, estrategicamente abriria um novo período de negociações.

VIGÉSIMO DIA DE OCUPAÇÃO - Quinta-feira, 19 de março de 1984.

Tensão - Negociação - Apoio do Intelectual

O jornal DIÁRIO POPULAR amanheceu com a seguinte manchete, em letras garrafais: "JACANÃ VIVE CLIMA DE TENSÃO — Invasores ameaçam resistir à ordem de despejo que será cumprida hoje".

A última pesquisa feita pela Comissão acusava a presença de 1027 famílias envolvidas diretamente com o Movimento. Todas elas tendo já seus lotes demarcados, e erguendo barracos. Aquelas que não tinham condição nenhuma de compra de material de construção, erguiam seus barracos com restos de madeira e cobertores. O fundamental era garantir o lote.

Desde segunda-feira, quando se acabaram os mantimentos, a cozinha comunitária não funcionava mais. Cada família fazia suas refeições por si.

O senador do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, em sua coluna semanal na FOLHA DE SÃO PAULO, chamava neste dia a atenção para o problema das ocupações. Segundo Cardoso, o número de invasões tende a crescer quando a política salarial arrocha os pobres e quando a política habitacional deixa de proteger os menos favorecidos. O número de invasões aumentara nos últimos anos: 14 em 1981, 17 em 1982, 11 em 1983 e 08 só no começo de 1984. A média mensal que era de uma invasão por mês, pulou para quatro, e o número de famílias que até 1983 não havia ultrapassado a centena, em 1984, chegava a 1483 (dados da FABES).

Cardoso acreditava ser inconsistente para os governos democráticos comprometidos com os anseios populares, ficar simplesmente assistindo a invasões e depois à reintegração de posse. Recomendava ao PMDB e aos demais partidos populares travar uma batalha no Congresso para melhorar a lei dos salários e congelar os aluguéis dos pobres¹.

Neste dia uma Comissão voltou ao Palácio dos Bandeirantes para levar a nova posição do movimento ao secretário da Habitação, José Carlos Seixas:

"- primeiro - Estamos dispostos a desocupar o terreno de que o Governo do Estado encontre um local para receber todo mundo ligado ao Movimento.

- segundo - Todas as 1027 famílias deverão ficar no mesmo local, não queremos divisão.

- terceiro - O local de abrigo deve ficar próximo à Vila

1-Vide anexo 4.

Paulistana e todos os abrigados devem receber alimentação e remédios.

- quanto - Enquanto se procura o tal local, nem a polícia, nem os Oficiais de Justiça poderão mexer nos barracos.

- quinto - Queremos uma garantia do Secretário (Seixas) de que nossos barracos irão permanecer intactos e de que nenhum será derrubado. Para tanto, vamos manter uma equipe nossa de segurança para vigiar as coisas.

- sexto - Em caso de transferência para outra área, queremos indenização pelos gastos efetuados com material de construção."

O Secretário respondeu:

"- Dentro dos limites legais há muito pouco a ser feito com relação à ação judicial de resgate da posse. É uma decisão do Judiciário. Agora, se vocês estão dispostos a desocupar a área, vou providenciar um local que os abrigue. Também posso me comprometer a avisá-los com antecedência de 24 horas da ocorrência do despejo. Aconselho a não tentar um enfrentamento com a polícia."

O acordo acabou saindo.

VIGÉSIMO PRIMEIRO DIA DE OCUPAÇÃO - Sexta-feira, 2 de março de 1984.

Um Novo Bairro em São Paulo

Correu notícia de que o Secretário Seixas havia se comprometido a providenciar um local para abrigo de todas as famílias enquanto as casas não seriam mexidas até haver novas negociações.

Apesar de otimista em relação à verdade, a notícia foi suficiente para acelerar as construções. Nos dois dias anteriores, diante da ameaça de despejo, a maioria preferiu

ficar de alerta diminuindo o ritmo dos trabalhos.

A esta altura um novo bairro já se havia desenhado na paisagem da região. E densamente habitado.

A sexta-feira marcou a entrada das festas de Carnaval de 1984.

VIGÉSIMO SEXTO DIA DE OCUPAÇÃO - Quarta-feira de Cinzas

Pela tarde uma pequena Comissão se dirigiu ao Palácio dos Bandeirantes para uma reunião com o Secretário Seixas conforme ficara acertado na semana anterior. Acabaram frustrados e sem resultado nenhum porque simplesmente o Secretário tinha ido viajar e ainda não voltara (Diário Popular, 09 de março de 1984).

De volta passaram pela avenida Tiradentes, junto às arquibancadas do Carnaval; o seminarista Josival comentou:

"- O que falta de material na Serra Pelada, tá sobrando aqui." (depoimento)

A TV Cultura - Canal "2", fez uma reportagem com Expedito:

"- O que vocês mais precisam de imediato?"

"- De tudo, tudo o que vocês podem imaginar o povo aqui tá precisando: remédios, comida, agasalho para crianças, madeiras, telhas, bloco, cimento e principalmente a compreensão das autoridades."

Suzana Vitorino, 30 anos, Relações Públicas de um consultório médico na Mooca, desquitada, dois filhos, depois de ter dormido três noites em cima de um basculante carregado de areia, teve finalmente seu lote demarcado. Estava radiante de alegria: "- Até que enfim consegui o meu", dizia ela (depoimento).

Neste dia chegou às mãos da Comissão Organizadora um pedido de terreno dizendo o seguinte:

"Ao Movimento Movimento Moradia Filhos da Terra

Eu Antônio da Silva venho mui respeitosamente depender desta comissão uma caridade pois sou pobre tenho 10 filhos Estou despejado por pequeno prazo não tenho recurso nenhum ara agazalhar meus filhos Até gostaria que o Senhores fizesse uma sindicância na minha casa Estou desempregado só minha esposa trabalha o que ganha não dá para manter as despesa.

Espero destes vossos corações bondosos me dar uma sistência um pequenino chão para fazer um barracão para agazalhar meus filhos dependendo desta caridade ofereço meu trabalho e de meus filhos só poderei pagar esta caridade fazendo precis a Deus que acopanha os passos desta Comissão.

Sem mais no momento

subiscrevo

(a) Antônio da Silva"

Por se tratar de um caso de extrema gravidade, a Comissão achou por bem demarcar um terreno para o Antônio da Silva. A maioria dos pedidos era transferida para o dia 24 de março quando se planejava uma solução para os excedentes.

CARNAVAL DE 1984 - 03, 04, 05 e 06 de março

Fossas - Caminhão de Pedras - Discussão com a Rede Globo e o Jornal da Tarde - Serra Pelada

Para a maioria dos Filhos da Terra, o Carnaval deste ano passou despercebido tal o empenho e a preocupação com a posse definitiva do pequeno pedaço de chão. Apenas alguns poucos jovens participaram dos desfiles da Escola de Samba na Av. Tiradentes.

A Comissão aproveitou a folga de vários homens no feriado de Carnaval e reorganizou as equipes de mutirão. Ampliou algumas equipes e criou novas. Alguns barracos improvisados foram desmanchados para dar lugar a outros melhores — de alvenaria. Segundo Expedito, na rua 3 havia uma família cuja carência era tanta, que o barraco era feito de quatro paus e coberto de galhos de árvore com folhas.

Foram feitos alguns buracos ao longo da gleba para servir de fossa. Como não havia canos condutores, foram feitas valetas para quebrar o galho¹.

Expedito teve uma discussão acalorada com a repórter — ter do Jornal da Tarde que cobria a ocupação:

"- Se você insistir em publicar notícia ruim da gente, vou te proibir de fazer cobertura aqui. E tem mais, a partir de hoje você só fala comigo."

A repórter insistira em saber se era verdade que à noite, atrás do barracão comunitário "tinha homem atacando mulher" (depoimento).

Também a Rede Globo de Televisão passou pela clivagem de Expedito:

"- Vocês fazem tantas reportagens, tantas entrevistas comigo, mas não põem nada disso no ar. Só falam que vai ter despejo. De hoje em diante só vou dar entrevista depois que vocês puserem no ar aquelas reportagens já feitas. Deve ter um monte de prontas." (depoimento)

Havia boatos insistentes de que a Santa Casa tinha preparado 40 caminhões e várias ambulâncias para a execução do despejo.

Na segunda-feira, a Comissão resolveu comprar uma

1-Até hoje (1987) o esgoto se dá por valetas até às fossas.

carga de pedras (caminhão) com dinheiro recebido de doações. Estas pedras, de tamanho grande, foram espalhadas pela praça. Também foram feitos centenas de cassetetes de pau roliço que sobrou do mato derrubado. Tais cassetetes tinham cerca de um metro de comprimento e foram guardados em pequenos montes em vários barracos. Segundo Exedito:

"- Se a polícia aparecesse, o povo não ia precisar ficar procurando pau e pedra prá atacar. Era só agachar e atirar. As pedras eram grandes, só cabia uma na mão de um homem. Ia dá prá fazer um estrago. Mas antes a gente ia procurar conversar com a polícia pelo microfone do alto-falante. Se não tivesse diálogo, alguém na hora ia gritar: 'pega pedra'".

O Padre Raimundo foi ameaçado de morte por telefone. Culpavam-no de incitamento à invasão. A coisa foi tão séria que o Padre ficou muito abatido. Daí o Severino, José Gildo, Vanderlei e Exedito montaram tocaia na Igreja, mas ninguém apareceu. Aí o Padre acabou viajando e ficou alguns dias fora. (depoimento)

Uma repórter francesa entrevistou Exedito. Ele nos conta:

"- Lá nos estrangeiros ficaram sabendo do nosso movimento. Sabe como é, essas coisas correm o mundo. Uma repórter me procurou e disse que tinha vindo direto da França só para cobrir a invasão da nossa Serra Pelada¹. Falou o nome do jornal onde ela trabalhava, mas esqueci. Era um nome complicado, de gringo mesmo.

Entrevistou eu bem umas duas horas. Ela falava tudo enrolado. Não sei se ela entendia direito o que eu falava. Só sei que mandei o pau. Ela gravou. Acho que depois ficou estu

1-Serra Pelada era o apelido que os Filhos da Terra davam ao terreno ocupado: um morro totalmente despido do mato em poucos dias.

dando devagarinho tudo o que eu disse. Ela disse que tinha admirado muito o nome do nosso Movimento: FILHOS DA TERRA."
(depoimento)

No dia cinco de março, segunda-feira de Carnaval, atendendo ao pedido de solidariedade do Movimento através da carta circular de 25 de fevereiro, o Centro Interparoquial de Defesa dos Direitos Humanos de Senador Pompeu e Milhã - Ceará, expediu cartas de protesto ao Governador e ao Prefeito de São Paulo:

"- Senhor Prefeito

É com profunda tristeza que a gente acompanha o sofrimento das famílias desabrigada, da Av. Antonelli de Missina, 772, V. Paulista, que se encontram no desespero, por falta, de habitação para morar, que V.Exa. diante das negociações não apresentou nenhuma solução.

Queremos por meio desta carta manifestar nossos protesto contra a imaturidade com as famílias sofredora citada acima, pelo menos receber e tratar com a dignidade que qualquer pessoa humana merece.

Atenciosamente

(a) Valfrido F. de Lima
secretário"

"- Senhor Governador

Através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos recebemos notícia a respeito do sofrimento das famílias desabrigada, na av. Antonelli de Missina, 772, por falta de apoio diante das negociações, que o apresentaram, ao Prefeito Mário Covas.

Queremos, por meio desta carta manifestar nossos protesto pela atitude de uma autoridade que foi eleita pelo povo

e não apresenta nenhuma proposta de solução, as famílias de sabrigada.

Atenciosamente

(a) Valfrido F. de Lima

secretário"¹

Sexta-feira, 09 de março de 1984

Lotes Vazios - Edna Maria

Logo cedo a Comissão se reuniu para tratar de duas questões. A primeira questão envolvia um delicado problema - Algumas pessoas que tinham recebido seus lotes, ainda não haviam providenciado nenhum material para neles erguer um barraco, por mais simples e improvisado que fosse. O dilema estava em tomar de volta o lote ou deixar que permanecesse vazio. Mas neste último caso ia-se contra o princípio assumido em assembléia de ocupar todos os espaços da área sem deixar vazios. Acabou-se fazendo a seguinte opção: aqueles que ao cabo de três dias nada tivessem erguido no lote, perderiam o direito, e o lote seria entregue a outrem. Depois de tomada esta decisão surgiu um novo problema de natureza operacional. Quem da Comissão assumiria o difícil encargo de retomar os lotes? Poderia haver reações violentas. Depois de muitas explicações e esquivas, o encargo acabou sobrando para Expedito. Ele nos conta sobre este momento:

"- Ninguém queria. Aí eu disse: 'deixa comigo, eu faço'. Só que vocês têm que me dar apoio. O resto da Comissão concordou em me dar total cobertura. Aí eu entrei no cargo. Já

1-Cópias das referidas cartas foram encaminhadas ao Movimento e atualmente se encontram arquivadas no CDDH/VP.

tinha um de assessor de imprensa. Tava então com dois cargos. Andava prá cima e prá baixo nessa Serra Pelada, levava um papel e uma caneta junto prá marcar quem não tinha construído. Aí eu falava: se daqui a três dias eu passar de novo aqui e você não tiver construído, vou dá esse lote prá outro. A gente precisa construir por tudo lugar prá impressionar as autoridades e a polícia se vier. E não tinha choro. Teve gente que chegou a mudar cinco vezes de terreno. Teve caso de gente que quis tirar proveito. Só porque tinha ganho um terreno inclinado, de barranco, não construía e ficava esperando que eu tomasse de volta prá poder pedir outro. Mas eu era mais esperto e ia piorando. Me lembro até hoje de um sujeito que tinha ganho um lote plano na frente da praça. Não construiu nada, nem com um cobertor, aí eu tomei e dei prá outro. E voltou a pedir outro lote. Aí eu dei um lote lá embaixo no brejo. Ele mora lá até hoje (1987). Teve época que eu precisei mostrar o revólver porque o sujeito não queria sair. Eu dizia: já te dei, você não construiu, agora dei prá outro. Não é mais teu." (depoimento)

A outra questão para a Comissão resolver era o pedido de Edna Maria Garcia Alves, que nunca tinha participado do Movimento, nem tinha cartão de frequência, mas estava querendo um lote. Acabou ganhando. Sua cartinha dizia o seguinte¹.

Atendendo ao apelo de solidariedade feito pelo MMFT através de carta circular de 25 de fevereiro, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora (MG), expediu neste dia, ofícios dirigidos ao Governador Franco Montoro e ao Prefeito Mário Covas. Nestes ofícios se solicitava a tomada

1-Vide cópia reproduzida no anexo 5.

de medidas cabíveis para agilizar as negociações no sentido de garantir a permanência dos Filhos da Terra no terreno da Santa Casa. Recomendavam também os ofícios que o artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos fosse objeto de leitura¹.

Idêntico procedimento de solidariedade teve a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís (MA), neste mesmo dia 09 de março. Solicitava que as autoridades atentassem para a situação de extrema necessidade vivida pelos Filhos da Terra concedendo-lhes legalmente o direito à moradia. Dos ofícios constava em destaque a seguinte frase: SERVIR À VIDA².

Domingo, 11 de março de 1984

Festa - 1º Mês de Ocupação

Logo de manhã chegou o Administrador Regional de Santana, Levi Bucalem Ferrari. Veio saber de Expedito a quantidade de famílias instaladas na gleba. Expedito não gostou e respondeu rispidamente:

"- Ao invés de ficar fazendo relatório é melhor que o se

1-Artigo XXV: "Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas de matrimônio ou fora dele, têm direito a igual proteção social."

Cópias dos referidos ofícios (78 e 79/84) se encontram arquivados no CDDH/VP. Foram assinados por Celso de Castro Matias Neto, Secretário Geral do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora (MG).

2-Cópias se encontram arquivadas no CDDH/VP. Assinatura ilegível.

nhor mande prá cá um caminhão pipa. Assim o povo não vai precisar ficar descendo o morro para catar água das duas minas que ficam lá embaixo."

O dia foi muito movimentado. Havia música, brincadeiras de criança, bandeirolas. Afinal era a festa do 1º mês de ocupação.

Às 17 horas começou a Missa. O cântico inicial foi bem escolhido - "agora nós vamos para a luta/ a terra que é nossa ocupar/ a luta vai ser difícil/ mas na Lei ou na marra vamos ganhar."¹ (JT, 12/03/84, inclusive o grifo).

O Padre Raimundo disse na homilia:

"- Estamos seguindo o tema da Campanha da Fraternidade : 'Para que todos tenham vida'. Assumimos o compromisso de ocupar essa terra porque estávamos caminhando para a morte. Estamos em busca do que Deus quer, que é a vida. Estamos sendo condenados à morte pelo desemprego, pela fome. Esta é uma proposta que não é minha, mas de Deus, que é todos ocuparem seus terrenos e poderem dizer que já tem seu pedaço de chão. Vamos defender até o fim Suas palavras."

Terminada a celebração o seminarista Josival pegou o microfone e gritou:

"- Não invadimos a terra. Apenas a ocupamos porque estava ociosa."

Em seguida houve a exibição de um filme chamado "LI

1-AGORA NÓS VAMOS PRÁ LUTA,
A terra que é nossa ocupar.
A terra é prá quem trabalha,
A história não falha,
Nós vamos ganhar!

Já chega de tanto esperar,
Já chega de tanto sofrer.
A luta vai ser tão difícil,
Na lei ou na marra
Nós vamos ganhar.

Se a gente sofrer nessa luta
O sangue será uma semente,
Justiça vamos conquistar,
A história não falha/nós vamos ganhar

Quem gosta de nós, somos nós
E aqueles que nos vem ajudar
Por isso confia em quem luta
A história não falha/nós vamos ganhar.

NHA DE MONTAGEM", cedido pelo Fundo de Greve de São Bernardo do Campo.

Segunda-feira, 12 de março de 1984.

Reunião no Quartel e no Palácio

Enquanto uma pequena Comissão de Filhos da Terra se reunia com o Secretário Executivo de Habitação do Estado, no Palácio dos Bandeirantes; outra reunião acontecia no Quartel do Comando de Policiamento da Zona Norte, convocada pelo Coronel Ubiratan Godoy. Esta última para tratar dos preparativos operacionais do despejo.

Na reunião do quartel compareceram três oficiais de justiça, dois representantes da Santa Casa, dois advogados, representantes da Adm. Reg. de Santana e um representante da Secretaria Municipal de Habitação.

FABES não mandou representantes alegando que a medida de execução judicial fugia à sua competência e que a ocupação de Vila Paulistana no momento se encontrava afeta à área Estadual.

Durante a reunião o coronel Ubiratan chegou a dizer que a função da Polícia Militar é de dar garantias físicas aos oficiais de justiça e não derrubar casas e conseguir alojamentos. Os representantes da Santa Casa prontificaram-se a encontrar caminhões, ambulâncias e depósitos para guardar móveis e utensílios. Responsabilizaram-se também pela posterior derrubada dos barracos e casas.

O coronel esperou então que a Secretaria Municipal de Habitação assumisse o encargo de encontrar abrigo para os futuros desalojados, mas Manoel Botelho, representando a Secretaria, descartou a possibilidade:

"- A Secretaria Municipal de Habitação não tem competência para tratar de arranjar abrigo aos desalojados."

O impasse estava criado. FABES não comparecera. A Secretaria Estadual da Habitação não fôra convocada. Para on de encaminhar os despejados?

Enquanto isso, no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado, a Comissão dos Filhos da Terra manifestava preocupação quanto à possibilidade de despejo com força policial. Mas o Secretário voltou a garantir:

"- Continua de pé o acordo do nosso Governo com o Movimento. Isto significa que serão notificados 24 horas antes se a decisão de despejo se concretizar."

Até aquele momento o Secretário não encontrara nenhum próprio estadual capaz de alojar as 1027 famílias vinculadas ao movimento.

TRIGÉSIMO TERCEIRO DIA DE OCUPAÇÃO - Quarta-feira, 14 de março de 1984

TV Bandeirantes - Casa de Formação São José de Osasco

Nesta quarta-feira o repórter da TV Bandeirantes¹ procurou Expedito para uma entrevista exclusiva longe dos demais órgãos de imprensa. O repórter queria que fosse longe dali. Foram para o alto de um morro localizado atrás da entidade conhecida por "Mutirão do Pobre". Deste morro se tinha uma ampla visão da gleba ocupada.

Disse o repórter a Expedito:

"- Te prepara Expedito. Agora você vai falar com o Brasil todo. Vocês têm que ganhar esta causa. Fale que tem 2000

1-Para Expedito, a TV Bandeirantes, foi o órgão de imprensa mais ajudou ao Movimento. (Assim como o PT entre os Partidos Políticos).

famílias, mais de 10 mil pessoas aqui na Serra Pelada. Nós queremos é que este governo se desmoralize por completo. Se dane, se exploda. Desce a lenha Expedito¹. (depoimento)

Neste dia, por iniciativa da Casa de Formação São José, iniciou-se a coleta de assinaturas para um abaixo-assinado dirigido ao Governador do Estado e ao Prefeito do Município de São Paulo, André Franco Montoro e Mário Covas, respectivamente. O texto do abaixo-assinado na sua introdução manifestava veemente repúdio à atitude do Governador de não atender às reivindicações dos Acampados do Pontal do Paranapanema e do Movimento por Moradia Filhos da Terra de Vila Paulistana. De Mário Covas se repudiava o não atendimento das reivindicações por moradia dos Filhos da Terra.

Na sequência, o documento dirigido ao Governador registrava:

"- Cristãos que somos, não podemos admitir que uma minoria privilegiada, especialmente os grandes latifundiários se enriqueçam cada vez mais à custa da grande maioria do povo, usurpando assim o direito dos pobres.

Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, art XXV, "Todo homem tem direito a moradia".

Por essas considerações, exigimos que V.Sa. tome providências no sentido de atender as necessidades desse povo sofrido e explorado; o que o Sr. mesmo disse que faria por ocasião de sua campanha eleitoral.

"Ai dos que juntam casa a casa, dos que acrescentam campo a campo até que não haja mais espaço disponível, até serem eles os únicos moradores da terra" (Is 5,8)

1-Expedito em seu depoimento não soube precisar a que Governo o repórter se referira - se Municipal, Estadual, Federal, se do PMDB ou do PDS - Federal.

(a) ilegível
reitor"

Cópias dos abaixo-assinados foram encaminhados ao CDDH/VP que os entregou à Comissão Organizadora. Foram lidos em assembléia logo que chegaram.

TRIGÉSIMO OITAVO DIA DE OCUPAÇÃO - Segunda-feira, 19 de março de 1984.

Encabeçado por Márcia Campos, Presidente da Federação das Mulheres Paulistas, começou a percorrer dezenas de entidades, um abaixo-assinado de solidariedade ao Movimento por Moradia Filhos da Terra. A imprensa deu destaque a este documento que foi entregue à Santa Casa, Governo Estadual e Governo Federal. Pedia da Santa Casa a retomada de negociações, do Governo Estadual um tratamento social para a ocupação. E, por fim, pedia um amplo debate público sobre a questão da habitação em São Paulo. (A íntegra do documento foi publicado pela maioria dos jornais que circularam no dia seguinte).

"À SANTA CASA

AO GOVERNO ESTADUAL

AO GOVERNO MUNICIPAL

Diante do fato concreto de que mais de 1.000 famílias foram obrigadas, pela situação de simplesmente não terem onde morar, a construírem suas casas em um terreno na Vila Paulistana, na Zona Norte, NÓS, entidades da região reivindicamos que:

1. a questão social não seja, em hipótese alguma, tratada como caso de polícia. Assim, a força policial não pode ser usada para tirar as pessoas da área.
2. reiterar a necessidade imperiosa de que negociações sejam retomadas imediatamente e desta vez, com a participação de:

SANTA CASA, MOVIMENTO FILHOS DA TERRA, GOVERNO MUNICIPAL e GOVERNO ESTADUAL.

3. que seja imediatamente aberto um amplo debate público, se guido dos encaminhamentos necessários, sobre a questão da ha bitação em São Paulo.

São Paulo, 19 de março de 1984.

(a) ilegíveis "

TRIGÉSIMO NONO DIA DE OCUPAÇÃO - Terça-feira, 20 de março de 1984

Representantes das várias entidades subscritoras do documento preparado no dia anterior foram até ao Palácio dos Bandeirantes para entregá-lo ao Secretário da Habitação, José Carlos Seixas. Alguns membros da Comissão Organizadora dos Filhos da Terra também estavam presentes. Um batalhão de repórteres acompanhou o ato de entrega.

Lauro Câmara, em nome do grupo, enfatizou a necessi dade de uma negociação política para resolver a questão, evi tando-se a consumação de uma ação policial de expulsão das famílias. O Secretário Seixas porém deixou claro que não te ria condições de evitar uma ação judicial. Ainda assim prom teu levar as reivindicações ao Secretário da Justiça, José Carlos Dias para que este "forme juízo sobre a proposta de aquisição da área". (FSP, 21/03/84)

E acrescentou:

"- Durante esta semana deveremos ter uma solução. Do con trário, acredito que haverá o cumprimento da ação judicial. Com a invasão, os integrantes do Movimento transformaram um problema social em político, e é preciso ter muita discrição no tratamento de problemas políticos. Foi criado um fato po lítico porque não se trata de um problema de habitação, mas

de mecanismos de como resolver um caso onde vários interesses estão em jogo. Eles invadiram uma propriedade para possuí-la. Porém, se houver uma saída não policial é evidente que teremos de sentar todos juntos para buscar uma alternativa viável." (JT, 21/03/84).

No começo da noite houve assembléia no barracão comunitário quando se fez uma avaliação da fala do Secretário Estadual. A afirmação de que uma solução - qualquer que fosse - seria encontrada até o final da semana, trouxe esperanças para alguns e ceticismo para outros. O impasse ia para seu quadragésimo dia.

QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO DIA DE OCUPAÇÃO - Quinta-feira, 22 de março de 1984

Novas manifestações de solidariedade eram enviadas de várias cidades brasileiras. Eram dirigidas ao Governador, ao Prefeito, aos Secretários de Governo.

Neste dia 22 de março foi expedida uma manifestação endereçada ao Governador Montoro realçando o fato de que ele tinha sido eleito pelo povo e que deveria lembrar-se dos compromissos assumidos enquanto candidato.

A carta vinha da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória e dizia o seguinte:

"Neste momento em que a sociedade brasileira clama por justiça política, econômica e social, querendo escolher os seus representantes em todos os níveis, querendo dizer não ao que representa o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Neste momento em que o povo quer relembrar os compromissos assumidos pelos governantes que se candidataram e foram eleitos pelo voto quando prometeram publicamente governar com o povo e para o povo.

Neste momento da Campanha da Fraternidade: "Para que to-

dos tenham vida", desenvolvida sob a orientação da CNBB.

Nós da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, estamos solidarizando-nos com o movimento por moradia Filhos da Terra pedindo que sejam atendidas as reivindicações destas famílias organizadas que não estão esmolando, mas pedindo, como cidadãos, o cumprimento das responsabilidades que o Estado tem sobre suas integridades humanas, através, também de um local para abrigarem seus familiares.

Valoriza como governo eleito pela oposição esta luta digna deste povo.

Atenciosamente,

(a) Maria de Fátima P. do Nascimento

p/Com. Justiça e Paz de Vitória, ES"

A ampla cobertura que o Movimento vinha recebendo por parte dos principais órgãos de imprensa do país fazia aumentar as correntes de opinião favoráveis aos Filhos da Terra. Eram dezenas de entidades que vieram a exercer pressão sobre os Governos Estadual e Municipal, a exemplo da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória ES).

A veemência e a intensidade das manifestações, cobrança, pressões, acabaram contribuindo para que os governantes tratassem o Movimento com cautela e ao final cedessem.

QUADRAGÉSIMO QUINTO DIA DE OCUPAÇÃO - Segunda-feira, 26 de março de 1984

A Comissão dos Filhos da Terra e a imprensa foram convocados para estar no Palácio dos Bandeirantes por volta das três horas da tarde. Os jornalistas ficaram em sala diferente da Comissão. Em primeiro lugar Marta Godinho - que reaparecia inesperadamente - explicou um acerto que conseguira

com a Santa Casa aos jornalistas. Só depois aos Filhos da Terra.

Depoimento de Paula Ferreira Lima:

"A Comissão foi tanto, tantas vez no Palácio que até perdi a conta.

Na primeira vez que a gente foi nós falamos com o Castelo Branco, que era alguma coisa importante lá dentro. Ele se assustou quando a gente disse que estava querendo negociar mas se a polícia fosse expulsar as famílias nós íamos reagir e ia jorrar sangue dos dois lados. Ele marcou logo uma audiência com o Secretário da Habitação, Seixas. O Governador não quis receber a gente.

Passamos noite e noites sem dormir preocupados com o conflito direto com a polícia que rodeava toda a área. Finalmente isso passou no dia que a Marta Godinho, lá no Palácio do Governo avisou que a Santa Casa tinha concordado em negociar diretamente com a gente porque dizia que não queria conversa com gente do PT. Assim a gente foi procurar que o governo ficassem no meio da negociação.

A Marta falou primeiro para os repórteres que a negociação tinha saído. A gente da Comissão ficou isolada numa outra sala sem saber de nada. Só ficamos sabendo que tava tudo OK através de uma repórter que fez sinal positivo com o dedo prã nós. Aí foi uma festa, gente rindo e chorando ao mesmo tempo.

Mas muita água ainda ia rolar depois desse dia da vitória. O Seixas devolveu a negociação para a Marta Godinho. As escrituras só saíram depois de um ano."

a n e x o s

S O L I D A R I E D A D E U R G E N T E !

MOVIMENTO POR MORADIA FILHOS DA TERRA

O Movimento Filhos da Terra, conta agora com a participação de aproximadamente 1000 (mil) famílias, das quais a maioria em situação de extrema pobreza.

O Movimento, reunido em assembléia no dia 11 de fevereiro, avaliou não era mais possível continuar as negociações com FABES e a Prefeitura. Por isso decidiu pela ocupação de uma área da Santa Casa de Misericórdia, co forma de pressão, a fim de agilizar as negociações em andamento.

Na mesma noite do dia 11, as 1000 famílias foram em passeata até o terreno e construíram um barração comunitário, abrigo e símbolo da união.

Depois começaram a construir as suas casas. Hoje dia 13, muitas famílias já construíram ou estão construindo na área ocupada.

O Movimento necessita da solidariedade de todos! para que possa garantir a ocupação e levar a luta até o final.

F O R M A S D E S O L I D A R I E D A D E:

- VISITA AO LOCAL (vide endereço)
- CARTAS DE PRESSÃO A FABES, PREFEITO e GOVERNO DE ESTADO
- ENVIAR MANTIMENTOS
- ENVIAR CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRA
- DIVULGAR A LUTA DO "MOVIMENTO FILHOS DA TERRA"

Endereço para visita e entrega de material:

Paróquia Nossa Senhora do Carmo

Comunicação por telefone:

Avenida Antonelo da Messina, 772

203.13.56

Vila Paulistana-SP

(quem vem de ônibus: Vir de Metrô até estação Santana e na plataforma 03, pegar o ônibus VILA ZILDA (1771).) 1

.....
Comissão do Movimento por Moradia
" Filhos da Terra "

Palmas para o prefeito! Vaías para o prefeito!

Dois dos problemas com que se vê às voltas neste momento a prefeitura da maior cidade do Brasil ilustram bem o perigoso grau de desinteresse em que vão mergulhando, a passos rápidos, as instituições do País e a confusão que vai pela cabeça dos mal preparados homens encarregados de zelar por elas, sempre magistralmente bem aproveitada pelos oportunistas "de sempre" e pelos agitadores profissionais cuja norma de ação é o clássico "quanto pior, melhor", de seu conhecido inspirador.

Referimo-nos ao problema das empresas de transporte coletivo privadas, atuando sob contrato com a prefeitura, e o impasse criado com a decisão dos empresários de diminuir o número de ônibus em circulação, e à última invasão de terrenos em São Paulo, desta vez de um terreno da Santa Casa de Misericórdia, por um grupo de 1.030 famílias arregimentadas entre as centenas de milhares de infelizes que a crise joga diariamente nas ruas da cidade, pelos agitadores a que nos referimos acima, hoje agindo sob a proteção da Igreja e do PT, que luta para fazer do Brasil um País onde o povo não possa saber sequer se o presidente da República é casado, solteiro ou viúvo (vide a Rússia de Andropov e Tchernenko). É verdade que — como em qualquer lugar em que se procurem as raízes do caos em que o Brasil vai mergulhando — o grande culpado por esta situação é um governo federal que continua arbitrário no que tange às decisões econômicas, e que não hesita por um segundo quando decide assaltar os contribuintes para poder continuar sustentando uma máquina estatal gigantesca e de uma eficiência inversamente proporcional ao seu tamanho, e cujos tecnocratas estão confessadamente perdidos dentro do emaranhado que eles mesmos criaram para controlar e açambarcar fatias da vez maiores da economia nacional. O caso das tarifas de ônibus em São Paulo é clássico: o governo federal vale-se do monopólio estatal do petróleo para fazer seus preços, usando critérios que nada têm que ver com as leis de mercado, e aproveita-se disso para cobrar de uma população já massacrada pelos impostos diretos e outros, indiretos, embutidos nos preços dos produtos que vende. Ao lado disso, nega aos seus "concorrentes" na iniciativa privada o direito de que abuse para si, e controla os preços dos consumidores de seus produtos, de modo que eles "não sejam massacrados para a população", fazendo grande parte disso, com propósitos demagógicos. O passo seguinte — como já tem acontecido tantas vezes — é a falência das companhias privadas e a encampação pelo Estado "para manter o nível de empregos e os serviços essenciais que elas prestam". O ciclo, então, começa novamente: a ineficiência das companhias, antes lucrativas; aumenta colossalmente o número de seus empregados, principalmente, diretores, enquanto diminui o nível de seus serviços. Estabelecido o novo monopólio ou empresa estatal, os preços são automaticamente liberados ou passam a ser subsidiados à custa de novos impostos, diretos ou indiretos, cobrados sempre às empresas privadas e à população. O Estado incha um pouco mais, a população emagrece e já minguada fatia da riqueza privada. Retira-se do dicionário a palavra eficiência. (Recordo-se o caso do ex-prefeito de Porto Alegre Rildo Meneghetti, que, em situação semelhante, estatizou as empresas de ônibus de sua cidade, mas depois de dois anos teve de devolvê-las a seus antigos donos por não conseguirem mantê-las sem enormes déficits para os cofres municipais.)

O caso dos milhões de brasileiros que já não têm condições sequer de morar é apenas o último elo desta cadeia perversa: eles são a parte de baixo da pirâmide, provavelmente ex-empregados de companhias que, não resistindo aos assaltos dos tecnocratas de Brasília, fecharam suas portas ou reduziram seus quadros de empregados na tentativa de sobreviver por mais algum tempo.

Mas também é culpada desta situação uma oposição despreparada e seduzida pela "tentação totalitária", cujos quadros, embora repitam a torto e a direito a palavra "democracia", parecem desconhecer o seu verdadeiro significado, demonstrando que, no fundo, não condenam a intervenção estatal *urbi et orbi*, mas somente quem detém, no momento, as rédeas deste processo, apenas por não serem eles.

O comportamento do prefeito Mário Covas e do governo do Estado, nestes dois episódios, ilustra perfeitamente o que queremos demonstrar. Para os empresários privados dos transportes coletivos — e não queremos entrar aqui no mérito da questão —, o prefeito aplica rigorosamente a lei (palmas para ele!), invocando a importância social do serviço que prestam à população, para declarar a intervenção nas companhias. Sua excelência chegou a envolver-se pessoalmente, mostrando toda a sua indignação ante "um pequeno grupo de pessoas que age como se fosse dono da cidade", e reagindo prontamente ao que chamou de "violência" e "petulância" de quem "rompe unilateralmente um contrato" ainda que "tenha a sua disposição todas as formas de reivindicação". Frase, aliás, com que comete — como ele bem sabe, porque também os municípios são vítimas da violência econômica e fiscal do governo federal — uma flagrante injustiça. O sr. prefeito sabe que sua atitude não resolverá o problema dos transportes coletivos em São Paulo. Sabe também, como administrador que pretende ser, que, mantidos os preços das passagens e o custo do óleo diesel aumentando conforme a vontade dos burocratas de Brasília, é impossível aos empresários manterem o mesmo padrão de serviços. Tem, no entanto, a seu favor, as cláusulas de um contrato que não previu todas as armadilhas de nosso sistema econômico, e, assim, "relativiza" o direito desses empresários diante da importância social do serviço que prestam. O problema não será resolvido, mas sua imagem junto aos milhões de usuários desses ônibus será beneficiada, ainda que estes mesmos usuários sejam os que, num futuro próximo, vão pagar duplamente por isso, quando o ciclo que descrevemos completar-se.

Paralelamente, quando uma "senhorita Paula" do PT e os padres da nossa "Igreja Progressista" incitam milhares de miseráveis a invadir um terreno — pela enésima vez, já que saem, invariavelmente, impunes destas aventuras — no meio de uma negociação com a própria prefeitura e anunciam à população que o fizeram "porque a negociação estava demorando e então decidimos invadir o terreno", não porque queiram, com isto, resolver o problema de moradia daquelas 1.030 famílias — que obviamente não se resolve com a construção de favelas, como, aliás, a prefeitura estava tentando provar à "senhorita Paula" nas mencionadas negociações —, mas porque, com isso, criam uma situação de tensão social e um fato consumado, o prefeito esquece todo o seu vigor, toda a sua autoridade, todo o seu "senso de justiça" e toda a sua indignação ante "pequenos grupos que agem como se fossem donos da cidade" (vaías para ele!).

Tacitamente, ele adotou a "filosofia" do falecido ditador Vargas: Para os "amigos", tudo; para os inimigos, a lei! É justamente isto que as "senhoritas Paulas" e os nossos padres de passeata já perceberam, e, como não vivem na mesma ilusão que o prefeito, não perderam tempo e, feito o primeiro teste, invadiram mais um terreno ontem. *Mux amigos!*

Por que não Secretaria Municipal da Invasão?

Nestes tempos que correm, talvez seja oportuno atualizar os nomes de batismo de alguns órgãos públicos, a fim de que seus usuários, os contribuintes e a população em geral possam orientar-se melhor a respeito da verdadeira — ou principal — função que estão a exercer. Veja-se o caso, por exemplo, da Secretaria da Família e do Bem-Estar Social do Município de São Paulo: alguns incautos poderiam ser levados a julgar que esse setor da prefeitura se dedica à solução de determinados problemas da família paulistana, em geral; ou do bem-estar, também geral, dos munícipes de São Paulo. Entretanto, não é bem isso que ocorre. Essa tal secretaria, comandada pela sra. Marta Godinho, além de dedicar-se com quase exclusividade a algumas famílias em particular (portanto, não em geral), que são as dos invasores de terrenos de domínio público, de áreas públicas, preocupa-se tão-só com o bem-estar individual (ou grupafamiliar) dessas famílias, contrariamente aos interesses ou bem-estar social, vale dizer, de toda a sociedade paulistana, verdadeira titular de

todas as áreas públicas da municipalidade, urbanizadas ou não, utilizadas ou não, reservadas ou não para alguma obra pública — em proveito de todos os cidadãos que habitam esta cidade.

Pois não é que a prefeitura, agora, já oferece aos candidatos a invasores — isto é, aqueles oficialmente "credenciados" à prática do esbulho, por meio de "negociações" com o poder público municipal — listas de terrenos disponíveis, várias "opções" de áreas de domínio público suscetíveis de ser transformadas em propriedade privada, mediante a simples ocupação?

Com efeito, veja-se a ilustração: um novo terreno da prefeitura está pronto para ser invadido por 57 famílias do Parque das Nações. De manhã, elas limparam a área de 20 mil metros quadrados, situada na avenida Rubens Montanaro de Borja, próxima ao kartódromo de Interlagos, e só não dividiram em lotes de cinco por 15 metros porque a Regional de Santo Amaro interveio, com ajuda da polícia, e conseguiu que os invaso-

res esperassem uns dias, para que houvesse "negociações" com a prefeitura. Qual não foi a surpresa dos desinformados fiscais da prefeitura, ao ouvirem os invasores dizer que agiam "legalmente", pois a secretaria da Família e do Bem-Estar Social sabia da ação e a tinha aprovado — o que foi confirmado posteriormente pelo próprio chefe de gabinete de d. Marta, sr. Décio Moreira, ao justificar que houve "desentrosamento" na "negociação" entre os invasores e a prefeitura, que se desenvolvia há dez meses. Sendo que o líder dos invasores confirmou também que aquelas famílias "tinham preferência pelo Parque Ecológico do Parque das Nações, mas a Secretaria do Planejamento disse que lá era impossível e nos deu uma lista de terrenos com sete opções. Escolhemos esse, e o projeto de ocupação já deve ter sido encaminhado pela regional".

Por diversas vezes aqui já nos referimos a essa espécie de "revolução anárquico-burguesa" (jamais prevista por alguma doutrina de caráter socialista), que parece preten-

der transformar o que é social em particular, o que é bem comum de todos (como o é a coisa pública) em propriedade privada de alguns, mediante a aquisição de posse via esbulho. Que tal "revolução" viesse sendo comandada, especialmente, pela Igreja Progressista brasileira, através das Comunidades Eclesiais de Base, estávamos calvos de saber — e já nos referimos, entre outras coisas, aos graves riscos de comprometimento dos mananciais, pela ocupação desordenada, eminentemente poluidora, de áreas públicas sob proteção de leis ambientais. Mas, agora, é a própria prefeitura, por sua Secretaria da Família e do Bem-Estar Social, que "projeta" as invasões, fornecendo aos candidatos ao esbulho listas de áreas disponíveis.

Justifica-se, assim, o nome que propomos: SMI — Secretaria Municipal da Invasão. E tal secretaria revela-se disposta a atender pronta e eficientemente a qualquer munícipe interessado, bastando para tanto que use na lapela algum "crachá" com a palavra *invasor*...

A invasão de terras e a anatomia da subversão

Um engenhoso processo de corrosão da ordem legal e de fragmentação das instituições políticas encontra-se em execução. Todas as ações são muito bem planejadas e seu objetivo maior é destruir, de forma lenta, porém gradativa, a autoridade moral dos governantes, os mecanismos processuais de garantia jurisdicional e os próprios códigos vigentes. Em nome de que propósito? Em nome da pretensa aceleração do "processo histórico" destinado a opor a "democracia burguesa", com seus canais parlamentares de representação de interesses, à "democracia direta", com formas inéditas de "participacionismo". Numa linguagem mais simples, o que se almeja é a transformação do País numa imensa Vila Euclides, com decisões tomadas por aclamação.

Da antiga e conhecida palavra de ordem de Guevára nos anos 60, estimulando a criação de "um, dois, três, mil Vietnãs na América Latina", hoje se tem uma versão mais atualizada e eficaz — "uma, duas, três, mil invasões de terrenos em cada cidade". Aos olhos das lideranças radicais, trata-se de uma tática bem mais produtiva do que a da guerrilha — entre outros fatores porque, com habilidade e audácia, pode-se tanto explorar com sucesso a tibieza e a insensibilidade de governantes demagógicos, incapazes de decidir com firmeza e lucidez, sem demagogia ou concessões, quanto infiltrar agentes na própria máquina governamental, como hoje ocorre com a Secretaria da Família e do Bem-Estar Social.

A semana passada foi, nesse sentido, farta de exemplos. Vereadores e deputados do PT, PMDB e P B, ativistas da Incorporadora Paulo Evaristo S/A e representantes dos mais diversos grupelhos promotores da "ordem socializada" continuaram insuflando novas invasões, enquanto as autoridades executivas e judiciárias mais uma vez não conseguiram fazer prevalecer a força da lei. Na execução judicial do processo de despejo dos invasores de um terreno de cinco mil metros quadrados, ao lado da favela Cidade Nova, por exemplo, a resistência foi tal que a PM acabou sendo obrigada a recorrer à força. E o que se viu, então, foi um suceder de denúncias contra a sua violência, procurando-se novamente tismar a imagem da corporação perante a opinião pública, num momento em que a cidade vive próxima do pânico diante da onda avassaladora de crimes cada vez mais violentos.

Essa situação não é nova. Esse tipo de confronto vem sendo há tempos planejado pelas lideranças radicais, cujo desejo explícito é o de provocar ao máximo incidentes que possam levar os oficiais a perder o controle de seus soldados quando provocados. A semelhança do que ocorreu quarta-feira passada, já em setembro último, quando a PM foi convocada para garantir a ação de reintegração de posse de um terreno de sete mil metros quadrados, na Zona Leste, com base em um mandado da 3ª Vara de São Miguel Paulista, ela também foi recebida a pedradas, tijoladas, blocos de concreto e pedaços de madeira. Os soldados recuaram e, imediatamente, representantes da comissão de invasores, advogados do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e o próprio bispo d. Angélico Sândalo se apresentaram para fazer um "acordo". Qualquer acerto, todavia, implicaria o desrespeito da lei e a ordem judicial teve de ser cumprida — o que levou a PM a ser outra vez acusada de violência e arbitrariedade.

Os dirigentes estaduais e municipais, talvez conscientes dessa estratégia destinada a comprometer a imagem dos órgãos policiais, a inviabilizar os mandados judiciais e a revogar de fato os códigos vigentes, têm procurado agir de maneira conciliatória. A atitude seria louvável caso tivessem eles condições de afirmar sua autoridade nos momentos críticos ou quando provocados de modo inconseqüente e irresponsável. Infelizmente, contudo, isso parece não estar acontecendo, dada a própria irracionalidade comum às lideranças radicais. No caso do terreno da Santa Casa de Misericórdia, o Movimento por Moradia Filhos da Terra — um grupo dotado de largo know-how em matéria de invasão, provocação e negociações que afrontam a lei — vem procurando desgastar o prefeito Mário Covas, propondo "acordos" ou fazendo grande agitação em seu gabinete. Ao mesmo tempo em que tenta uma solução "amigável", estimula os posseiros a construir barracos e casas o mais rapidamente possível.

Assim, no momento em que o prefeito se dispuser a um acerto qualquer, oferecendo aos invasores, por exemplo, um outro terreno, este de propriedade da própria prefeitura, os Filhos da Terra terão novo pretexto para a agitação e para a resistência — exigindo "indenização" para as "econômias" gastas na construção de imóveis ilegais. Do mesmo modo, caso o prefeito aceite a invasão como um fato consumado, desapropriando a área, imediatamente os Filhos da Terra passarão a exigir água, luz e esgoto, além de isenção de tarifas aos novos "proprietários". Caso essas concessões sejam feitas, a "jurisprudência" estará firmada — todos os invasores de terrenos da cidade, em nome do princípio da equidade, imediatamente passarão a reivindicar o mesmo tratamento privilegiado.

Trata-se, como se vê, de um plano bem urdido destinado a imobilizar e a desmoralizar as autoridades. A cada solução conciliatória ou amigável, novas invasões vão sendo efetuadas. A cada solução judicial, a PM é obrigada a recorrer à força e aí, então, é acusada de arbitrariedade, tendo sua imagem comprometida junto à opinião pública. Essa tentativa de deterioração das instituições, neste momento social e economicamente sombrio, em que a recessão e o desemprego tornaram as lideranças radicais os inocentes úteis que constituem a matéria prima ideal para a formação de reivindicações infundadas e ilegais, é grave.

Em outros editoriais, já alertamos nossos leitores para suas conseqüências nefastas. A transformação do País numa imensa Vila Euclides não é uma simples metáfora, porém um risco, visível a olho nu, de instauração do totalitarismo entre nós. E se voltamos ao tema, agora, é para mostrar aos nossos leitores a anatomia da subversão, advertindo para os riscos de se deixar levar pelas palavras pretensamente "humanitárias" dos "incorporadores da libertação", dos barba-dinhos de partidos pouco representativos e dos governantes incapazes de reagir à altura quando sua autoridade é desafiada.

JT - 27/2/84

p. 4

São Paulo 9 de março de 1984

Vanderlei

Meu nome é Edna Maria Garcia Alves. Sou casada e tenho uma filha.

Mas o meu problema é que eu tenho muito ataque epilético e minha mãe é quem cuida de mim mas agora ela conseguiu um terreno aqui meu marido estará desempregado a 6 meses e agora foi que arrumou emprego. Mas o meu problema é que eu não posso ficar sozinha porque tinha uma filha apenas de um ano e 11 meses e quando mudar ataque eu fico mais de uma semana inconsciente e minha filha passa até fome porque eu não posso cuidar direito dela porqu

do ataque.

Então Vanderlei eu queria que você estudasse um pouco a meu problema com as pessoas da comissão porque eu não posso a filha longe da minha mãe porque é ela quem cuida de mim e da minha filha quando meu marido vai trabalhar. Pido que me ajude e ver se arruma um terreno para mim para que minha mãe possa cuidar de mim e da minha filha quando mim do ataque por favor eu peço até pelo amor de Deus me ajude. Meu padastro não deixa eu construir um barraco no terreno a onde ele está. Me ajude pelo amor de Deus eu tenho ataque epilético e meu marido

eu tenho muita paciência com meu sogro só minha mãe

CAPÍTULO III

ESTUDO DE CASO - FILHOS DA TERRA

III.3. A Consolidação de um novo Bairro - Jardim Filhos da Terra

III.3. A CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO BAIRRO - JARDIM FILHOS DA TERRA

O Movimento por Moradia Filhos da Terra que começou com o mutirão dos paroquianos que ergueram o barraco de Maria Aparecida junto ao córrego Piqueri, a 19/04/83, que invadiu a gleba da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo com 1027 famílias, a 11/02/84; acabou se consolidando concretamente no Jardim Filhos da Terra. É o resultado mais visível da luta por moradia. É de lutas individuais e coletivas que o espaço urbano da capital paulistana vai sendo construído.

O Jardim Filhos da Terra, segundo levantamentos da Associação de Moradores local, possui atualmente (1987) 1450 famílias. Cada família tem em média cinco componentes, o que totaliza 7.250 pessoas.

As casas, na sua maior parte construídas de alvenaria, são modestas, têm em média três cômodos - banheiro, cozinha e quarto - e metragem em torno de 35 metros quadrados. Dentro dos limites do novo bairro não há terrenos vagos. Em todos os lotes houve construção.

A topografia irregular, com trechos extremamente íngremes, dificulta a passagem de pedestres e automóveis pelas ruas de oito metros de largura cada. O esgoto corre a céu aberto pelas vielas desprovidas de calçamento ou asfaltamento. A inexistência de rede adequada para captação e escoamento dos esgotos é considerada um dos problemas mais graves do novo bairro.

A rede elétrica e a rede de água demoraram um ano para serem instaladas, e mesmo assim, depois de muita pressão junto aos órgãos encarregados. Em 24 de outubro de 1984 um grupo de 150 Filhos da Terra promoveu uma primeira manifesta

ção com este objetivo junto ao Gabinete da Secretária Municipal da Família e Bem Estar Social, Marta Godinho. Ela recebeu representantes do grupo que o assunto fugia à sua competência. Segundo Paula Ferreira Lima, o que se queria era intermediação:

"- Pedimos para Marta Godinho intermediar, porque a SABESP exigia um documento de propriedade ou cessão da área. As escrituras ainda tavam longe de sair. Mas a Secretária não deu uma resposta definida para a gente. Então resolvemos fazer um acampamento em frente à SABESP. Quando a SABESP soube deste acampamento, resolveu colocar água. Com a Eletropaulo não houve tanto problema. Começou a ligação, depois teve que parar porque foi indiciada (área sub-júdice), mas passado um tempo prosseguiu e ligou tudo. Tudo era na marra."

Pelo cadastro da população moradora do bairro, efetuado pela FABES em 1984, eram as seguintes as profissões mais frequentes, por ordem: diaristas, serventes de pedreiro, ajudantes gerais, pintores, ambulantes, carpinteiros e cabeleireiras.

Os moradores do bairro servem-se de quatro linhas de ônibus. As linhas "Campo Limpo" e "Vila Zilda" passam pela Estrada do Piqueri, e as linhas "Jaçanã" e "Vila Nova Galvão" passam pela Avenida Maria Amália Lopes de Azevedo.

Além da pequena praça batizada "Onze de Fevereiro", no topo do morro, não há nenhuma área de lazer. Também não há áreas verdes. A gleba foi integralmente utilizada para habitação. As áreas que no dia da invasão - onze de fevereiro - haviam sido reservadas para Igreja, creche e Centro de Saúde acabaram sendo demarcadas em lotes e distribuídos. O Posto de Saúde do Jardim Joamar atende a população. Há uma Escola de 1º e 2º Graus adjacente ao bairro.

Em nove de fevereiro de 1985, portanto, dois dias antes do primeiro aniversário da invasão, foi fundada a "Associação dos Moradores do Jardim Filhos da Terra". Houve comparecimento de 85% dos moradores que na ocasião elegeram Paula Ferreira Lima, Coordenadora Geral, cargo equivalente a Presidente noutras associações similares. O voto é pessoal e não familiar a partir dos 16 anos de idade.

Os dois primeiros artigos do Estatuto da Associação dizem o seguinte:

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM FILHOS DA TERRA, fundada oficialmente no dia 09 de fevereiro de 1985, constitui-se em Sociedade Civil, por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, Políticos Partidários ou religiosos, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, instalada com sede na Praça 11 de Fevereiro, Jardim Filhos da Terra.

Art. 2º - Constituem finalidades sociais da AMFT - SP

- a) Orientar e defender seus associados sem distinção política de raça, religião, cor ou sexo quanto a seus direitos e deveres na sociedade;
- b) Desenvolver o espírito associativo e fraternal entre os moradores;
- c) Desenvolver formas de organização entre os moradores na defesa de melhores condições de vida;
- d) Promover e apoiar todas as formas de manifestação da cultura popular;
- e) Promover atividades esportivas e de lazer entre os associados;
- f) Manter convênio e/ou se associar a entidades similares ou da mesma natureza;

- g) Divulgar e promover suas finalidades e atividades através de jornal próprio;
- h) Promover atividades educacionais e de formação em geral.

Em 1986 Paula foi reeleita.

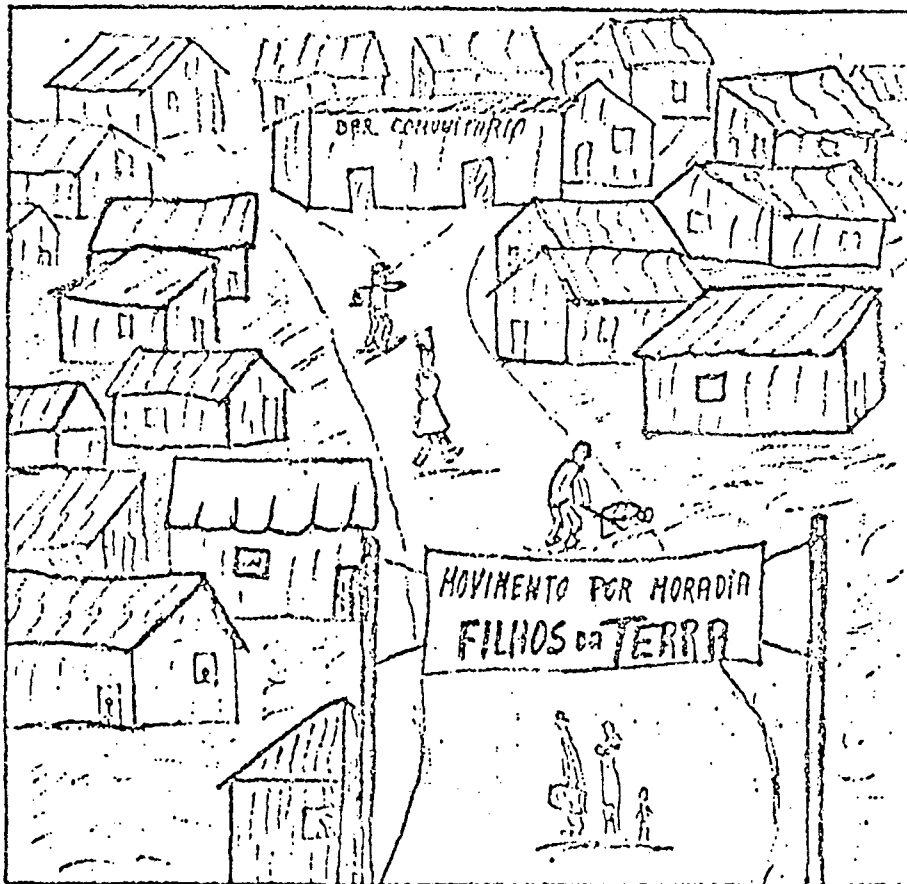
No segundo aniversário da ocupação houve grande festa em que participaram cerca de 600 pessoas. Através de fotos, "slides", encenações se reviveu os dois anos de caminhada na conquista da moradia.

Nos anexos a seguir, veja reprodução do folheto A VEZ DO POVO, elaborado pelo CDDH/VP, contando a história do Movimento.

a n e x o s

A VEZ DO POVO

INFORMATIVO DO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
AV. ANTONELLO DE MESSINA, 772 - V. PAULISTANA - S.P.



Você tem em mãos mais um minuto de assunto. Se tiver a paciência de acompanhar o que está es rito! neste "A VEZ DO POVO", poderá entender melhor porque as 1.027 famílias que fazem parte do MOVIMENTO POR MORADIA FILHOS DA TERRA ocupam parte de uma grande área que a Santa Casa se diz proprietária na Vila Paulistana.

Se você pegar a Bíblia, vai ver que a Terra é de DEUS e, portanto, de todos. Deus não deu um pedaço grande para os ricos e nada para os pobres. Quando Deus criou o homem, entregou tudo o que havia feito e disse: CRESCER E MULTIPLICAIS-VOS E DOMINAI A FACE DA TERRA" (Genesis)

O DIREITO DE MORAR está reconhecido no artigo 25 da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS que o Brasil também assinou:

"TODO HOMEM TEM DIREITO A UM PADRÃO DE VIDA CAPAZ DE ASSEGURAR A SI E À SUA FAMÍLIA, SAÚDE E BEM ESTAR, HABITAÇÃO"

Se estamos contra a lei dos homens é porque esta é injusta e não podemos aceitar. Mas a LEI DE DEUS é justa e nos assegura o direito a um pedaço de chão que nos dá o direito de poder construir nosso teto.

"A TERRA É PARA TODOS E NÃO SÓ PRO TUBARÃO".

11 de fevereiro - 11 de março:

Com a nossa chegada na TERRA PROMETIDA no dia 11 de fevereiro de 1984, parecia estar acontecendo o "sonho da casa própria". Em forma de mutirão começamos a construção do barracão. Ali onde abriga tudo: Famílias, cozinha, lugar de assembleias, cultos ecumênicos... Na mesma noite começamos a medir os lotes (5X20) e a construir. Era preciso somar o número de casas o mais rápido possível. Um novo bairro começou a nascer.

UMA NOVA ESPERANÇA QUE BROTA DA ORGANIZAÇÃO.

Neste mês, muitas coisas aconteceram:

A Santa Casa reagiu à nossa ocupação. Pediu reintegração de posse. Defende a propriedade com unhas e dentes.

Os "FILHOS DA TERRA" conseguem caçar a limi. nar. Faltou competência com o juiz da Vara Distrital do Tucuruvi.

FOI O COMEÇO DE UMA VITÓRIA.

Dia 19 de fevereiro, domingo, o Bispo D. Joel e mais alguns padres da região Norte celebrou uma missa campal.

4
Durante a Celebração, D. Joel ressaltou:

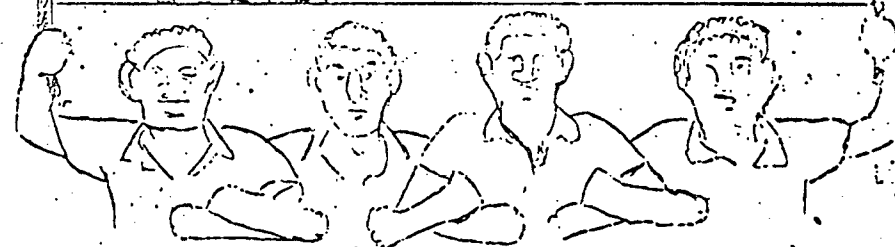


"...que o governo não pode fazer a Reforma Agrária que dá solução para a casa sem casa".

Mas A Santa Casa não quer desistir! Continúa o processo pedindo reintegração de posse no Fórum Central. Parecia iniciar a contagem regressiva. U. clima de tensão tomou conta do acampamento. Todos à espera da polícia...

Desde o começo os "FILHOS DA TERRA" estiveram abertos às negociações - vale lembrar que a ocupação foi para apressar as negociações. - Conseguimos contatos com FABES, Prefeitura...

QUEREMOS NEGOCIAR



No dia 23 de fevereiro, quinta-feira, fomos à Prefeitura com 3 ônibus lotados. Fomos na esperança de falar com o Prefeito Mário Covas. (Que se diz estar do lado do povo...)

Permanecemos o dia inteiro em frente à Prefeitura. Ficamos cantando, gritando, rezando... Eram crianças, homens, mulheres, todos querendo falar com o Prefeito. Só à tarde ele recebeu uma comissão de dez pessoas.

A resposta foi muito simples:



Não estamos mendigando. Estamos exigindo um direito que é de todos. Queremos que o Estado seja intermediário. Temos uma proposta para o problema de moradia.

* Que o Estado compre ou desapropriar a área.

* Conceda direito de uso gratuito à população, através de contrato.

* Ou venda nas seguintes condições:

- 7% do salário que ganha para quem tem 4 ou mais filhos;

- 8% para quem tem 2 ou 3 filhos;

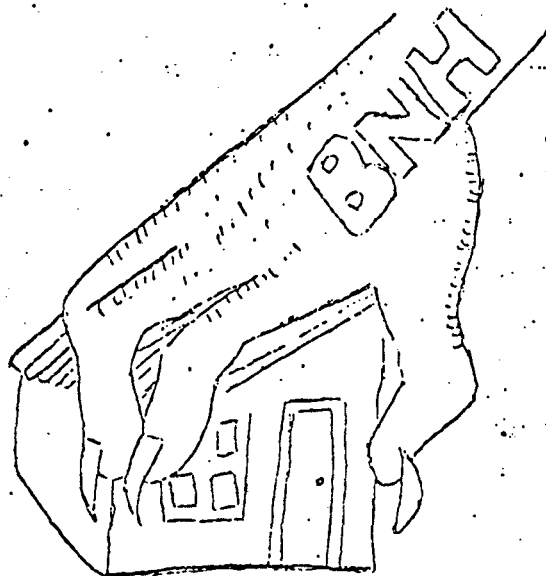
- 10% para quem tem um ou nenhum filho.

* Carência de um ano para construir as casas.

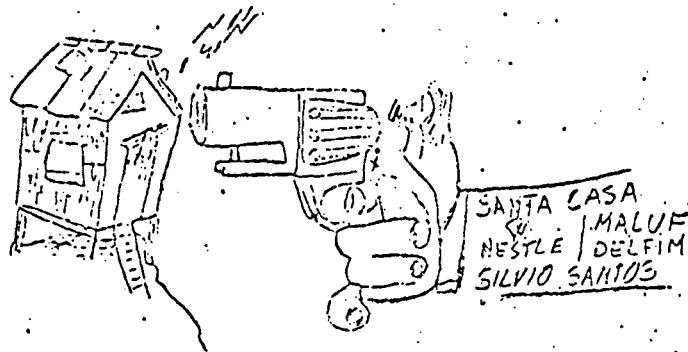
Desempregado não paga até encontrar emprego.

Cabe lembrar que esta não é uma proposta estatística. Isto é, que não se aceita discussões. Como os "FILHOS DA TERRA" estão querendo negociar, novas propostas serão bem recebidas.

A decisão da Assembleia é a de não aceitar as armadilhas do Sistema Financeiro de Habitação.



No dia 24, sexta-feira, formamos uma comissão e fomos ao parque NOVO MUNDO ver nossos irmãos. Lá os "capangas" e a polícia derrubaram muitos barracos deixando o povo sem casa.



"INDIO" NO ESPÍRITO SANTO

Nosso companheiro de comunidade - o índio - foi, em janeiro, até o Espírito Santo, representando o Centro de Defesa dos Direitos Humanos para participar do III encontro nacional de Direitos Humanos. Este encontro conta com mais de 80 entidades, englobando várias religiões, que lutam em defesa da vida.

Durante os 3 dias, refletiram um pouco sobre a situação econômica do Brasil e fizeram o propósito de lutar em favor dos direitos dos trabalhadores para que TODOS TENHAM VIDA.

As principais propostas de trabalho, são:

- Lutar pela terra para que aqueles que nela trabalham possam tê-la como fonte de subsistência.
- Por ações concretas na conquista da terra e pela campanha nacional pela reforma agrária.
- Pelo direito de todos os trabalhadores, sem exploração.
- Pelo direito de moradia.
- Pelo direito à informação e o acesso à educação.
- Pelo direito de VOTAR PARA PRESIDENTE.

FABES E PREFEITURA SAEM DA NEGOCIAÇÃO

Sendo assim fomos ao governo do estado. Mantemos vários contatos. Abriu-se um canal de negociação. Nos informaram que a Santa Casa negocia se a área for desocupada. O Secretário de Habitação propõe negociação.

O Movimento aceita mas faz algumas exigências. E assim as negociações continuam.

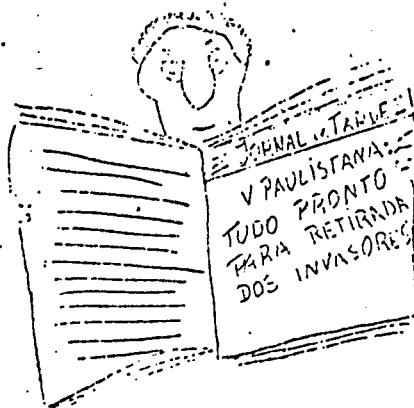
Uma certeza nós temos: O governo pode desapropriar já que a lei federal nº 4132 de 10 de novembro de 1962 trata da desapropriação por interesse social. No artigo nº 20, a lei diz:

"CONSIDERA-SE DE INTERESSE SOCIAL:
A MANUTENÇÃO DE POSSEIROS URBANOS
ONDE, COM TOLERÂNCIA EXPRESSA OU TÁCITA DO PROPRIETÁRIO, TENHAM CONSTRUÍDO SUA HABITAÇÃO, FORMANDO NÚCLEOS RESIDENCIAIS MAIS DE 10 FAMILIAS".

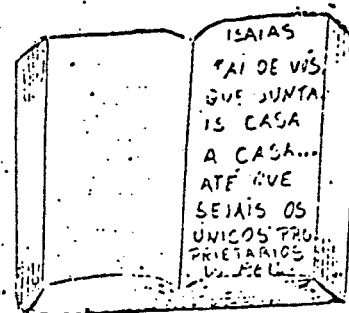
Vale lembrar que o movimento conta com 1027 famílias.

Nossa certeza é que não desanimaremos no meio do caminho porque a TERRE É DE TODOS.

Os jornais noticiam diariamente que o policiamento está de prontidão para a reintegração de posse. A tensão é grande, mas a coragem é maior pois acreditamos na força de Deus que é a força do POVO UNIDO.



No dia 11, domingo, comemoramos um mês de aniversário na TERRA PROMETIDA. Começamos com uma Celebração Eucarística. Depois houve músicas, poesias com os artistas do pedaço e no fim a apresentação e reflexão do filme "A LINHA DE MONTAGEM".



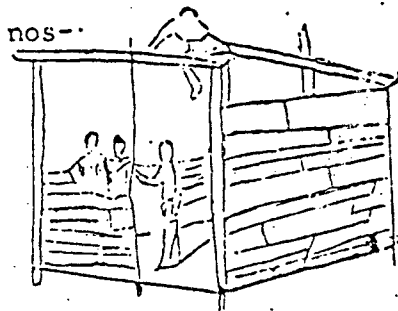
...E o poeta assim se manifestou:

Já venho há muito tempo
acompanhando o movimento,
toda assembléia estou dentro
prá mim entender melhor.
Não quero vos deixar só
estou sempre no terreno
levando chuva e sereno
até a corda dar nó.

Ainda não fiz um hino
porque o tempo foi pouco
fiquei aqui dia e noite
como a coruja no toco.
Estou desempregado
estou comprando fiado
ainda esperando o troco

É triste a situação
de um pobre com patrão
sem arroz feijão e pão
e o fogão apagado
e já prá sêr despejado,
que não paguei aluguel
somente Papai do Céu
é o meu advogado.
(MIGUEL)

Já faz um mês que estamos
morando na TERRA PROMETIDA.
Houve muito esforço e sacri-
fício para construir as nos-
sas casas.

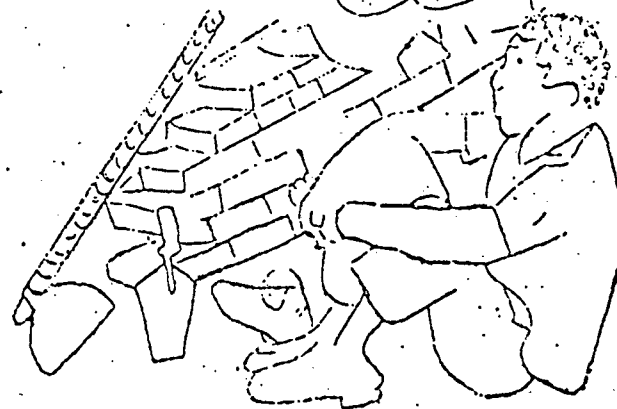


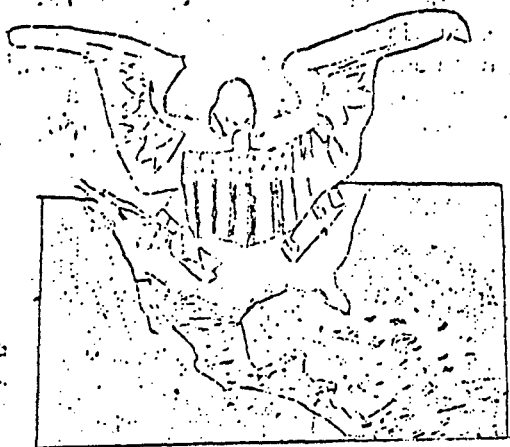
-Gente que perdeu emprego.

-Outros que adoeceram.

Só não faltou fé em Deus que "NA LEI OU NA
MARRA NÓS VAMOS GANHAR".

*Gostado:
Passamos a
vida inteira construindo
casa, e não temos onde
morar!*





REMEDIOS

CONTRA A

AGRESSÃO

Depois de 40 anos de luta, o povo nicaraguense conseguiu se libertar da ditadura de Somoza.

Mas os bandidos somistas, com apoio dos governos dos Estados Unidos e Honduras, voltam atacar o povo nicaraguense, bombardeando, incendiando e assassinando.

A Nicarágua precisa de medicamentos e médicos. No Brasil todos estamos recolhendo remédios para ajudar a revolução popular Sandinista a enfrentar a agressão.

Qualquer remédio serve, mas principalmente:

- ANTIBIÓTICOS - ANTIINFLAMATÓRIO - CICATRIZANTES -
- COAGULANTES - ANTISSEPTICO - Material para primeiros socorros (Gases, esparadrapos, algodão, seringa...)
- MATERIAL CIRURGICO - GLUCANTIME!

Informações no Centro de Defesa-Vila Paulistana

Nossa ocupação não foi a primeira e certamente não será a última. Outras ocupações, se não houver uma REFORMA AGRÁRIA, acontecerão. Temos aqui o depoimento de um companheiro de VILA UNIÃO:

A INVASÃO

... "Tudo começou devagarinho. Um terreno vazio, que parecia não ter dono, desabandonado. Neguinho sem dinheiro no bolso, desencaminhado da vida, com família prá criar. Me diga seu malandro: O que você fazia, vendo a chuva moia seus fio e a fome batendo forte, apertando as tripas? Ia tentá achá um lugar prá morá e construí a vida. Dessas maneiras, o pessoal foi chegando naquele terreno desabandonado, cortando os mato, levantando os barraco, se virando..."

(Socorro, personagem da Vila União)



OBRIGADO PELO APOIO:

Agradecemos a todas as pessoas que nos apoiaram, enviando alimentos, dinheiro, cartas de solidariedade, material de construção, carros, roupas...

Temos certeza que nossa força e organização en contra mais VIDA na medida em que vocês nos apoiam.

Agradecemos:

Ao Pe. Raimundo, Olívio e comunidade Nossa Senhora do Carmo.

D. Joel, pe. Nadir, Simões, Dalmir, Ermenegildo.

Igreja Salette, Santana e Joana D'arc.

Comunidade São Gabriel de Osasco, Comitê Santo

Dias, Comissão de desabrigados de Petrópolis, Co-

missão Justiça e Paz de Florianópolis, Comissão

Arquidiocesana de Direitos Humanos de S. Paulo.

Associação dos moradores da Zona Norte, Associação

dos trabalhadores da Zona Norte. Diretórios e Par-

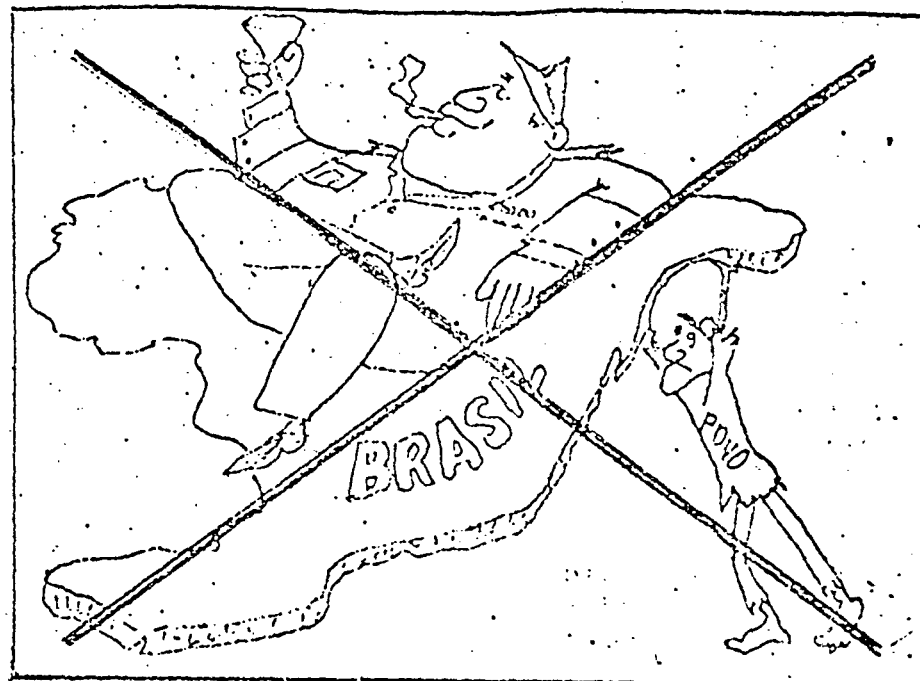
lamentares do Partido dos Trabalhadores e tantas

outras pessoas, entidades, associações... que, de

uma forma ou de outra, não cansam de colaborar na

construção de um MUNDO NOVO onde a lei que vigora

é a LEI DO AMOR.



CAPÍTULO IV

ELEMENTOS PARA INTERPRETAÇÃO DO MOVIMENTO

ELEMENTOS PARA INTERPRETAÇÃO DO MOVIMENTO

O tratamento interpretativo, dentro do contexto da nossa pesquisa sobre o Movimento por Moradia Filhos da Terra, não é linear nem mecânico. Um caminho direto de causa-efeito que vai da marginalidade social dos grupos reivindicantes ao enfrentamento do institucional; ou então uma linha direta entre carência e mobilização, não condiz, em absoluto, com a realidade do nosso fenômeno em estudo.

O Movimento em si é permeado de contradições conforme se pode constatar através da leitura do relato histórico.

Há momentos em que o discurso dos filhos da Terra realça a autonomia, a independência e a desvinculação do Movimento de qualquer agente externo. Há, no entanto, na prática, outros momentos em que se busca deliberadamente o amparo do Clero, de Parlamentares e Militantes do Partido dos Trabalhadores, assim como do Prefeito Municipal e do Governador do Estado. Para citar um exemplo, o Prefeito foi o personagem mais combatido (repudiado em encenação pública) e ao mesmo tempo mais procurado pelo Movimento.

Há instantes em que se fala veementemente contra o sistema social capitalista excludente. Ao mesmo tempo, por outro lado, faz-se esforços no sentido de buscar saídas negociadas e conciliatórias para aquisição do terreno de propriedade da Santa Casa então invadido.

E há várias outras encruzilhadas. Há a possibilidade de analisar os Filhos da Terra sob o prisma da agressão ousada aos aparatos legais institucionais - invadir propriedade privada. Mas também salta aos olhos a sua vontade de adentrar no sistema, incluir-se no institucional, fugir do estado de exclusão e marginalidade em que se vive - Ter terreno e casa com escritura passada

em cartório; poder oferecer condições para os filhos estudar e mais tarde conseguir bons empregos.

Para se ter uma abordagem interpretativa capaz de dar conta desta multiplicidade de aspectos e feições assumidas pelo Movimento, é preciso vencer a tentação do raciocínio mecânico bem como transcender algumas amarras metodológicas de larga tradição acadêmica.

Num esforço para focalizar as diversas facetas do Movimento e seu contexto, distribuí esta parte interpretativa da dissertação nos seguintes recortes:

- (A) A percepção das carências - aglutinação e mobilização dos excluídos - tomada de consciência coletiva.
- (B) A "surdez" das autoridades e a precariedade dos canais de encaminhamento das demandas populares.
- (C) O papel dos agentes externos - Igreja Católica, militantes e Parlamentares do Partido dos Trabalhadores.
- (D) A presença contraditória da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado de São Paulo.
- (E) A Estrutura Organizacional do MMFT - Características.
- (F) A questão da democracia interna - Igualdade e unidade.

(A) A PERCEPÇÃO DAS CARÊNCIAS - AGLUTINAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS EX-
CLUÍDOS - TOMADA DE CONSCIÊNCIA COLETIVA

Quais os elementos deflagradores do Movimento Filhos da Terra?

Em primeiro lugar, sem dúvida, a deterioração e agudização das condições de sobrevivência de famílias pertencentes às chamadas camadas populares. Noventa por cento dos integrantes do Movimento se encontravam desempregados e parcela significativa se via impossibilitada de continuar pagando aluguel. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana - CDDH/VP somente cadastrava aquelas famílias cuja situação era crítica - ameaçadas de despejo.

Conseguir um espaço na favela para erguer um barraco vinha ficando praticamente impossível. Anteriormente já falamos sobre a saturação das favelas existentes.

As tentativas isoladas de construir sobre terrenos municipais, bairras de córrego, várzeas recebiam a reação imediata da Administração Regional através da derrubada. O Barraco de Maria Aparecida junto ao córrego Piqueri, erguido em mutirão pela Comunidade Paroquial de Vila Paulistana no domingo de 19/06/83, foi posto ao chão três vezes pela Administração Regional de Santana - Tucuruvi.

Havia casos em que a própria vizinhança junto às áreas "disponíveis" se revoltava contra as tentativas de se levantar barracos. Moradores proprietários, via de regra melhor posicionados, com renda relativamente estável, de casa confortável, consideram maculção a presença de barracos nos bairros onde moram.

Aquelas famílias que ainda conseguiam pagar aluguel geralmente moravam precariamente em garagens e porões, sem as mínimas condições de salubridade.

A este quadro de carência vamos somar um segundo elemento também importante na deflagração do Movimento: vamos chamá-lo de ele

mento catalizador. É representado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana. O padre Olívio José Bedin, Presidente do CDDH/VP, ao cadastrar as primeiras viúvas que o procuraram em busca de abrigo, desencadeou o processo de aglutinação de famílias em dificuldades semelhantes. Também podemos chamar tal processo de aglutinação e similares ou de iguais.

Assim que se espalhou pela região de Vila Paulistana a "notícia" de que o padre distribuiria terrenos e as pessoas foram até o CDDH/VP se cadastrar, criava-se uma massa com potencial reivindicatório.

A tomada-de consciência coletiva de que ali havia um forte potencial reivindicatório é o nosso terceiro elemento.

O desenvolvimento de uma consciência coletiva crítica representa a passagem da carência à reivindicação. É o momento em que se repensa a noção de sociedade, de direito e de cidadania. Questiona-se a legitimidade do Estado que, de acordo com a expectativa, deve promover condições mínimas de sobrevivência para todos. Questiona-se os diplomas legais que asseguram a posse de terra ociosa entre poucos proprietários dentro de um espetáculo deprimente de milhares de nômades involuntários por absoluta falta de alguns metros quadrados de terra para alojar a família.

É o momento crucial de percepção da ausência total de cidadania. Da auto-percepção de que se é um excluído.

A tomada de consciência é a etapa que medeia a necessidade e a reivindicação. É por isto que estas duas últimas não são mecanicamente causa-efeito. Nem sempre uma necessidade se desdobra em reivindicação.

É a convivência comunitária que vai permitir a identificação dos semelhantes e a tomada de consciência crítica. Há outros fatores externos que também podem contribuir. Os Filhos da Terra, além da experiência comunitária proporcionada pela sucessão de reuniões e assembléias convocadas por sua Comissão Organizadora, contaram também com posicionamentos "formadores" de consciência ori-

undas de membros da hierarquia Católica e militantes experimentados do Partido dos Trabalhadores.

Ainda no contexto dos Filhos da Terra não se pode perder de vista um quarto elemento a contribuir para a deflagração do Movimento. Era a expectativa de apoio por parte dos Governos Estadual e Municipal recentemente guindados ao poder através de um discurso oposicionista.

Tal apoio acabou não vindo. Foi somente expectativa. Mas de qualquer modo foi um elemento a mais na motivação dos Filhos da Terra.

Em março de 1983, pela primeira vez, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, de oposição desde que fora fundado, assumia o Governo Estadual e também, como consequência de disposições legais, a Prefeitura do Município de São Paulo. Isto porque o Governador tinha direito de nomear o Prefeito da Capital.

O novo grupo político no poder pautara, antes de eleito, um discurso em torno do combate sistemático ao regime autoritário, repressivo, concentrador de renda, alheio aos problemas populares, etc. Criticara duramente a atitude do Governo anterior (Maluf) que desalojava violentamente famílias que ocuparam terrenos sem posse legal.

Era portanto expectativa de que no novo governo as posições ou atitudes relativas às invasões de terrenos se revertissem, ou pelo menos passassem por alguma alteração qualitativa.

Várias vezes os membros da Comissão Organizadora dos Filhos da Terra se referiam ao novo Governo do PMDB com o adjetivo "democrático" (Governo Democrático de São Paulo).

Paula Ferreira Lima, que membro da Comissão Organizadora e atualmente (1987) é Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Filhos da Terra, nos afirmou em depoimento:

"A gente esperava que com o PMDB no governo ia ser diferente do Maluf (Governo anterior). O Mário Covas (prefeito) lavou as mãos quando a gente foi pedir apoio. Me lembro como se fosse hoje, a

gente tava em audiência com ele quando o assessor veio avisar que o Juiz tinha assinado a ordem de despejo. A gente tava na sala dele, na frente dele, daí pedimos pelo amor de Deus pra ele tentar segurar, fazer qualquer coisa pra não desalojar.

Ele respondeu o seguinte: Não posso fazer nada, simplesmente.

Todo mundo se desiludiu com o PMDB. Até um dia o povo faz um teatrinho encenando o jeito do Prefeito Mário Covas dizendo assim: Vocês sabiam que não podia invadir, agora tem que arcar com as responsabilidades.

Eu esperava outra coisa dele."

O depoimento de Paula deixa patente que o entusiasmo na expectativa do apoio oficial do Estado e do Município também funcionou como elemento deflagrador da ocupação.

(B) "SURDEZ" DAS AUTORIDADES E PRECARIIDADE DOS CANAIS DE ENCAMINHAMENTO DAS DEMANDAS

Neste recorte pretendemos tratar das dificuldades que o Movimento por Moradia Filhos da Terra encontrou - na esfera das agências públicas - de se fazer ouvir, de fazer penetrar no seio do Estado a sua reivindicação. Acreditamos que seja um problema mais ou menos genérico para todos os Movimentos Sociais da nossa realidade urbana.

A intervenção do Estado na área da moradia popular sempre se fez sem participação alguma da população alvo. Nas políticas públicas de habitação popular têm prevalecido os interesses econômicos privados sobre os interesses sociais. Supostamente sociais, tais políticas constituem-se em poderoso instrumento de acumulação nas mãos de empresários da construção civil. Alberto Cignolli chama tal conexão de simbiose:

"O Estado opera por intermédio de uma série de organismos uma espécie de simbiose entre o público e o privado, na qual as empresas do capital monopolista desempenham papel importante, tanto pela transferência de tecnologia quanto pelo controle direto das sociedades assim constituídas".¹

Sem efetividade social, os gastos do governo mantêm a dinâmica excludente. Aliados deste jogo, os grupos populares dificilmente conseguem transpor as barreiras burocráticas, para nelas introduzir suas reivindicações específicas. Quando conseguem se fazer receber pelas agências públicas, raramente são ouvidos. A resposta invariavelmente descamba para o conhecido lado da protelação - fazer estudos técnicos, elaborar projeto, aguardar inclusão do gasto no próximo orçamento, aguardar novos empréstimos e outras justificativas

1-CIGNOLLI, Alberto - Estado e Força de Trabalho no Brasil - SP

de natureza tecnoburocrática que claramente visam o esvaziamento dos grupos coletivamente constituídos.

Os Filhos da Terra fizeram uma longa peregrinação pelas agências públicas antes de deflagrar a invasão em 11/02/84. Desde junho de 1983 se fizeram tratativas com o objetivo de conseguir as moradias para os integrantes do Movimento. É possível listar os órgãos públicos procurados: SEHAB, FABES, Administração Regional de Santana - Tucuruvi, COHAB, Caixa Econômica Estadual, Secretaria do Governo Municipal, Secretaria Municipal de Obras, Gabinete do Prefeito, Caixa Econômica Federal, BNH, Assessoria do Governador, além de Assembléia Legislativa e Câmara Municipal.

Todas declaravam não possuir competência ou condições de levar a cabo o problema específico dos Filhos da Terra. E recomendavam que se procurasse sempre outro órgão público. Isto durou oito meses.

Os Filhos da Terra só conseguiram ser convincentes quando efetivamente ocuparam o terreno da Santa Casa. Isto é, quando colocaram em xeque a legitimidade dos Poderes Constituídos assim como os aparatos legais que lhes dão sustentação. Quando provocaram um fato político de ampla repercussão na imprensa, na sociedade. Dali para frente foi impossível, para as autoridades, manter a "surdez".

(C) O PAPEL DOS AGENTES EXTERNOS - Igreja, Partidos Políticos

Desde o princípio os Filhos da Terra sempre se declararam apartidários e ecumênicos. Nas entrevistas dadas à imprensa, nas assembleias e mesmo nos depoimentos, os membros da Comissão Organizadora sempre fizeram questão de ressaltar esta dupla qualidade do Movimento.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana -CDDH/VP, ligado à Arquidiocese de São Paulo e trabalhando em conjunto com a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, teve um papel de fundamental importância, inegável para a consolidação do Movimento. Basta lembrar da fase embrionária do Movimento quando o padre Olívio José Bedin deu ouvidos a algumas viúvas desesperadas a procura de teto para abrigar seus filhos. Em seguida houve o mutirão patrocinado pela Comunidade Paroquial para levantar os primeiros barracos junto ao córrego Piqueri. Depois se começou a cadastrar as famílias em busca de teto e aconteceram as primeiras reuniões no Salão Paroquial.

Quando o Movimento decolou, o CDDH/VP entregou a direção para uma Comissão Organizadora eleita entre os próprios demandantes da moradia. Dali para frente assume um papel de acompanhante.

De abril de 1983 e até a construção do Barracão Comunitário no dia da ocupação, o CDDH/VP foi o centro físico de referência para o Movimento. Ali foram confeccionados os jornais, os panfletos, os cartazes e as faixas empregadas.

Vanderlei Dambrés, secretário do CDDH/VP, ex-seminarista, fez parte da Comissão Organizadora colocando-se doiturnamente a serviço do Movimento.

O pároco Raimundo Lipski, mesmo sem interferir diretamente, apoiou integralmente os Filhos da Terra. Na homilia de dois de abril de 83, foi ele que lançou publicamente a idéia de se organizar um movimento capaz de encaminhar os casos de falta de moradia que puluavam em Vila Paulistana, como de resto em toda cidade.

Dom Ivo Catapan, bispo da região, fez campanha para arrecadar

doações e celebrou Missa na gleba ocupada.

Diante de todos estes elementos, não há como negar que a Igreja Católica jogou um peso preponderante na mobilização do Movimento.

Na pesquisa que efetuamos não se constatou qualquer discriminação contra os não católicos. Vários foram os credos dos participantes e até hoje (1987) várias religiões são professadas no Jardim Filhos da Terra - Assembléia de Deus, Testemunhas de Jeová, Chegada de Cristo, Deus é Amor, Curas Divinas e do Sétimo Dia. Há também um número considerável de pessoas sem profissão religiosa.

Outro agente externo da maior importância para o Movimento foi o Partido dos Trabalhadores através de Militantes e Parlamentares.

Paula Ferreira Lima, Militante da Pastoral Operária do Partido dos Trabalhadores, foi liderança destacada na condução do Movimento. Dispunha de certo "know how" em "organização do povo e de invasão", segundo ela própria admite. Mora no Jardim Filhos da Terra onde já por duas vezes foi eleita presidente da Associação dos Moradores. Preenche o perfil de militante identificada com a causa. Era metalúrgica desempregada à época da ocupação tendo demarcado o seu próprio lote na gleba.

Lauro Ferraz foi outro militante do PT e também membro da Comissão Organizadora. Era estudante de Direito na PUC/SP e contribuiu com seu repertório para todos os envolvimentos jurídicos do Movimento, que não foram poucos. É personagem de fora. É personagem de fora pois não estava exatamente buscando teto para morar tal qual Paula.

O Partido dos Trabalhadores, além destes dois destacados militantes, também ofereceu apoio através de alguns de seus Parlamentares - Vereadores João Carlos e Luiza Erundina e Deputados Eduardo Jorge e Irma Passoni. O apoio destes Parlamentares acontecia nas Tribunas da Assembléia Legislativa e da Câmara dos Vereadores, na marcação de audiência com o Prefeito e outras autoridades, na Campanha por donativos e no oferecimento de seus veículos à Comissão Organizadora nas idas e vindas aos diversos Gabinetes.

Não obstante estas conexões com o Partido dos Trabalhadores, o Movimento Filhos da Terra sempre se confessou apartidário. Qual seria a razão?

Uma razão para o ocultamento de tais conexões talvez resida na importância de aparentar para a Sociedade exterior um espaço plural e democrático no seio do Movimento. É uma razão estratégica porque pretende vencer usando do apelo, buscando simpatias de setores da sociedade. Movimentos de base social restrita dão conotação de grupos fechados e obviamente não são tão bem vistos quanto seus similares mais abertos, amplos.

Outra razão para tentar explicar o realce do discurso em torno do apartidarismo e do ecumenismo quando há relações evidentes com a Igreja e o Partido dos Trabalhadores talvez corresponda, no plano externo, à necessidade interna de se eliminar diferenças entre os participantes.¹

Há um outro elemento a ser considerado - é a opção estratégica pela eficiência. Em poucas palavras este elemento pode ser colocado da seguinte maneira: evidentemente que se os Filhos da Terra fizessem uma opção pela desvinculação absoluta a qualquer ente externo, não poderia dispor dos importantes apoios da Igreja e do PT, o que poderia prejudicá-lo na sua eficiência.

Com efeito, a nosso ver, o PT e a Igreja não tiveram posturas dirigistas, de orientação, de vanguarda. O que nos permite afirmar que a autonomia do Movimento não chegou a ser comprometida. Tais entes externos foram sem dúvida importantes na articulação do Movimento sem contudo subordiná-lo. Reivindicou-se para mobilizar e não se mobilizou para reivindicar.

1-DURHAM, Eunice - "Movimentos Sociais - A Construção da Cidadania"
In: Novos Estudos (19) - SP - CEBRAP - Outubro de 1984 - pág. 30

(D) SOBRE A PRESENÇA CONTRADITÓRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO GO-
VERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado Capitalista precisa exercer simultaneamente funções con-
 traditórias de acumulação e legitimação. De acordo com O'Conner,

*"isto quer dizer que o Estado deve tentar manter, ou
 criar, as condições em que se faça possível uma lucra-
 tiva acumulação do capital. Entretanto, o Estado tam-
 bém deve manter ou criar condições de harmonia social.
 Um Estado capitalista que empregue abertamente sua for-
ça de coação para ajudar uma classe a acumular capital
 às custas de outras classes perde sua legitimidade e,
 portanto, abala a base de suas lealdades e apoios. Po-
 rém, um Estado que ignora a necessidade de assistir o
 processo de acumulação de capital arrisca-se a secar
 a fonte de seu próprio poder, a capacidade de produ-
 ção de excedentes econômicos e os impostos arrecadados
 deste excedente".¹*

Dentro desta linha de raciocínio, Andrade esclarece sobre a atu-
 ação do Estado Brasileiro pós-64:

*"O modelo social brasileiro caracteriza-se por uma con-
 tradição entre a necessidade de assimilar os trabalha-
 dores a uma ordem política nascida de um movimento an-
 ti-popular - o que requer esforço dobrado - e a capaci-
 dade política que tem o regime de impor aos trabalhado-
 res sacrifícios econômicos de toda sorte (garantindo a
 acumulação). O peso dos interesses capitalistas na for-
 mulação e execução da política social, a ênfase no obje-
 tivo de normalização, a expansão dos serviços associada*

1-O'CONNOR, James - USA: A Crise do Estado Capitalista- Paz e Terra
 1977, SP - pág. 19

a burocratização e a ineficácia, bem como dificuldades de assimilação na empresa - todas estas características são a contrapartida da selvageria do capitalismo no país, da qual o Estado é mantenedor e da qual o Estado contraditoriamente, tem que ser o disciplinador".¹

Com tal contradição presente no processo de atuação estatal - em que a decisão e a formulação de políticas públicas não obedecem à lógica do compromisso e da negociação com diferentes setores sociais e forças políticas - vai emergir a chamada "ação tecno-burocrática"². A máquina Governamental passa a viver o império dos feudos burocráticos.

Segundo Pedro Luís Barros Silva, este fenômeno configura:

"Uma multiplicidade de orientação a nível de definição de políticas inter e intra setoriais, criando-se constantemente jurisdições burocráticas (feudos) que obstaculizam modificações de forma automática e mecânica, segundo os interesses das classes, frações e aparelhos de representação política, mesmo das camadas dominantes".³

A linha de pensamento tentamos seguir até aqui em torno da coexistência de lógicas diferenciadas na ação do Estado, quer mostrar que as burocracias públicas não são unitárias. O Estado não é monolítico. Ao contrário, amiúde entre em contradições, tem atitudes ambíguas, modifica-se qualitativamente.

O argumento de que o Estado Capitalista é um mero braço mecânico da burguesia está ultrapassado por ser simplista. O Estado Capi-

1-ANDRADE, Regis de Castro - Política Social e Normalização Institucional no Brasil. In: América Latina, novas estratégias de Dominação, Petrópolis, Vozes, 1980, pág. 109.

2-CARDOSO, Fernando Henrique - Autoritarismo e Democratização - RJ-Paz e Terra - 1975.

3-SILVA, P.L. Barros - Políticas e perfis de intervenção em atenção à Saúde no Brasil: elementos para uma análise da ação estatal. In: Cadernos FUNDAP, ano 3, nº 6 - SP - Julho de 1983.

talista não é diretamente o Estado dos Capitalistas¹. Mesmo que o capital tenha um peso dominante, há momentos, que para não destruir toda ordem constituída, o Estado se vê obrigado a atender as classes populares de trabalhadores, legitimando-se.

Quando fazemos uma transposição para a realidade vivida pelos Filhos da Terra, isto nos fica claro. Os Poderes Municipal e Estadual, submetidos a pressões, acabam mergulhando num universo de posições desencontradas. Foram pressões de toda ordem - de um lado a lei da propriedade privada e de outro a veemência das reivindicações; enquanto o Prefeito Mário Covas ameaçava com medidas duras os invasores, seus auxiliares da FABES estimulavam-nos abertamente; o Governador Franco Montoro afirmava que a invasão era crime, mas ao mesmo tempo alguns dos seus secretários tentavam frear a ação da Polícia Militar.

O Deputado Estadual José Gregori, do PMDB, chegou a declarar, conforme se viu no nosso relatório: (17º dia de ocupação)

"- O Governo Estadual quer uma solução adequada, mas está numa corda bamba. O Jornal da Tarde faz acusações de conivência com as invasões e a oposição de direita pressiona".

Não podemos deixar de considerar tal declaração como sendo a necessidade de legitimação de um Governo. É a confissão da bipolaridade de legitimação x acumulação.

Por reiteradas vezes o Prefeito afirmou que não negociaria com invasores. Passados quase dois meses de ocupação quando a opinião pública passou a posicionar-se favoravelmente aos Filhos da Terra, ele acabou cedendo. Deu xinal verde à Secretaria da FABES para proceder às negociações com a Santa Casa.

O discurso da racionalidade tecnoburocrática também acabou cedendo, o que atesta uma mudança qualitativa a nível interno de buro

cracia pública. Técnicos da SEHAB - Secretaria Municipal da Habitação, que averiguaram a área antes da ocupação haviam garantido em laudo que o terreno não se prestava à edificação de habitações por ser "muito íngreme". Mais tarde se voltou atrás, liberando-se as construções. O perigo de desabamento "tecnicamente" se havia dissipado.

As agências burocráticas públicas apesar de crescentemente centralizadas, como é o caso brasileiro, possuem práticas ambíguas e contraditórias, sobretudo em razão de alterações que se operam no plano conjuntural.

Neste quadro fica difícil admitir-se o Estado como sendo simplesmente braço mecânico da burguesia. Há momentos em que a necessidade de legitimação se impõe, sob o risco de ruir todo o regime estabelecido, levando de roldão a própria burguesia.

(E) A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA MMFT - CARACTERÍSTICAS

De um lado os Movimentos sociais obedecem às suas próprias leis, distintas das leis de outros agrupamentos. Possuem seus próprios conflitos internos, carregam uma história pregressa própria, têm aspirações específicas, trazem tendências divergentes, abrigam pessoas de matizes ideológicos distintos e etc.

Por outro lado estão submetidos à necessidade operacional de divisão do trabalho e hierarquia¹.

O Movimento dos Filhos da Terra foi conduzido por uma Comissão Organizadora eleita em outubro de 1983, composta de 30 pessoas. Desta Comissão tomaram parte os elementos mais combativos e ativos do Movimento.

Com exceção de dois membros - Lauro Ferraz e Vanderlei Dambrés² - os demais membros da Comissão Organizadora foram absolutamente representativos das 1027 famílias ligadas ao Movimento: encontravam-se desempregados e na busca de moradia (o perfil da maioria).

A Comissão Organizadora, globalmente avaliada, conseguiu impor sua autoridade. A maioria das decisões foram facilmente acatadas, a penas algumas decisões precisaram de uma ação mais enérgica. Sobre esta questão, Expedito nos deu o seguinte depoimento:

"A gente da Comissão tava dia e noite a serviço do Movimento. O resto do pessoal via esse esforço da gente. Ninguém tava de brincadeira. Era uma luta pra valer. O que a Comissão decidia, tava decidido. Senão ia virar bagunça. A única coisa em que todo mundo podia segurar era a Comissão Organizadora.

Acho que a união de todos os que fizeram parte da Comissão foi muito importante na nossa vitória. A gente

1-MOTHE, Daniel - Le métier de militant - Ed. Sevil - Paris - 1973
pág. 9.

2-Lauro Ferraz era estudante de Direito e Vanderlei Dambrés era Secretário do CDDH/VP. Não participaram do Movimento com objetivo de conseguir para si uma moradia

tinha que ser respeitado de qualquer jeito, por bem ou por mal.

Uma vez eu demarquei um lote para um rapaz e ele não construiu. Dei um prazo de três dias para ele construir. Quando deu três dias fui ver. Ele ainda não tinha construído. Aí dei o lote pra outro. Ele veio ratear comigo, tive que mostrar o revólver pra ele.

Sem obediência de todos eu acho que o nosso Movimento não tinha vingado como vingou. Os repórteres tavam de olho na gente. Qualquer escorregada e eles abriam a boca pro mundo. E o Movimento ia ficar prejudicado.

Não é fácil lidar com gente. Eu mesmo tive muitas desilusões. Quando os outros da Comissão me deram a tarefa de fiscalizar quem tava e quem não tava construindo e tirar o lote de quem não tava construindo, no começo não quis aceitar. Eles insistiram e me deram carta branca. Aí eu segurei as coisas de qualquer jeito, por bem ou por mal, na conversa e até na violência.

A distribuição de tarefas por subcomissões é uma prova de que o modelo da divisão do trabalho foi reproduzida pelos Filhos da Terra. Os participantes distribuíram-se nas subcomissões de Segurança, de barracão Comunitário, de negociação, de alimentação, de transporte.

A hierarquia ficou diluída dentro da Comissão Organizadora. Não havia formalmente ninguém com ascendência sobre os demais membros. Mas, ao se analisar mais de perto, veremos que os membros Paula, Expedito, Severino, José Gildo, Lauro e Vanderlei tinham uma inserção privilegiada dentro da Comissão.

Paula e Lauro eram ativos militantes do Partido dos Trabalhadores e tinham vivência de Movimentos Populares. Eram tribunos convincentes.

Expedito era o relações públicas e julgava as pendências que vez por outra apareciam na demarcação e posse dos lotes.

Severino teve um papel de técnico na demarcação dos lotes e planejamento das ruas da gleba invadida.

José Gildo foi o responsável pela segurança preventiva e Vanderlei Dambrés era o secretário do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana e fazia portanto as conexões com a Paróquia Nossa Senhora do Carmo e Arquidiocese de São Paulo.

(F) A QUESTÃO DA DEMOCRACIA INTERNA - IGUALDADE E UNIDADE

Os movimentos sociais reivindicatórios são gerados a partir da percepção de carências comuns. A partir, portanto, da aglutinação de "carentes".

Ao aglutinar-se, por razões culturais, econômicas ou mesmo políticas, passam a afirmar um determinado direito - direito à não discriminação, direito à rede de esgoto, direito a transporte, direito à educação e direito à moradia entre outros.

Diante da mesma carência, todos os elementos ligados ao Movimento, tornam-se iguais. Na ação conjunta passa-se a viver a experiência da comunidade.

Segundo Eunice Ribeiro Durham, os movimentos sociais se constituem em lugar privilegiado onde a noção abstrata de igualdade pode ser referida a uma experiência concreta de vida.

"Essa vivência da comunidade, isto é, da coletividade de iguais criada pela ação conjunta de todos, se dá numa dimensão própria que implica uma novidade muito importante: o reconhecimento da pessoa num plano público e não privado.

Na vida urbana de uma sociedade como a nossa, o indivíduo (parte indiferenciada da massa) só é plenamente reconhecido como pessoa, como sujeito, nos grupos primários que se estruturam na vida privada: a família, os parentes, os amigos, os vizinhos. Na esfera pública, tende a ser despersonalizado e figura como vendedor de força de trabalho, comprador de mercadorias, beneficiário do INPS, usuário do transporte coletivo, eleitor, homem-massa. Nos movimentos sociais de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo é um processo novo, o de constituição de pessoas na esfera pública, através do

jogo do mútuo reconhecimento que ocorre internamente, na prática comunitária.

Esta passagem da pessoa, da dimensão privada para a pública, pode ser a explicação de um fato muito significativo, que ocorre com extraordinária frequência nos depoimentos dos participantes desses movimentos: o de viverem essa experiência como um enriquecimento pessoal, uma intensificação de sua qualidade de sujeitos".¹

Mas este cenário de democracia e igualdade em que todos são convocados a ser sujeitos, a unidade surge também como necessidade estratégica de sobrevivência para os movimentos. Se num primeiro momento todos debatem, e expõem seus pontos de vista, num segundo momento é necessário promover o consenso a qualquer custo. É preciso que como resultado das amplas discussões se tire uma posição unitária, evitando-se a pulverização e o consequente enfraquecimento do movimento. Dissidências em momentos cruciais são perigosas.

Igualar, democratizar, pluralizar e ao mesmo tempo unificar foram verbos presentes na prática dos Filhos da Terra e reforçados permanentemente no discurso que se fazia "para dentro" e "para fora" do Movimento. Nos dois primeiros meses de ocupação do terreno houve assembléias quase diárias no Barracão Comunitário. Aliás, o Barracão, primeira edificação realizada na gleba invadida, já fora construído com o propósito de sediar as assembléias.

As assembléias eram longas e polêmicas e se reforçava continuamente o princípio de que todos tinham direito a colocar publicamente seus pontos de vista - igualdade.

Por outro lado também se consagrava a necessidade de consenso, união, o princípio de que a minoria deveria se submeter às decisões da maioria.

1-DURHAM, Eunice Ribeiro - Movimentos Sociais - a construção da cidadania. In: CEBRAP - Novos Estudos, pág. 28, nº 10.

Para os observadores externos, o Movimento dos Filhos da Terra, conforme se depreende de colocações junto à imprensa, conseguiu manter união e igualdade entre os participantes. Isto contribuiu para conseguir mais alguns pontos favoráveis junto à opinião pública.

Internamente houve algumas queixas contra a "imposição de consenso" praticada nas assembléias, sobretudo por membros da Comissão Organizadora. Para evitar a propagação das queixas para a sociedade, através da sociedade, optou-se pelo mecanismo da divisão de trabalho, conforme nos conta Expedito:

Ninguém aqui tava brincando de invadir. Todo mundo precisava de casa para morar e urgente. Tinha uns caras que quando via um repórter não sabia se comportar; por ignorância dizia o que se passava na cabeça na hora. Então reclamavam de coisinha miúda daqui de dentro. Não tinham idéia de Movimento e que era importante demais que a nossa imagem mundo afora fosse muito boa. Isto ia facilitar na hora de conversar com as autoridades. Se a gente passasse uma imagem de briga e desentendimento, nossa moral ia lá embaixo, ninguém ia dar apoio prá nós e a gente podia perder a causa. Então, pra evitar este negócio de alguém falar besteira, só eu passei a falar com as reportagens.

A assembléia mais polêmica foi a que tratou da aceitação (ou rejeição) da proposta de alojar as famílias, provisoriamente até que se concluíssem as negociações, numa Escola Pública, formulada pelo Secretário de Estado da Habitação. Para se evitar pulverizações, a Comissão Organizadora impôs, como garantia de unidade, seu próprio ponto de vista (pela rejeição).

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS

AVALIAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS

Descrevemos o cotidiano, as relações, os aspectos psico-sociais e culturais de grupo auto-denominado Filhos da Terra. Introduzimos interpretações e tentamos explicitar o processo político criado e conduzido pelo Movimento. Averiguamos a problemática subjacente às invasões de terrenos urbanos via estudo de caso.

As famílias dispersas por vários bairros paulistanos e vivendo condições subumanas de moradia conseguiram aglutinar-se em torno de uma bandeira reivindicativa e levá-la adiante. Vários fatores favoreceram a aglutinação, a mobilização e a organização, já vimos anteriormente. Afirmou-se o direito à moradia e se buscou no Estado a previsão da necessidade.

Depois de incontáveis negociações e inumeráveis momentos de apreensão conseguiu-se finalmente o atendimento satisfatório da reivindicação. Mas, e depois disso? Além do espaço da moradia que foi conseguido, houve alguma politização na forma de perceber as relações sócio-econômicas por parte dos participantes do Movimento por Moradia Filhos da Terra? Em outras palavras; em que medida a participação dos sujeitos contribuiu para aumentar-lhes o grau de politização?

De início encontramos dificuldades metodológicas para investigar o que chamamos de "aumento de grau de politização". Além da subjetividade envolvida há necessidade de se fazer avaliações qualitativas. Acabamos optando por fazer entrevis

tas abertas com a seguinte pergunta:

"- Compare as suas idéias antes e depois da participação no Movimento dos Filhos da Terra. Mudaram suas idéias sobre Governo, comunidade, direito à moradia, partidos políticos, propriedade privada e sobre trabalhadores? Diga o que mudou:"

Entrevistamos 17 pessoas ligadas ativamente ao Movimento; nove delas foram membros da Comissão Organizadora.

A seguir reproduzimos os depoimentos mais representativos escolhidos pelo maior número de semelhanças no grupo:

Sobre Governo:

"As autoridade só ajuda os pobre quando não tem outro jeito, quando os pobre resolve enfrentar elas"

"O Governo é feito de gente rica"

"O Prefeito deu cansera na gente, eu esperava que ele tivesse mais consideração com os pobrezinho. A gente tava desesperado e ele não fez nada".

Sobre Comunidade:

"Graças a Deus aqui a gente é tudo unido, porisso que a gente tem força prá conseguir as coisas. Na comunidade todo mundo precisa lutar junto. Lugar que tem de sunião e briga não vai prá frente".

Sobre Direito à Moradia

"Não existe direito de moradia prá pobre, se prá rico. A gente conseguiu este lote e esta casinha aqui no Filhos da Terra porque brigou muito, senão tava largado na rua".

"Foi Deus que deu esse lugarzinho prá nós, ninguém mais".

Sobre Partidos Políticos

"O PT foi o partido que mais ajudou a gente".

"O PMDB só veio aqui depois que tava tudo arranjado,

quando o Mário Covas veio entregar as escritura. Aí fizeram pose, mas o povo tava tudo sabendo que era falsidade. No começo eles quiseram até jogar a polícia contra nós".

"O PT ajudou a gente de tudo quando é jeito e não obrigou ninguém a entrar no partido deles".

"Quando a Marilda do PT se candidatou (1986) aqui todo mundo votou nela. Ela deu o sangue por nós. Pena que não foi eleita".

Sobre Propriedade Privada:

"Eu acho que tem que ter propriedade privada, só que precisava repartir melhor. Tem gente que têm de mais e outro tem de menos".

"A melhor coisa do mundo é chegar em casa, no lugar que é só da gente, onde a gente é proprietário e ninguém incomoda".

Sobre Trabalhadores:

"Todo mundo tem que trabalhar prá ter o pão de cada dia, Jesus Cristo já falava isso".

"Trabalhador que dá o duro não fica rico, só fica rico quem já nasce filho de rico".

"Eu gosto de ser trabalhador. Homem que é homem tem que enfrentar o batente".

Com base nestas declarações pudemos depreender o seguinte:

É difícil admitir o caráter potencialmente revolucionário dos Movimentos Sociais¹. De fato não são tão revolucionários

1-A maior parte dos entrevistados afirmou que suas concepções continuavam a mesma de antes da participação no Movimento dos Filhos da Terra. Que a participação apenas reforçou o que já sabiam.

como se pressupunha. Da mesma forma que é difícil pensar nos movimentos sociais de forma globalizante, é também difícil afirmar que o Movimento é uma Escola de política para os seus participantes. A politização varia de sujeito para sujeito. Há aqueles cuja visão de mundo se modifica radicalmente e há aqueles que a mantêm intacta. Nalguns aspectos existe mudança de concepção ou de percepção enquanto noutros aspectos tudo se mantém.

Nesse pressuposto de que a simples participação no Movimento seria suficiente para que as pessoas adquirissem a noção de sujeitos da história, construtores da própria vida e do próprio destino torna-se portanto insustentável.

Nosso segundo pressuposto dizia o seguinte:

O Movimento por Moradia Filhos da Terra foi capaz de, junto aos Poderes Públicos, gerar comportamentos ambivalentes e contraditórios ao colocar em xeque, com argumentos irresponsáveis, pelo desafio e pela ousadia, o sistema institucional-econômico vigente. Isto gera respostas qualitativamente transformadas no seio do Estado.

O estudo de caso que realizamos não nos autoriza a afirmar que Movimentos sociais do tipo dos Filhos da Terra sejam capazes de transformar o aparelho de Estado obrigando-o a se voltar para os interesses das camadas populares.

É verdade que o Movimento colocou em xeque o sistema econômico e institucional vigentes, questionou a legitimidade do Estado e desafiou-lhe os aparatos legais. Mas se fizermos uma avaliação de conjunto, veremos que transformações fundamentais não se produziram.

Enfim, o Movimento gerou, com sua ousadia, respostas qualitativamente transformadas no seio do Estado. Mas no final, o Estado absorveu a demanda. E manteve sua estrutura centralizada e autoritária.

Nesse terceiro pressuposto dizia o seguinte:

O Movimento por Moradia Filhos da Terra foi capaz de, junto à sociedade, criar correntes favoráveis de opinião. Colocar na ordem do dia a discussão sobre as mazelas e desigualdades sociais promovidas pelo sistema econômico capitalista concentrador que se encontra amparado pelos aparatos legais de Estado. Foi uma experiência modelar para outros agrupamentos sociais em condições similares.

O Movimento, de fato, recebeu inúmeras manifestações de apoio por parte de diversas correntes de opinião. Vieram elas não só de São Paulo mas vários Estados brasileiros oriundos sobretudo de entidades de bairro, núcleos de partidos políticos, comunidades de base, entidades beneficentes, sindicatos, etc. A grande imprensa diariamente dedicava espaços dos seus noticiários para o episódio dos Filhos da Terra. Indubitavelmente se criou um fato político de ampla repercussão. Foi uma "novela" cujo desfecho se aguardou ansiosamente durante dois meses. Até nos comícios pró eleições "Diretas Já" se falou nos Filhos da Terra. O Governador do Estado, num palanque em Osasco foi publicamente questionado sobre as atitudes que tomaria em relação à ocupação. Dezenas de abaixo-assinados a favor do Movimento chegaram a circular.

Uma declaração surpreendente da "Comissão dos Desabrigados de Petrópolis (RJ)" nos chamou em especial a atenção. Dizia o seguinte:

- Achamos muito sugestivo o que vocês fizeram, e a partir daí começamos a amadurecer algumas idéias que já estavam em nossas cabeças. (Vide 14º dia de ocupação - carta de 22/02/84). É a explicitação de que o processo político de sencadeado pelos Filhos da Terra passou a ser modelo para outro agrupamento social - no caso, os desabrigados de Petrópolis (RJ).

A nosso ver, o sucesso conseguido por um movimento isolado é motivo para que outros movimentos em condições similares também decidam por mobilizar-se; da mesma forma que há um refluxo quando alguma ocupação é violentamente desbaratada. Para nós, não há dúvida que as reivindicações que implicam na ampliação do consumo coletivo surgem onde são mais fáceis as possibilidades de êxito, ou como diz Eunice Ribeiro Durham, onde são mais facilmente atendidas e onde são maiores as chamadas de vitória¹.

A cobertura oferecida por meios de comunicação de massa possibilita que o fato político tenha uma repercussão ampliada. E a importância de tal repercussão, além de contribuir para criar correntes favoráveis ao Movimento e servir de modelo para movimentos similares, também reside no fato de que a sociedade nos seus diversos segmentos passa a tomar conhecimento e ter consciência das carências vividas pela periferia. Não nos resta dúvida de que as mazelas e desigualdades sociais geradas pelo sistema de organização social capitalista passam a constar da ordem do dia. Com os Filhos da Terra isto se deu. A propriedade privada urbana chegou a ser discutida e questionada conforme se constatou na imprensa do período.

Para reafirmar a importância que as correntes de opinião tiveram no Movimento dos Filhos da Terra, o provedor-mor fez a seguinte declaração à então Secretária da Família e Bem Estar Social do Município:

"- Nós vamos negociar o terreno porque a imagem da Santa Casa está, a cada dia que passa, mais desgastada perante a opinião pública."

1-DURHAM, Eunice R.-Movimentos Sociais - A Construção da Cidadania. In: CEBRAP-Novos Estudos, São Paulo, nº 10, out. 84, pag. 25.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

1 - Não existe uma relação direta de causa-efeito entre agudização circunstancial das condições de moradia popular e ocupações coletivas de terrenos urbanos. As dificuldades econômicas são apenas o princípio e os motivos deflagradores de uma ocupação têm que ser baseados nas micro-relações cotidianas dos grupos ocupantes; na sua consciência da exclusão, na sua percepção de cidadania, nas suas expectativas e nas facilidades técnicas de se organizar uma mobilização. Não cabe, portanto, no plano teórico, esquemas globalizantes de interpretação.

2 - A ocupação coletiva, por ser ato de desobediência civil, causa grande polêmica junto à sociedade, repercute na imprensa e atinge o Poder Público. Por este motivo o Estado se vê obrigado a negociar uma solução e o faz dialogando com os invasores através dos seus representantes. O diálogo significa a oficialização e a institucionalização do grupo social ocupante até então marginal, excluído e "nunca-ouvido". O mesmo Estado que até então se fazia de surdo ao clamor das queixas, agora reconhece publicamente a cidadania do Movimento.

Para sentar-se à mesa o Movimento precisa de um cacife. E o cacife advém da desobediência ousada. Sua repercussão é estrategicamente importante.

3 - As respostas dadas pelo Estado são via de regra ambivalentes, contraditórias e muitas vezes qualitativamente transformadas. Mas o conjunto de respostas desencontradas não autoriza a afirmar que o Estado se modifica a partir da presença.

são veemente que sobre ele é exercida. O Estado, no seu aparelho administrativo, têm instâncias e instâncias, assim como funcionários nem sempre ortodoxos. Tem importante capacidade de apresentar diversas faces. A primeira vista - durante o encaminhamento da demanda, quando respostas qualitativamente transformadas são factualmente observáveis - têm-se a impressão de que o Estado está evoluindo para posições mais democráticas, de compreensão das reivindicações. Mas é apenas impressão inicial porque ao final a demanda é absorvida, a denúncia veemente é engolida e o modelo excludente e autoritário fica mantido.

Uma vez executado o "serviço", o Estado se legitima tal qual é. Não se modifica. Não se descentraliza, não se democratiza e muito menos revê suas prioridades.

4 - Para demonstrar interna e externamente que o Movimento é um espaço de igualdade, de comunidade, de união e etc é preciso que se proclame insistentemente, nas falas e nos discursos, o caráter apartidário e ecumênico do Movimento. Isto tem um duplo efeito estratégico: primeiro, contribui para assegurar a unidade, coesão do grupo. Segundo, contribui para garantir a simpatia e o apoio de correntes de opinião da sociedade.

5 - Além do abrigo oferecido, a importância da propriedade escriturada de lote/casa reside na possibilidade de ingressar no mercado de consumo. O proprietário passa a ter crédito, pode endividar-se comprando a prazo bens de consumo, padrão de "civilização".

A propriedade também significa uma fonte de renda pela inexistência do pagamento do aluguel e recebimento do aluguel de algum barraco erguido no fundo do quintal.

O exercício de modestas atividades comerciais, garantindo alguma renda, é também muito comum no Jardim Filhos da Terra. Sobretudo entre aqueles moradores cujos lotes situam-se de frente para a Avenida Maria Amália Lopes de Azevedo.

6 - Do estudo específico dos Filhos da Terra, não nos é permitido afirmar que a função do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e do Partido dos Trabalhadores foi de vanguarda cuja missão seria o desenvolvimento de uma consciência mais politizada entre os ocupantes. Estes agentes externos, obviamente, manifestaram suas posições, mas de maneira geral, tiveram um papel de apoio, de auxiliares, não de dirigistas do Movimento.

BIBLIOGRAFIA

CASTELLS, M. - A questão urbana - Ed. Paz e Terra - RJ - 1983.

----- - Cidade, Democracia e Socialismo - Ed. Paz e Terra - RJ - 1983.

----- - "Crise de Estado, consumo coletivo e contradições urbanas" - In: POULANTZAS, Nicos (org) O Estado em crise - Graal - RJ - 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique - Autoritarismo e Democratização - Paz e Terra - RJ - 1975.

CARDOSO, Ruth - "Movimentos Sociais Urbanos: um balanço crítico" - In: ALMEIDA; M.H. & SORG, B. (org) Sociedade e Política no Brasil pós 64 - São Paulo - Brasiliense - 1983.

COGEP, PMSP e FUNDAP - O Planejamento Urbano em São Paulo. Documentos. Série Informação e Apoio ao Planejamento, 3 - 1979 - SP.

DOIMO, Ana Maria - Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular - Vozes, Petrópolis, 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio - A política dos outros. O cotidiano dos Moradores da Periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. Brasiliense - SP - 1984.

BOSCHI, Renato - Movimentos Sociais e Institucionalização de uma Ordem. Nova Friburgo - 1983.

CIGNOLLI, Alberto - Estado e Força de Trabalho no Brasil - SP - Brasiliense - 1985.

DURHAM, Eunice - "Movimentos Sociais - A construção da cidadania" - In: Novos Estudos (10) - SP - CEBRAP - outubro de 1984.

GOHN, M.G. Marcondes - Lutas por Moradia Popular em São Paulo - Tese de livre-docência - FAU/USP - 1986.

FUNDAP - Notas introdutórias sobre a construção de um objeto de estudo - o urbano - 1978 - mimeo.

JACOBI, Pedro R, - Políticas Públicas de Saneamento e Saúde e Reivindicações Sociais no Município de São Paulo 1974 - 1984 - Dissertação de Doutorado - FFLCH/USP - 1985.

----- - Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: Autonomia e controle popular versus cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. (org) Movimentos Coletivos no Brasil Urbano, RJ, Zahar - 1983.

----- - "Exclusão urbana e lutas pelo direito à Moradia". In: Espaço e Debates; nº 07, 1982 - SP.

----- - Movimentos sociais urbanos na década de 80, mudanças na teoria e na prática. In: Espaço e Debates (10) - SP, NERU - Set/dez. 1983.

KOWARIC, Lucio - "A expansão Metropolitana e suas contradições em São Paulo". In: Cadernos do CEAS - nº 102 - mar / abr. 1986 - Salvador.

LOJKINE, Jean - O Estado Capitalista e a questão urbana - Ed Martins Fontes - Trad. de Estela dos Santos Abreu - 1981 - SP.

KRISCHKE, Paulo José (org) - Terra de habitação x terra de espoliação, SP - Cortez - 1984.

MOISÉS, José Alvaro e outros. Contradições urbanas e movimentos sociais. RJ - Paz e Terra. 1978.

----- . Movimentos de mobilização popular na Grande São Paulo. In: Revista contraponto, nº 2 - RJ - 1978.

O'CONNOR, James - USA: a crise do estado capitalista. RJ - Paz e Terra, 1977 - Tradução de João Maia.

O'DONNELL, Guillermo - "Anotações para uma teoria do Estado." In: Rev. da Cultura Política nºs 3 e 4 - SP - CEDC - 1980/1981.

PRETECEILLE, E. - "Equipamentos coletivos e consumo social".

In: Estudos FUNDAP, nº 1 - SP - 1983.

SILVA, Pedro Luís Barros - "Políticas e Perfis de intervenção em atenção à saúde no Brasil: elementos para análise da ação estatal. In: CADERNOS FUNDAP, ano 3, nº 6, SP, Fundap, julho 1983.

REINACH, Henrique - "Projeto Vila Nova Cachoeirinha. Construção Habitacional por ajuda-mútua". In: Espaço & Debates, nº 14, 1985.

MOTHE, Daniel - Le Métier de Militant. Paris, Seuil, 1973.

VIEIRA, C.A. - Urbanização e custo da reprodução da força de trabalho. IPE/USP - SP - 1984

VILLAÇA, Flávio - O que todo cidadão precisa saber sobre HABITAÇÃO. Ed. Global - SP - 1986.

LEFEBVRE, Henri - O pensamento Marxista e a Cidade - Ulysseia - Portugal, 1972 - Trad. de Maria Idalina Furtado.

ANDRADE, Regis de Castro - Política Social e Normalização Institucional no Brasil. In: América Latina, novas estratégias de Dominação, 1980 - Vozes, Petrópolis.

CAPÍTULO III

ESTUDO DE CASO - FILHOS DA TERRA

III.3. A Consolidação de um novo Bairro - Jardim Filhos da Terra

III.3. A CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO BAIRRO - JARDIM FILHOS DA TERRA

O Movimento por Moradia Filhos da Terra que começou com o mutirão dos paroquianos que ergueram o barraco de Maria Aparecida junto ao córrego Piqueri, a 19/04/83, que invadiu a gleba da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo com 1027 famílias, a 11/02/84; acabou se consolidando concretamente no Jardim Filhos da Terra. É o resultado mais visível da luta por moradia. É de lutas individuais e coletivas que o espaço urbano da capital paulistana vai sendo construído.

O Jardim Filhos da Terra, segundo levantamentos da Associação de Moradores local, possui atualmente (1987) 1450 famílias. Cada família tem em média cinco componentes, o que totaliza 7.250 pessoas.

As casas, na sua maior parte construídas de alvenaria, são modestas, têm em média três cômodos - banheiro, cozinha e quarto - e metragem em torno de 35 metros quadrados. Dentro dos limites do novo bairro não há terrenos vagos. Em todos os lotes houve construção.

A topografia irregular, com trechos extremamente íngremes, dificulta a passagem de pedestres e automóveis pelas ruas de oito metros de largura cada. O esgoto corre a céu aberto pelas vielas desprovidas de calçamento ou asfaltamento. A inexistência de rede adequada para captação e escoamento dos esgotos é considerada um dos problemas mais graves do novo bairro.

A rede elétrica e a rede de água demoraram um ano para serem instaladas, e mesmo assim, depois de muita pressão junto aos órgãos encarregados. Em 24 de outubro de 1984 um grupo de 150 Filhos da Terra promoveu uma primeira manifesta

ção com este objetivo junto ao Gabinete da Secretária Municipal da Família e Bem Estar Social, Marta Godinho. Ela recebeu representantes do grupo que o assunto fugia à sua competência. Segundo Paula Ferreira Lima, o que se queria era intermediação:

"- Pedimos para Marta Godinho intermediar, porque a SABESP exigia um documento de propriedade ou cessão da área. As escrituras ainda tavam longe de sair. Mas a Secretária não deu uma resposta definida para a gente. Então resolvemos fazer um acampamento em frente à SABESP. Quando a SABESP soube deste acampamento, resolveu colocar água. Com a Eletropaulo não houve tanto problema. Começou a ligação, depois teve que parar porque foi indiciada (área sub-júdice), mas passado um tempo prosseguiu e ligou tudo. Tudo era na marra."

Pelo cadastro da população moradora do bairro, efetuado pela FABES em 1984, eram as seguintes as profissões mais frequentes, por ordem: diaristas, serventes de pedreiro, ajudantes gerais, pintores, ambulantes, carpinteiros e cabeleireiras.

Os moradores do bairro servem-se de quatro linhas de ônibus. As linhas "Campo Limpo" e "Vila Zilda" passam pela Estrada do Piqueri, e as linhas "Jaçanã" e "Vila Nova Galvão" passam pela Avenida Maria Amália Lopes de Azevedo.

Além da pequena praça batizada "Onze de Fevereiro", no topo do morro, não há nenhuma área de lazer. Também não há áreas verdes. A gleba foi integralmente utilizada para habitação. As áreas que no dia da invasão - onze de fevereiro - haviam sido reservadas para Igreja, creche e Centro de Saúde acabaram sendo demarcadas em lotes e distribuídos. O Posto de Saúde do Jardim Joamar atende a população. Há uma Escola de 1º e 2º Graus adjacente ao bairro.

Em nove de fevereiro de 1985, portanto, dois dias antes do primeiro aniversário da invasão, foi fundada a "Associação dos Moradores do Jardim Filhos da Terra". Houve comparecimento de 85% dos moradores que na ocasião elegeram Paula Ferreira Lima, Coordenadora Geral, cargo equivalente a Presidente noutras associações similares. O voto é pessoal e não familiar a partir dos 16 anos de idade.

Os dois primeiros artigos do Estatuto da Associação dizem o seguinte:

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM FILHOS DA TERRA, fundada oficialmente no dia 09 de fevereiro de 1985, constitui-se em Sociedade Civil, por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, Políticos Partidários ou religiosos, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, instalada com sede na Praça 11 de Fevereiro, Jardim Filhos da Terra.

Art. 2º - Constituem finalidades sociais da AMFT - SP

- a) Orientar e defender seus associados sem distinção política de raça, religião, cor ou sexo quanto a seus direitos e deveres na sociedade;
- b) Desenvolver o espírito associativo e fraternal entre os moradores;
- c) Desenvolver formas de organização entre os moradores na defesa de melhores condições de vida;
- d) Promover e apoiar todas as formas de manifestação da cultura popular;
- e) Promover atividades esportivas e de lazer entre os associados;
- f) Manter convênio e/ou se associar a entidades similares ou da mesma natureza;

- g) Divulgar e promover suas finalidades e atividades através de jornal próprio;
- h) Promover atividades educacionais e de formação em geral.

Em 1986 Paula foi reeleita.

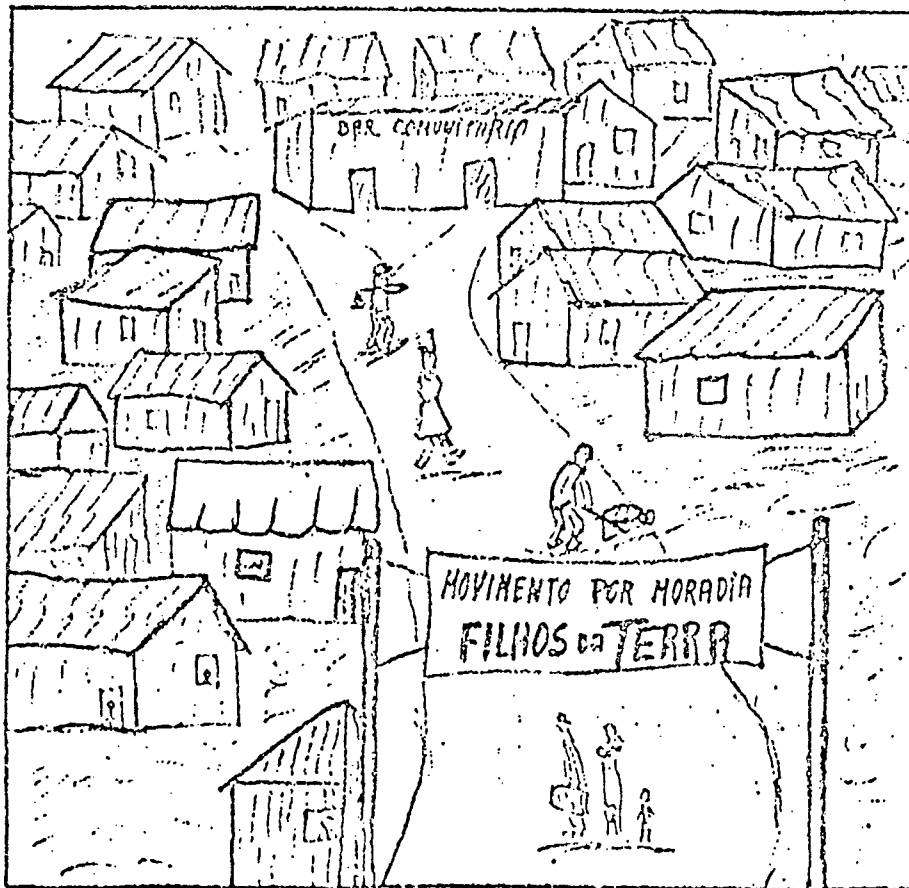
No segundo aniversário da ocupação houve grande festa em que participaram cerca de 600 pessoas. Através de fotos, "slides", encenações se reviveu os dois anos de caminhada na conquista da moradia.

Nos anexos a seguir, veja reprodução do folheto A VEZ DO POVO, elaborado pelo CDDH/VP, contando a história do Movimento.

a n e x o s

A VEZ DO POVO

INFORMATIVO DO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.
AV. ANTONELLO DE MESSINA, 772 - V. PAULISTANA - S.P.



Você tem em mãos mais um minuto de assunto. Se tiver a paciência de acompanhar o que está escrito neste "A VEZ DO POVO", poderá entender melhor porque as 1027 famílias que fazem parte do MOVIMENTO POR MORADIA FILHOS DA TERRA ocupam parte de uma grande área que a Santa Casa se diz proprietária na Vila Paulistana.

Se você pegar a Bíblia, vai ver que a Terra é de DEUS e, portanto, de todos. Deus não deu um pedaço grande para os ricos e nada para os pobres. Quando Deus criou o homem, entregou tudo o que havia feito e disse: CRESCER E MULTIPLICAI-VOS E DOMINAI A FACE DA TERRA" (Genesis)

O DIREITO DE MORAR está reconhecido no artigo 25 da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS que o Brasil também assinou:

"TODO HOMEM TEM DIREITO A UM PADRÃO DE VIDA CAPAZ DE ASSEGURAR A SI E À SUA FAMÍLIA, SAÚDE E BEM ESTAR, HABITAÇÃO"

Se estamos contra a lei dos homens é porque esta é injusta e não podemos aceitar. Mas a LEI DE DEUS é justa e nos assegura o direito a um pedaço de chão que nos dá o direito de poder construir nosso teto.

"A TERRA É PARA TODOS E NÃO SÓ PRO TUBARÃO".

11 de fevereiro - 11 de março:

Com a nossa chegada na TERRA PROMETIDA no dia 11 de fevereiro de 1984, parecia estar acontecendo o "sonho da casa própria". Em forma de mutirão começamos a construção do barracão. Ali onde abriga tudo: Famílias, cozinha, lugar de assembleias, cultos ecumênicos. Na mesma noite começamos a medir os lotes (5X20) e a construir. Era preciso somar o número de casas o mais rápido possível. Um novo bairro começou a nascer.

UMA NOVA ESPERANÇA QUE BROTA DA ORGANIZAÇÃO.

Neste mês, muitas coisas aconteceram:

A Santa Casa reagiu à nossa ocupação. Pediu reintegração de posse. Defende a propriedade com unhas e dentes.

Os "FILHOS DA TERRA" conseguem caçar a limi. nar. Faltou competência com o juiz da Vara Distrital do Tucuruvi.

FOI O COMEÇO DE UMA VITÓRIA.

Dia 19 de fevereiro, domingo, o Bispo D. Joel e mais alguns padres da região Norte celebrou uma missa campal.

Durante a Celebração, D. Joel ressaltou:

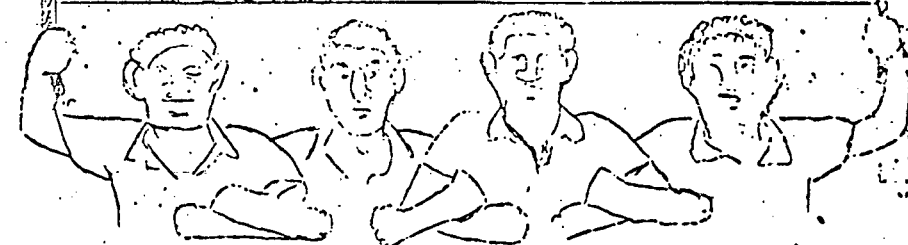


"...inquieto governo
na área
Agrária... a Reforma
agora. então que
solução para a
peço sem casa".

Mas A Santa Casa não quer desistir! Continúa o processo pedindo reintegração de posse no Fórum Central. Parecia iniciar a contagem regressiva. U. clima de tensão tomou conta do acampamento. Todos à espera da polícia...

Desde o começo os "FILHOS DA TERRA" estiveram abertos às negociações - vale lembrar que a ocupação foi para apressar as negociações. - Conseguimos contatos com FABES, Prefeitura...

QUEREMOS NEGOCIAR



No dia 23 de fevereiro, quinta-feira, fomos à Prefeitura com 3 ônibus lotados. Fomos na esperança de falar com o Prefeito Mário Covas. (Que se diz estar do lado do povo...)

Permanecemos o dia inteiro em frente à Prefeitura. Ficamos cantando, gritando, rezando... Eram crianças, homens, mulheres, todos querendo falar com o Prefeito. Só à tarde ele recebeu uma comissão de dez pessoas.

A resposta foi muito simples:



Não estamos mendigando. Estamos exigindo um direito que é de todos. Queremos que o Estado seja intermediário. Temos uma proposta para o problema de moradia.

* Que o Estado compre ou desapropriar a área.

* Conceda direito de uso gratuito à população, através de contrato.

* Ou venda nas seguintes condições:

- 7% do salário que ganha para quem tem 4 ou mais filhos;

- 8% para quem tem 2 ou 3 filhos;

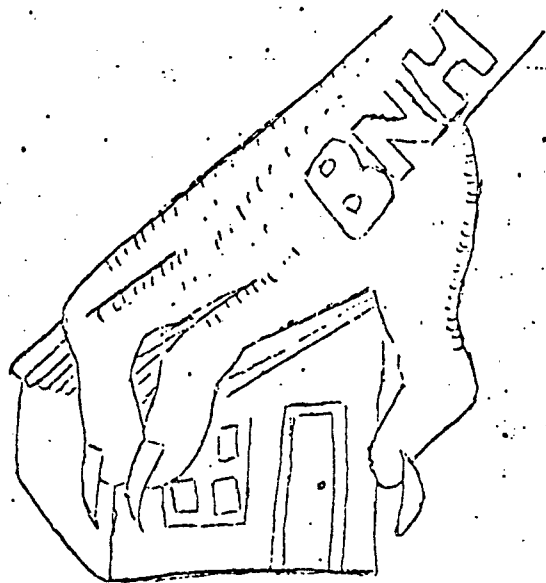
- 10% para quem tem um ou nenhum filho.

* Carência de um ano para construir as casas.

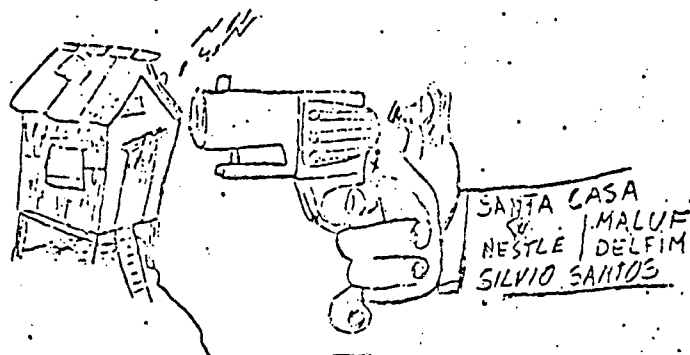
Desempregado não paga até encontrar emprego.

Cabe lembrar que esta não é uma proposta estatística. Isto é, que não se aceita discussões. Como os "FILHOS DA TERRA" estão querendo negociar, nossas propostas serão bem recebidas.

A decisão da Assembleia é a de não aceitar as armadilhas do Sistema Financeiro de Habitação.



No dia 24, sexta-feira, formamos uma comissão e fomos ao parque NOVO MUNDO ver nossos irmãos. Lá os "capangas" e a polícia derrubaram muitos barracos deixando o povo sem casa.



"INDIO" NO ESPÍRITO SANTO

Nosso companheiro de comunidade - o índio - foi, em janeiro, até o Espírito Santo, representando o Centro de Defesa dos Direitos Humanos para participar do III encontro nacional de Direitos Humanos. Este encontro conta com mais de 80 entidades, englobando várias religiões, que lutam em defesa da vida.

Durante os 3 dias, refletiram um pouco sobre a situação econômica do Brasil e fizeram o propósito de lutar em favor dos direitos dos trabalhadores para que TODOS TENHAM VIDA.

As principais propostas de trabalho, são:

- Lutar pela terra para que aqueles que nela trabalham possam tê-la como fonte de subsistência.
- Por ações concretas na conquista da terra e pela campanha nacional pela reforma agrária.
- Pelo direito de todos os trabalhadores, sem exploração.
- Pelo direito de moradia.
- Pelo direito à informação e o acesso à educação.
- Pelo direito de VOTAR PARA PRESIDENTE.

FABES E PREFEITURA SAEM DA NEGOCIAÇÃO

Sendo assim fomos ao governo do estado. Mantemos vários contatos. Abriu-se um canal de negociação. Nos informaram que a Santa Casa negocia se a área for desocupada. O Secretário de Habitação propõe negociação.

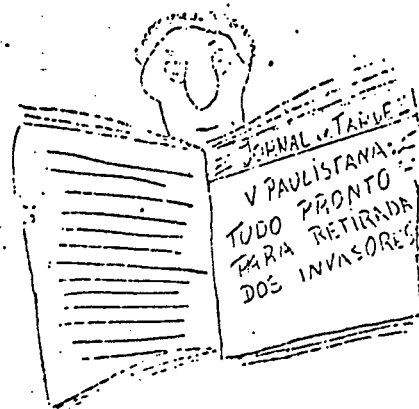
O Movimento aceita mas faz algumas exigências. E assim as negociações continuam.

Uma certeza nós temos: O governo pode desapropriar já que a lei federal nº 4132 de 10 de novembro de 1962 trata da desapropriação por interesse social. No artigo nº 20, a lei diz:

"CONSIDERA-SE DE INTERESSE SOCIAL:
A MANUTENÇÃO DE POSSEIROS URBANOS
ONDE, COM TOLERÂNCIA EXPRESSA OU TÁCITA DO PROPRIETÁRIO, TENHAM CONSTRUÍDO SUA HABITAÇÃO, FORMANDO NÚCLEOS RESIDENCIAIS MAIS DE 10 FAMILIAS".

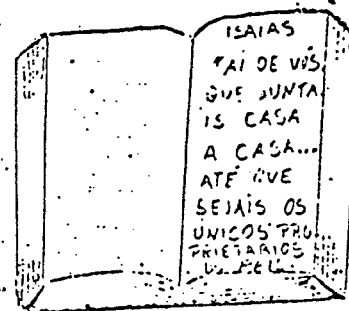
Vale lembrar que o movimento conta com 1027 famílias.

Nossa certeza é que não desanimaremos no meio do caminho porque a TERRA É DE TODOS.



Os jornais noticiam diariamente que o policiamento está de prontidão para a reintegração de posse. A tensão é grande, mas a coragem é maior pois acreditamos na força de Deus que é a força do POVO UNIDO.

No dia 11, domingo, comemoramos um mês de aniversário na TERRA PROMETIDA. Começamos com uma Celebração Eucarística. Depois houve músicas, poesias com os artistas do pedaço e no fim a apresentação e reflexão do filme "A LINHA DE MONTAGEM".



...E o poeta assim se manifestou:

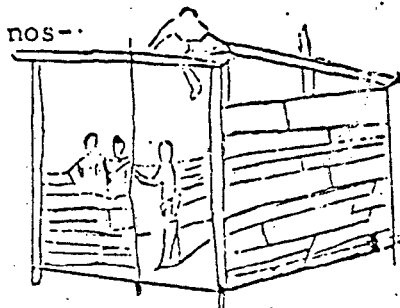
Já venho há muito tempo
acompanhando o movimento,
toda assembléia estou dentro
prá mim entender melhor.
Não quero vos deixar só
estou sempre no terreno
levando chuva e sereno
até a corda dar nó.

Ainda não fiz um hino
porque o tempo foi pouco
fiquei aqui dia e noite
como a coruja no toco.
Estou desempregado
estou comprando fiado
ainda esperando o troco

É triste a situação
de um pobre com patrão
sem arroz feijão e pão
e o fogão apagado
e já prá sêr despejado,
que não paguei aluguel
somente Papai do Céu
é o meu advogado.

(MIGUEL)

Já faz um mês que estamos
morando na TERRA PROMETIDA.
Houve muito esforço e sacri-
fício para construir as nos-
sas casas.

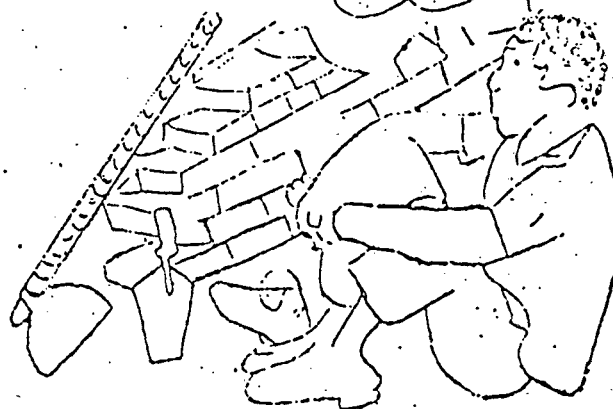


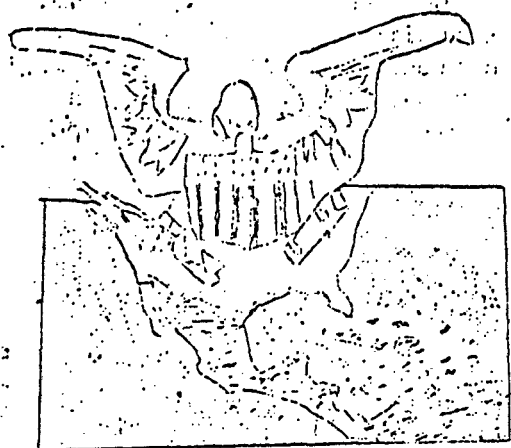
-Gente que perdeu emprego.

-Outros que adoeceram.

Só não faltou fé em Deus que "NA LEI OU NA
MARRA NÓS VAMOS GANHAR".

*Gostado:
Parramos a
vida inteira construindo
casa, e não temos onde
morar!*





REMEDIOS

CONTRA A

AGRESSÃO

Depois de 40 anos de luta, o povo nicaraguense conseguiu se libertar da ditadura de Somoza.

Mas os bandidos somistas, com apoio dos governos dos Estados Unidos e Honduras, voltam atacar o povo nicaraguense, bombardeando, incendiando e assassinando.

A Nicarágua precisa de medicamentos e médicos. No Brasil todos estamos recolhendo remédios para ajudar a revolução popular Sandinista a enfrentar a agressão.

Qualquer remédio serve, mas principalmente:
 ANTIBIÓTICOS - ANTIINFLAMATÓRIO - CICATRIZANTES -
 COAGULANTES - ANTISSEPTICO - Material para primeiros socorros (Gases, esparadrapos, algodão, seringa...)
 MATERIAL CIRURGICO - GLUCANTIME!

Informações no Centro de Defesa-Vila Paulistana

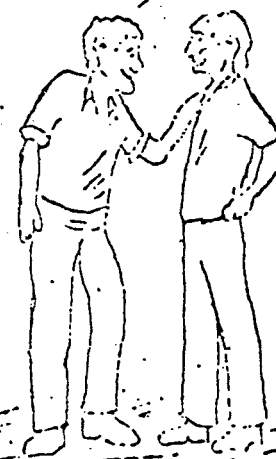
Nossa ocupação não foi a primeira e certamente não será a última. Outras ocupações, se não houver uma REFORMA AGRÁRIA, acontecerão. Temos aqui o depoimento de um companheiro de VILA UNIÃO:

A INVASÃO

... "Tudo começou devagarinho. Um terreno vazio, que parecia não ter dono, desabandonado. Neguinho sem dinheiro no bolso, desencaminhado da vida, com família prá criar. Me diga seu malandro: O que você fazia, vendo a chuva moía seus fio e a fome batendo forte, apertando as tripas? Ia tentá achá um lugar prá morá e construí a vida. Dessas maneiras, o pessoal foi chegando naquele terreno desabandonado, cortando os mato, levantando os barraco, se virando..."

(Socorro, personagem da Vila União)

COMPANHEIRO!
 A
 UNIÃO é
 nossa
 FORÇA



OBRIGADO PELO APOIO:

Agradecemos a todas as pessoas que nos apoiaram, enviando alimentos, dinheiro, cartas de solidariedade, material de construção, carros, roupas...

Temos certeza que nossa força e organização en contra mais VIDA na medida em que vocês nos apoiam.

Agradecemos:

Ao Pe. Raimundo, Olivio e comunidade Nossa Senhora do Carmo.

D. Joel, pe. Nadir, Simões, Dalmir, Ermenegildo.

Igreja Salette, Santana e Joana D'arc.

Comunidade São Gabriel de Osasco, Comitê Santo

Dias, Comissão de desabrigados de Petrópolis, Co-

missão Justiça e Paz de Florianópolis, Comissão

Arquidiocesana de Direitos Humanos de S. Paulo.

Associação dos moradores da Zona Norte, Associação

dos trabalhadores da Zona Norte. Diretórios e Par-

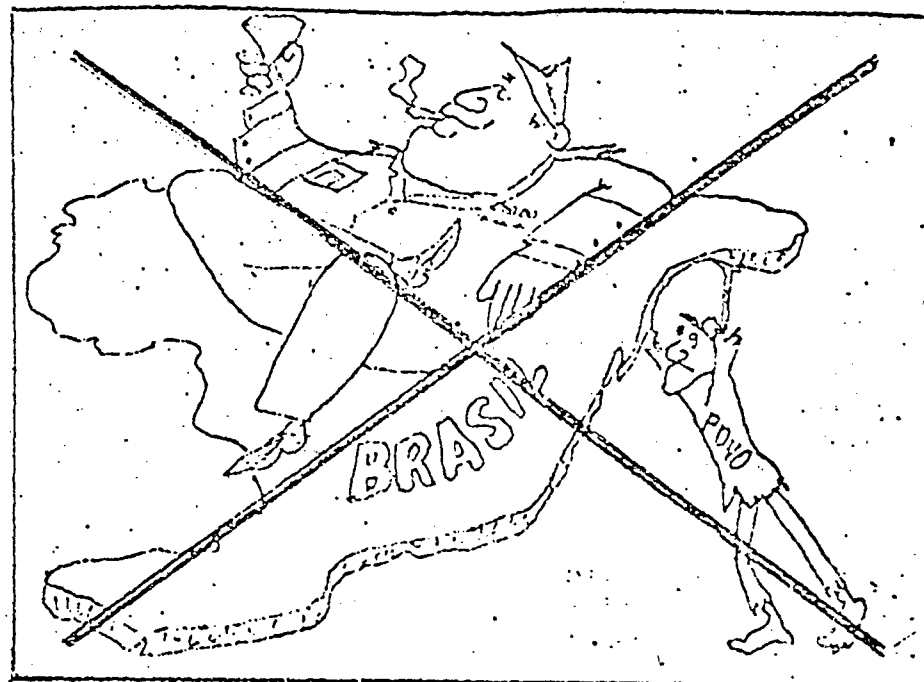
lamentares do Partido dos Trabalhadores e tantas

outras pessoas, entidades, associações... que, de

uma forma ou de outra, não cansam de colaborar na

construção de um MUNDO NOVO onde a lei que vigora

é a LEI DO AMOR.



PARA
QUE
TODOS

TENHAM



PARA
QUE
TODOS

TENHAM

VIDA

LUTE PELA TERRA

CAPÍTULO IV

ELEMENTOS PARA INTERPRETAÇÃO DO MOVIMENTO

ELEMENTOS PARA INTERPRETAÇÃO DO MOVIMENTO

O tratamento interpretativo, dentro do contexto da nossa pesquisa sobre o Movimento por Moradia Filhos da Terra, não é linear nem mecânico. Um caminho direto de causa-efeito que vai da marginalidade social dos grupos reivindicantes ao enfrentamento do institucional; ou então uma linha direta entre carência e mobilização, não condiz, em absoluto, com a realidade do nosso fenômeno em estudo.

O Movimento em si é permeado de contradições conforme se pode constatar através da leitura do relato histórico.

Há momentos em que o discurso dos filhos da Terra realça a autonomia, a independência e a desvinculação do Movimento de qualquer agente externo. Há, no entanto, na prática, outros momentos em que se busca deliberadamente o amparo do Clero, de Parlamentares e Militantes do Partido dos Trabalhadores, assim como do Prefeito Municipal e do Governador do Estado. Para citar um exemplo, o Prefeito foi o personagem mais combatido (repudiado em encenação pública) e ao mesmo tempo mais procurado pelo Movimento.

Há instantes em que se fala veementemente contra o sistema social capitalista excludente. Ao mesmo tempo, por outro lado, faz-se esforços no sentido de buscar saídas negociadas e conciliatórias para aquisição do terreno de propriedade da Santa Casa então invadido.

E há várias outras encruzilhadas. Há a possibilidade de analisar os Filhos da Terra sob o prisma da agressão ousada aos aparatos legais institucionais - invadir propriedade privada. Mas também salta aos olhos a sua vontade de adentrar no sistema, incluir-se no institucional, fugir do estado de exclusão e marginalidade em que se vive - Ter terreno e casa com escritura passada

em cartório; poder oferecer condições para os filhos estudar e mais tarde conseguir bons empregos.

Para se ter uma abordagem interpretativa capaz de dar conta desta multiplicidade de aspectos e feições assumidas pelo Movimento, é preciso vencer a tentação do raciocínio mecânico bem como transcender algumas amarras metodológicas de larga tradição acadêmica.

Num esforço para focalizar as diversas facetas do Movimento e seu contexto, distribuí esta parte interpretativa da dissertação nos seguintes recortes:

- (A) A percepção das carências - aglutinação e mobilização dos excluídos - tomada de consciência coletiva.
- (B) A "surdez" das autoridades e a precariedade dos canais de encaminhamento das demandas populares.
- (C) O papel dos agentes externos - Igreja Católica, militantes e Parlamentares do Partido dos Trabalhadores.
- (D) A presença contraditória da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado de São Paulo.
- (E) A Estrutura Organizacional do MMFT - Características.
- (F) A questão da democracia interna - Igualdade e unidade.

(A) A PERCEPÇÃO DAS CARÊNCIAS - AGLUTINAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS EX-
CLUÍDOS - TOMADA DE CONSCIÊNCIA COLETIVA

Quais os elementos deflagradores do Movimento Filhos da Terra?

Em primeiro lugar, sem dúvida, a deterioração e agudização das condições de sobrevivência de famílias pertencentes às chamadas camadas populares. Noventa por cento dos integrantes do Movimento se encontravam desempregados e parcela significativa se via impossibilitada de continuar pagando aluguel. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana - CDDH/VP somente cadastrava aquelas famílias cuja situação era crítica - ameaçadas de desabrigamento.

Conseguir um espaço na favela para erguer um barraco vinha ficando praticamente impossível. Anteriormente já falamos sobre a saturação das favelas existentes.

As tentativas isoladas de construir sobre terrenos municipais, bairros de córrego, várzeas recebiam a reação imediata da Administração Regional através da derrubada. O Barraco de Maria Aparecida junto ao córrego Piqueri, erguido em mutirão pela Comunidade Paroquial de Vila Paulistana no domingo de 19/06/83, foi posto ao chão três vezes pela Administração Regional de Santana - Tucuruvi.

Havia casos em que a própria vizinhança junto às áreas "disponíveis" se revoltava contra as tentativas de se levantar barracos. Moradores proprietários, via de regra melhor posicionados, com renda relativamente estável, de casa confortável, consideram maculosa a presença de barracos nos bairros onde moram.

Aquelas famílias que ainda conseguiam pagar aluguel geralmente moravam precariamente em garagens e porões, sem as mínimas condições de salubridade.

A este quadro de carência vamos somar um segundo elemento também importante na deflagração do Movimento: vamos chamá-lo de ele

mento catalizador. É representado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana. O padre Olívio José Bedin, Presidente do CDDH/VP, ao cadastrar as primeiras viúvas que o procuraram em busca de abrigo, desencadeou o processo de aglutinação de famílias em dificuldades semelhantes. Também podemos chamar tal processo de aglutinação e similares ou de iguais.

Assim que se espalhou pela região de Vila Paulistana a "notícia" de que o padre distribuiria terrenos e as pessoas foram até o CDDH/VP se cadastrar, criava-se uma massa com potencial reivindicatório.

A tomada-de consciência coletiva de que ali havia um forte potencial reivindicatório é o nosso terceiro elemento.

O desenvolvimento de uma consciência coletiva crítica representa a passagem da carência à reivindicação. É o momento em que se repensa a noção de sociedade, de direito e de cidadania. Questiona-se a legitimidade do Estado que, de acordo com a expectativa, deve promover condições mínimas de sobrevivência para todos. Questiona-se os diplomas legais que asseguram a posse de terra ociosa entre poucos proprietários dentro de um espetáculo deprimente de milhares de nômades involuntários por absoluta falta de alguns metros quadrados de terra para alojar a família.

É o momento crucial de percepção da ausência total de cidadania. Da auto-percepção de que se é um excluído.

A tomada de consciência é a etapa que medeia a necessidade e a reivindicação. É por isto que estas duas últimas não são mecanicamente causa-efeito. Nem sempre uma necessidade se desdobra em reivindicação.

É a convivência comunitária que vai permitir a identificação dos semelhantes e a tomada de consciência crítica. Há outros fatores externos que também podem contribuir. Os Filhos da Terra, além da experiência comunitária proporcionada pela sucessão de reuniões e assembléias convocadas por sua Comissão Organizadora, contaram também com posicionamentos "formadores" de consciência ori-

undas de membros da hierarquia Católica e militantes experimentados do Partido dos Trabalhadores.

Ainda no contexto dos Filhos da Terra não se pode perder de vista um quarto elemento a contribuir para a deflagração do Movimento. Era a expectativa de apoio por parte dos Governos Estadual e Municipal recentemente guindados ao poder através de um discurso oposicionista.

Tal apoio acabou não vindo. Foi somente expectativa. Mas de qualquer modo foi um elemento a mais na motivação dos Filhos da Terra.

Em março de 1983, pela primeira vez, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, de oposição desde que fora fundado, assumia o Governo Estadual e também, como consequência de dispositivos legais, a Prefeitura do Município de São Paulo. Isto porque o Governador tinha direito de nomear o Prefeito da Capital.

O novo grupo político no poder pautara, antes de eleito, um discurso em torno do combate sistemático ao regime autoritário, repressivo, concentrador de renda, alheio aos problemas populares, etc. Criticara duramente a atitude do Governo anterior (Maluf) que desalojava violentamente famílias que ocuparam terrenos sem posse legal.

Era portanto expectativa de que no novo governo as posições ou atitudes relativas às invasões de terrenos se revertissem, ou pelo menos passassem por alguma alteração qualitativa.

Várias vezes os membros da Comissão Organizadora dos Filhos da Terra se referiam ao novo Governo do PMDB com o adjetivo "democrático" (Governo Democrático de São Paulo).

Paula Ferreira Lima, que membro da Comissão Organizadora e atualmente (1987) é Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Filhos da Terra, nos afirmou em depoimento:

"A gente esperava que com o PMDB no governo ia ser diferente do Maluf (Governo anterior). O Mário Covas (prefeito) lavou as mãos quando a gente foi pedir apoio. Me lembro como se fosse hoje, a

gente tava em audiência com ele quando o assessor veio avisar que o Juiz tinha assinado a ordem de despejo. A gente tava na sala dele, na frente dele, daí pedimos pelo amor de Deus prá ele tentar segurar, fazer qualquer coisa prá não desalojar. Ele respondeu o seguinte: Não posso fazer nada, simplesmente.

Todo mundo se desiludiu com o PMDB. Até um dia o povo faz um teatrinho encenando o jeito do Prefeito Mário Covas dizendo assim: Vocês sabiam que não podia invadir, agora tem que arcar com as responsabilidades.

Eu esperava outra coisa dele."

O depoimento de Paula deixa patente que o entusiasmo na expectativa do apoio oficial do Estado e do Município também funcionou como elemento deflagrador da ocupação.

(B) "SURDEZ" DAS AUTORIDADES E PRECARIIDADE DOS CANAIS DE ENCAMINHAMENTO DAS DEMANDAS

Neste recorte pretendemos tratar das dificuldades que o Movimento por Moradia Filhos da Terra encontrou - na esfera das agências públicas - de se fazer ouvir, de fazer penetrar no seio do Estado a sua reivindicação. Acreditamos que seja um problema mais ou menos genérico para todos os Movimentos Sociais da nossa realidade urbana.

A intervenção do Estado na área da moradia popular sempre se fez sem participação alguma da população alvo. Nas políticas públicas de habitação popular têm prevalecido os interesses econômicos privados sobre os interesses sociais. Supostamente sociais, tais políticas constituem-se em poderoso instrumento de acumulação nas mãos de empresários da construção civil. Alberto Cignolli chama tal conexão de simbiose:

"O Estado opera por intermédio de uma série de organismos uma espécie de simbiose entre o público e o privado, na qual as empresas do capital monopolista desempenham papel importante, tanto pela transferência de tecnologia quanto pelo controle direto das sociedades assim constituídas".¹

Sem efetividade social, os gastos do governo mantêm a dinâmica excludente. Aliados deste jogo, os grupos populares dificilmente conseguem transpor as barreiras burocráticas, para nelas introduzir suas reivindicações específicas. Quando conseguem se fazer receber pelas agências públicas, raramente são ouvidos. A resposta invariavelmente descamba para o conhecido lado da protelação - fazer estudos técnicos, elaborar projeto, aguardar inclusão do gasto no próximo orçamento, aguardar novos empréstimos e outras justificativas

1-CIGNOLLI, Alberto - Estado e Força de Trabalho no Brasil - SP

de natureza tecnoburocrática que claramente visam o esvaziamento dos grupos coletivamente constituídos.

Os Filhos da Terra fizeram uma longa peregrinação pelas agências públicas antes de deflagrar a invasão em 11/02/84. Desde junho de 1983 se fizeram tratativas com o objetivo de conseguir as moradias para os integrantes do Movimento. É possível listar os órgãos públicos procurados: SEHAB, FABES, Administração Regional de Santana - Tucuruvi, COHAB, Caixa Econômica Estadual, Secretaria do Governo Municipal, Secretaria Municipal de Obras, Gabinete do Prefeito, Caixa Econômica Federal, BNH, Assessoria do Governador, além de Assembléia Legislativa e Câmara Municipal.

Todas declaravam não possuir competência ou condições de levar a cabo o problema específico dos Filhos da Terra. E recomendavam que se procurasse sempre outro órgão público. Isto durou oito meses.

Os Filhos da Terra só conseguiram ser convincentes quando efetivamente ocuparam o terreno da Santa Casa. Isto é, quando colocaram em xeque a legitimidade dos Poderes Constituídos assim como os aparatos legais que lhes dão sustentação. Quando provocaram um fato político de ampla repercussão na imprensa, na sociedade. Dali para frente foi impossível, para as autoridades, manter a "surdez".

(C) O PAPEL DOS AGENTES EXTERNOS - Igreja, Partidos Políticos

Desde o princípio os Filhos da Terra sempre se declararam apartidários e ecumênicos. Nas entrevistas dadas à imprensa, nas assembleias e mesmo nos depoimentos, os membros da Comissão Organizadora sempre fizeram questão de ressaltar esta dupla qualidade do Movimento.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana -CDDH/VP, ligado à Arquidiocese de São Paulo e trabalhando em conjunto com a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, teve um papel de fundamental importância, inegável para a consolidação do Movimento. Basta lembrar da fase embrionária do Movimento quando o padre Olívio José Bedin deu ouvidos a algumas viúvas desesperadas a procura de teto para abrigar seus filhos. Em seguida houve o mutirão patrocinado pela Comunidade Paroquial para levantar os primeiros barracos junto ao córrego Piqueri. Depois se começou a cadastrar as famílias em busca de teto e aconteceram as primeiras reuniões no Salão Paroquial.

Quando o Movimento decolou, o CDDH/VP entregou a direção para uma Comissão Organizadora eleita entre os próprios demandantes da moradia. Dali para frente assume um papel de acompanhante.

De abril de 1983 e até a construção do Barracão Comunitário no dia da ocupação, o CDDH/VP foi o centro físico de referência para o Movimento. Ali foram confeccionados os jornais, os panfletos, os cartazes e as faixas empregadas.

Vanderlei Dambrés, secretário do CDDH/VP, ex-seminarista, fez parte da Comissão Organizadora colocando-se doiturnamente a serviço do Movimento.

O pároco Raimundo Lipski, mesmo sem interferir diretamente, apoiou integralmente os Filhos da Terra. Na homilia de dois de abril de 83, foi ele que lançou publicamente a idéia de se organizar um movimento capaz de encaminhar os casos de falta de moradia que puluavam em Vila Paulistana, como de resto em toda cidade.

Dom Ivo Catapan, bispo da região, fez campanha para arrecadar

doações e celebrou Missa na gleba ocupada.

Diante de todos estes elementos, não há como negar que a Igreja Católica jogou um peso preponderante na mobilização do Movimento.

Na pesquisa que efetuamos não se constatou qualquer discriminação contra os não católicos. Vários foram os credos dos participantes e até hoje (1987) várias religiões são professadas no Jardim Filhos da Terra - Assembléia de Deus, Testemunhas de Jeová, Chegada de Cristo, Deus é Amor, Curas Divinas e do Sétimo Dia. Há também um número considerável de pessoas sem profissão religiosa.

Outro agente externo da maior importância para o Movimento foi o Partido dos Trabalhadores através de Militantes e Parlamentares.

Paula Ferreira Lima, Militante da Pastoral Operária do Partido dos Trabalhadores, foi liderança destacada na condução do Movimento. Dispunha de certo "know how" em "organização do povo e de invasão", segundo ela própria admite. Mora no Jardim Filhos da Terra onde já por duas vezes foi eleita presidente da Associação dos Moradores. Preenche o perfil de militante identificada com a causa. Era meta-lúrgica desempregada à época da ocupação tendo demarcado o seu próprio lote na gleba.

Lauro Ferraz foi outro militante do PT e também membro da Comissão Organizadora. Era estudante de Direito na PUC/SP e contribuiu com seu repertório para todos os envolvimento jurídicos do Movimento, que não foram poucos. É personagem de fora. É personagem de fora pois não estava exatamente buscando teto para morar tal qual Paula.

O Partido dos Trabalhadores, além destes dois destacados militantes, também ofereceu apoio através de alguns de seus Parlamentares - Vereadores João Carlos e Luiza Erundina e Deputados Eduardo Jorge e Irma Passoni. O apoio destes Parlamentares aconteciam nas Tribunas da Assembléia Legislativa e da Câmara dos Vereadores, na marcação de audiência com o Prefeito e outras autoridades, na Campanha por donativos e no oferecimento de seus veículos à Comissão Organizadora nas idas e vindas aos diversos Gabinetes.

Não obstante estas conexões com o Partido dos Trabalhadores, o Movimento Filhos da Terra sempre se confessou apartidário. Qual seria a razão?

Uma razão para o ocultamento de tais conexões talvez resida na importância de aparentar para a Sociedade exterior um espaço plural e democrático no seio do Movimento. É uma razão estratégica porque pretende vencer usando do apelo, buscando simpatias de setores da sociedade. Movimentos de base social restrita dão conotação de grupos fechados e obviamente não são tão bem vistos quanto seus similares mais abertos, amplos.

Outra razão para tentar explicar o realce do discurso em torno do apartidarismo e do ecumenismo quando há relações evidentes com a Igreja e o Partido dos Trabalhadores talvez corresponda, no plano externo, à necessidade interna de se eliminar diferenças entre os participantes.¹

Há um outro elemento a ser considerado - é a opção estratégica pela eficiência. Em poucas palavras este elemento pode ser colocado da seguinte maneira: evidentemente que se os Filhos da Terra fizessem uma opção pela desvinculação absoluta a qualquer ente externo, não poderia dispor dos importantes apoios da Igreja e do PT, o que poderia prejudicá-lo na sua eficiência.

Com efeito, a nosso ver, o PT e a Igreja não tiveram posturas dirigistas, de orientação, de vanguarda. O que nos permite afirmar que a autonomia do Movimento não chegou a ser comprometida. Tais entes externos foram sem dúvida importantes na articulação do Movimento sem contudo subordiná-lo. Reivindicou-se para mobilizar e não se mobilizou para reivindicar.

1-DURHAM, Eunice - "Movimentos Sociais - A Construção da Cidadania"

In: Novos Estudos (19) - SP - CEBRAP - Outubro de 1984 - pág. 30

(D) SOBRE A PRESENÇA CONTRADITÓRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO GO-
VERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado Capitalista precisa exercer simultaneamente funções con-
traditórias de acumulação e legitimação. De acordo com O'Conner,

*"isto quer dizer que o Estado deve tentar manter, ou
 criar, as condições em que se faça possível uma lucra-
 tiva acumulação do capital. Entretanto, o Estado tam-
 bém deve manter ou criar condições de harmonia social.
 Um Estado capitalista que empregue abertamente sua for-
ça de coação para ajudar uma classe a acumular capital
 às custas de outras classes perde sua legitimidade e,
 portanto, abala a base de suas lealdades e apoios. Po-
 rêm, um Estado que ignora a necessidade de assistir o
 processo de acumulação de capital arrisca-se a secar
 a fonte de seu próprio poder, a capacidade de produ-
 ção de excedentes econômicos e os impostos arrecadados
 deste excedente".¹*

Dentro desta linha de raciocínio, Andrade esclarece sobre a atu-
 ação do Estado Brasileiro pós-64:

*"O modelo social brasileiro caracteriza-se por uma con-
 tradição entre a necessidade de assimilar os trabalha-
 dores a uma ordem política nascida de um movimento an-
 ti-popular - o que requer esforço dobrado - e a capaci-
 dade política que tem o regime de impor aos trabalhado-
 res sacrifícios econômicos de toda sorte (garantindo a
 acumulação). O peso dos interesses capitalistas na for-
 mulação e execução da política social, a ênfase no obje-
 tivo de normalização, a expansão dos serviços associada*

1-O'CONNOR, James - USA: A Crise do Estado Capitalista- Paz e Terra
 1977, SP - pág. 19

a burocratização e a ineficácia, bem como dificuldades de assimilação na empresa - todas estas características são a contrapartida da selvageria do capitalismo no país, da qual o Estado é mantenedor e da qual o Estado contraditoriamente, tem que ser o disciplinador".¹

Com tal contradição presente no processo de atuação estatal - em que a decisão e a formulação de políticas públicas não obedecem à lógica do compromisso e da negociação com diferentes setores sociais e forças políticas - vai emergir a chamada "ação tecno-burocrática"². A máquina Governamental passa a viver o império dos feudos burocráticos.

Segundo Pedro Luís Barros Silva, este fenômeno configura:

"Uma multiplicidade de orientação a nível de definição de políticas inter e intra setoriais, criando-se constantemente jurisdições burocráticas (feudos) que obstaculizam modificações de forma automática e mecânica, segundo os interesses das classes, frações e aparelhos de representação política, mesmo das camadas dominantes".³

A linha de pensamento tentamos seguir até aqui em torno da coexistência de lógicas diferenciadas na ação do Estado, quer mostrar que as burocracias públicas não são unitárias. O Estado não é monolítico. Ao contrário, amiúde entre em contradições, tem atitudes ambíguas, modifica-se qualitativamente.

O argumento de que o Estado Capitalista é um mero braço mecânico da burguesia está ultrapassado por ser simplista. O Estado Capi-

1-ANDRADE, Regis de Castro - Política Social e Normalização Institucional no Brasil. In: América Latina, novas estratégias de Dominação, Petrópolis, Vozes, 1980, pág. 109.

2-CARDOSO, Fernando Henrique - Autoritarismo e Democratização - RJ-Paz e Terra - 1975.

3-SILVA, P.L. Barros - Políticas e perfis de intervenção em atenção à Saúde no Brasil: elementos para uma análise da ação estatal. In: Cadernos FUNDAP, ano 3, nº 6 - SP - Julho de 1983.

talista não é diretamente o Estado dos Capitalistas¹. Mesmo que o capital tenha um peso dominante, há momentos, que para não destruir toda ordem constituída, o Estado se vê obrigado a atender as classes populares de trabalhadores, legitimando-se.

Quando fazemos uma transposição para a realidade vivida pelos Filhos da Terra, isto nos fica claro. Os Poderes Municipal e Estadual, submetidos a pressões, acabam mergulhando num universo de posições desencontradas. Foram pressões de toda ordem - de um lado a lei da propriedade privada e de outro a veemência das reivindicações; enquanto o Prefeito Mário Covas ameaçava com medidas duras os invasores, seus auxiliares da FABES estimulavam-nos abertamente; o Governador Franco Montoro afirmava que a invasão era crime, mas ao mesmo tempo alguns dos seus secretários tentavam frear a ação da Polícia Militar.

O Deputado Estadual José Gregori, do PMDB, chegou a declarar, conforme se viu no nosso relatório: (17º dia de ocupação)

"- O Governo Estadual quer uma solução adequada, mas está numa corda bamba. O Jornal da Tarde faz acusações de conivência com as invasões e a oposição de direita pressiona".

Não podemos deixar de considerar tal declaração como sendo a necessidade de legitimação de um Governo. É a confissão da bipolaridade de legitimação x acumulação.

Por reiteradas vezes o Prefeito afirmou que não negociaria com invasores. Passados quase dois meses de ocupação quando a opinião pública passou a posicionar-se favoravelmente aos Filhos da Terra, ele acabou cedendo. Deu xinal verde à Secretaria da FABES para proceder às negociações com a Santa Casa.

O discurso da racionalidade tecnoburocrática também acabou cedendo, o que atesta uma mudança qualitativa a nível interno de buro

cracia pública. Técnicos da SEHAB - Secretaria Municipal da Habitação, que averiguaram a área antes da ocupação haviam garantido em laudo que o terreno não se prestava à edificação de habitações por ser "muito íngreme". Mais tarde se voltou atrás, liberando-se as construções. O perigo de desabamento "tecnicamente" se havia dissipado.

As agências burocráticas públicas apesar de crescentemente centralizadas, como é o caso brasileiro, possuem práticas ambíguas e contraditórias, sobretudo em razão de alterações que se operam no plano conjuntural.

Neste quadro fica difícil admitir-se o Estado como sendo simplesmente braço mecânico da burguesia. Há momentos em que a necessidade de legitimação se impõe, sob o risco de ruir todo o regime estabelecido, levando de roldão a própria burguesia.

(E) A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA MMFT - CARACTERÍSTICAS

De um lado os Movimentos sociais obedecem às suas próprias leis, distintas das leis de outros agrupamentos. Possuem seus próprios conflitos internos, carregam uma história pregressa própria, têm aspirações específicas, trazem tendências divergentes, abrigam pessoas de matizes ideológicos distintos e etc.

Por outro lado estão submetidos à necessidade operacional de divisão do trabalho e hierarquia¹.

O Movimento dos Filhos da Terra foi conduzido por uma Comissão Organizadora eleita em outubro de 1983, composta de 30 pessoas. Desta Comissão tomaram parte os elementos mais combativos e ativos do Movimento.

Com exceção de dois membros - Lauro Ferraz e Vanderlei Dambrés² - os demais membros da Comissão Organizadora foram absolutamente representativos das 1027 famílias ligadas ao Movimento: encontravam-se desempregados e na busca de moradia (o perfil da maioria).

A Comissão Organizadora, globalmente avaliada, conseguiu impor sua autoridade. A maioria das decisões foram facilmente acatadas, a penas algumas decisões precisaram de uma ação mais enérgica. Sobre esta questão, Expedito nos deu o seguinte depoimento:

"A gente da Comissão tava dia e noite a serviço do Movimento. O resto do pessoal via esse esforço da gente. Ninguém tava de brincadeira. Era uma luta pra valer. O que a Comissão decidia, tava decidido. Senão ia virar bagunça. A única coisa em que todo mundo podia segurar era a Comissão Organizadora.

Acho que a união de todos os que fizeram parte da Comissão foi muito importante na nossa vitória. A gente

1-MOTHÉ, Daniel - Le métier de militant - Ed. Sevil - Paris - 1973
pág. 9.

2-Lauro Ferraz era estudante de Direito e Vanderlei Dambrés era Secretário do CDDH/VP. Não participaram do Movimento com objetivo de conseguir para si uma moradia

... tinha que ser respeitado de qualquer jeito, por bem ou por mal.

Uma vez eu demarquei um lote para um rapaz e ele não construiu. Dei um prazo de três dias para ele construir. Quando deu três dias fui ver. Ele ainda não tinha construído. Aí dei o lote pra outro. Ele veio ratear comigo, tive que mostrar o revólver pra ele.

Sem obediência de todos eu acho que o nosso Movimento não tinha vingado como vingou. Os repórteres tavam de olho na gente. Qualquer escorregada e eles abriam a boca pro mundo. E o Movimento ia ficar prejudicado.

Não é fácil lidar com gente. Eu mesmo tive muitas desilusões. Quando os outros da Comissão me deram a tarefa de fiscalizar quem tava e quem não tava construindo e tirar o lote de quem não tava construindo, no começo não quis aceitar. Eles insistiram e me deram carta branca. Aí eu segurei as coisas de qualquer jeito, por bem ou por mal, na conversa e até na violência.

A distribuição de tarefas por subcomissões é uma prova de que o modelo da divisão do trabalho foi reproduzida pelos Filhos da Terra. Os participantes distribuíram-se nas subcomissões de Segurança, de barracão Comunitário, de negociação, de alimentação, de transporte.

A hierarquia ficou diluída dentro da Comissão Organizadora. Não havia formalmente ninguém com ascendência sobre os demais membros. Mas, ao se analisar mais de perto, veremos que os membros Paula, Expedito, Severino, José Gildo, Lauro e Vanderlei tinham uma inserção privilegiada dentro da Comissão.

Paula e Lauro eram ativos militantes do Partido dos Trabalhadores e tinham vivência de Movimentos Populares. Eram tribunos convincentes.

Expedito era o relações públicas e julgava as pendências que vez por outra apareciam na demarcação e posse dos lotes.

Severino teve um papel de técnico na demarcação dos lotes e planejamento das ruas da gleba invadida.

José Gildo foi o responsável pela segurança preventiva e Vanderlei Dambrés era o secretário do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana e fazia portanto as conexões com a Paróquia Nossa Senhora do Carmo e Arquidiocese de São Paulo.

(F) A QUESTÃO DA DEMOCRACIA INTERNA - IGUALDADE E UNIDADE

Os movimentos sociais reivindicatórios são gerados a partir da percepção de carências comuns. A partir, portanto, da aglutinação de "carentes".

Ao aglutinar-se, por razões culturais, econômicas ou mesmo políticas, passam a afirmar um determinado direito - direito à não discriminação, direito à rede de esgoto, direito a transporte, direito à educação e direito à moradia entre outros.

Diante da mesma carência, todos os elementos ligados ao Movimento, tornam-se iguais. Na ação conjunta passa-se a viver a experiência da comunidade.

Segundo Eunice Ribeiro Durham, os movimentos sociais se constituem em lugar privilegiado onde a noção abstrata de igualdade pode ser referida a uma experiência concreta de vida.

"Essa vivência da comunidade, isto é, da coletividade de iguais criada pela ação conjunta de todos, se dá numa dimensão própria que implica uma novidade muito importante: o reconhecimento da pessoa num plano público e não privado.

Na vida urbana de uma sociedade como a nossa, o indivíduo (parte indiferenciada da massa) só é plenamente reconhecido como pessoa, como sujeito, nos grupos primários que se estruturam na vida privada: a família, os parentes, os amigos, os vizinhos. Na esfera pública, tende a ser despersonalizado e figura como vendedor de força de trabalho, comprador de mercadorias, beneficiário do INPS, usuário do transporte coletivo, eleitor, homem-massa. Nos movimentos sociais de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo é um processo novo, o de constituição de pessoas na esfera pública, através do

jogo do mútuo reconhecimento que ocorre internamente, na prática comunitária.

Esta passagem da pessoa, da dimensão privada para a pública, pode ser a explicação de um fato muito significativo, que ocorre com extraordinária frequência nos depoimentos dos participantes desses movimentos: o de viverem essa experiência como um enriquecimento pessoal, uma intensificação de sua qualidade de sujeitos".¹

Mas este cenário de democracia e igualdade em que todos são convocados a ser sujeitos, a unidade surge também como necessidade estratégica de sobrevivência para os movimentos. Se num primeiro momento todos debatem, e expõem seus pontos de vista, num segundo momento é necessário promover o consenso a qualquer custo. É preciso que como resultado das amplas discussões se tire uma posição unitária, evitando-se a pulverização e o consequente enfraquecimento do movimento. Dissidências em momentos cruciais são perigosas.

Igualar, democratizar, pluralizar e ao mesmo tempo unificar foram verbos presentes na prática dos Filhos da Terra e reforçados permanentemente no discurso que se fazia "para dentro" e "para fora" do Movimento. Nos dois primeiros meses de ocupação do terreno houve assembléias quase diárias no Barracão Comunitário. Aliás, o Barracão, primeira edificação realizada na gleba invadida, já fora construído com o propósito de sediar as assembléias.

As assembléias eram longas e polêmicas e se reforçava continuamente o princípio de que todos tinham direito a colocar publicamente seus pontos de vista - igualdade.

Por outro lado também se consagrava a necessidade de consenso, união, o princípio de que a minoria deveria se submeter às decisões da maioria.

1-DURHAM, Eunice Ribeiro - Movimentos Sociais - a construção da cidadania. In: CEBRAP - Novos Estudos, pág. 28, nº 10.

Para os observadores externos, o Movimento dos Filhos da Terra, conforme se depreende de colocações junto à imprensa, conseguiu manter união e igualdade entre os participantes. Isto contribuiu para conseguir mais alguns pontos favoráveis junto à opinião pública.

Internamente houve algumas queixas contra a "imposição de consenso" praticada nas assembléias, sobretudo por membros da Comissão Organizadora. Para evitar a propagação das queixas para a sociedade, através da sociedade, optou-se pelo mecanismo da divisão de trabalho, conforme nos conta Expedito:

Ninguém aqui tava brincando de invadir. Todo mundo precisava de casa para morar e urgente. Tinha uns caras que quando via um repórter não sabia se comportar; por ignorância dizia o que se passava na cabeça na hora. Então reclamavam de coisinha miúda daqui de dentro. Não tinham idéia de Movimento e que era importante demais que a nossa imagem mundo afora fosse muito boa. Isto ia facilitar na hora de conversar com as autoridades. Se a gente passasse uma imagem de briga e desentendimento, nossa moral ia lá embaixo, ninguém ia dar apoio prá nós e a gente podia perder a causa. Então, pra evitar este negócio de alguém falar besteira, só eu passei a falar com as reportagens.

A assembléia mais polêmica foi a que tratou da aceitação (ou rejeição) da proposta de alojar as famílias, provisoriamente até que se concluíssem as negociações, numa Escola Pública, formulada pelo Secretário de Estado da Habitação. Para se evitar pulverizações, a Comissão Organizadora impôs, como garantia de unidade, seu próprio ponto de vista (pela rejeição).

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS

AVALIAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS

Descrevemos o cotidiano, as relações, os aspectos psico-sociais e culturais de grupo auto-denominado Filhos da Terra. Introduzimos interpretações e tentamos explicitar o processo político criado e conduzido pelo Movimento. Averiguamos a problemática subjacente às invasões de terrenos urbanos via estudo de caso.

As famílias dispersas por vários bairros paulistanos e vivendo condições subumanas de moradia conseguiram aglutinar-se em torno de uma bandeira reivindicativa e levá-la adiante. Vários fatores favoreceram a aglutinação, a mobilização e a organização, já vimos anteriormente. Afirmou-se o direito à moradia e se buscou no Estado a previsão da necessidade.

Depois de incontáveis negociações e inumeráveis momentos de apreensão conseguiu-se finalmente o atendimento satisfatório da reivindicação. Mas, e depois disso? Além do espaço da moradia que foi conseguido, houve alguma politização na forma de perceber as relações sócio-econômicas por parte dos participantes do Movimento por Moradia Filhos da Terra? Em outras palavras; em que medida a participação dos sujeitos contribuiu para aumentar-lhes o grau de politização?

De início encontramos dificuldades metodológicas para investigar o que chamamos de "aumento de grau de politização". Além da subjetividade envolvida há necessidade de se fazer avaliações qualitativas. Acabamos optando por fazer entrevis

tas abertas com a seguinte pergunta:

"- Compare as suas idéias antes e depois da participação no Movimento dos Filhos da Terra. Mudaram suas idéias sobre Governo, comunidade, direito à moradia, partidos políticos, propriedade privada e sobre trabalhadores? Diga o que mudou:"

Entrevistamos 17 pessoas ligadas ativamente ao Movimento; nove delas foram membros da Comissão Organizadora.

A seguir reproduzimos os depoimentos mais representativos escolhidos pelo maior número de semelhanças no grupo:

Sobre Governo:

"As autoridade só ajuda os pobre quando não tem outro jeito, quando os pobre resolve enfrentar elas"

"O Governo é feito de gente rica"

"O Prefeito deu cansera na gente, eu esperava que ele tivesse mais consideração com os pobrezinho. A gente tava desesperado e ele não fez nada".

Sobre Comunidade:

"Graças a Deus aqui a gente é tudo unido, porisso que a gente tem força prá conseguir as coisas. Na comunidade todo mundo precisa lutar junto. Lugar que tem de sunião e briga não vai prá frente".

Sobre Direito à Moradia

"Não existe direito de moradia prá pobre, se prá rico. A gente conseguiu este lote e esta casinha aqui no Filhos da Terra porque brigou muito, senão tava largado na rua".

"Foi Deus que deu esse lugarzinho prá nós, ninguém mais".

Sobre Partidos Políticos

"O PT foi o partido que mais ajudou a gente".

"O PMDB só veio aqui depois que tava tudo arranjado,

quando o Mário Covas veio entregar as escritura. Aí fizeram pose, mas o povo tava tudo sabendo que era falsidade. No começo eles quiseram até jogar a polícia contra nós".

"O PT ajudou a gente de tudo quando é jeito e não obrigou ninguém a entrar no partido deles".

"Quando a Marilda do PT se candidatou (1986) aqui todo mundo votou nela. Ela deu o sangue por nós. Pena que não foi eleita".

Sobre Propriedade Privada:

"Eu acho que tem que ter propriedade privada, só que precisava repartir melhor. Tem gente que têm de mais e outro tem de menos".

"A melhor coisa do mundo é chegar em casa, no lugar que é só da gente, onde a gente é proprietário e ninguém incomoda".

Sobre Trabalhadores:

"Todo mundo tem que trabalhar prá ter o pão de cada dia, Jesus Cristo já falava isso".

"Trabalhador que dá o duro não fica rico, só fica rico quem já nasce filho de rico".

"Eu gosto de ser trabalhador. Homem que é homem tem que enfrentar o batente".

Com base nestas declarações pudemos depreender o seguinte:

É difícil admitir o caráter potencialmente revolucionário dos Movimentos Sociais¹. De fato não são tão revolucionários

1-A maior parte dos entrevistados afirmou que suas concepções continuavam a mesma de antes da participação no Movimento dos Filhos da Terra. Que a participação apenas reforçou o que já sabiam.

como se pressupunha. Da mesma forma que é difícil pensar nos movimentos sociais de forma globalizante, é também difícil afirmar que o Movimento é uma Escola de política para os seus participantes. A politização varia de sujeito para sujeito. Há aqueles cuja visão de mundo se modifica radicalmente e há aqueles que a mantêm intacta. Nalguns aspectos existe mudança de concepção ou de percepção enquanto noutros aspectos tudo se mantém.

Nesse pressuposto de que a simples participação no Movimento seria suficiente para que as pessoas adquirissem a noção de sujeitos da história, construtores da própria vida e do próprio destino torna-se portanto insustentável.

Nosso segundo pressuposto dizia o seguinte:

O Movimento por Moradia Filhos da Terra foi capaz de, junto aos Poderes Públicos, gerar comportamentos ambivalentes e contraditórios ao colocar em xeque, com argumentos irrespondíveis, pelo desafio e pela ousadia, o sistema institucional-econômico vigente. Isto gera respostas qualitativamente transformadas no seio do Estado.

O estudo de caso que realizamos não nos autoriza a afirmar que Movimentos sociais do tipo dos Filhos da Terra sejam capazes de transformar o aparelho de Estado obrigando-o a se voltar para os interesses das camadas populares.

É verdade que o Movimento colocou em xeque o sistema econômico e institucional vigentes, questionou a legitimidade do Estado e desafiou-lhe os aparatos legais. Mas se fizermos uma avaliação de conjunto, veremos que transformações fundamentais não se produziram.

Enfim, o Movimento gerou, com sua ousadia, respostas qualitativamente transformadas no seio do Estado. Mas no final, o Estado absorveu a demanda. E manteve sua estrutura centralizada e autoritária.

Nesse terceiro pressuposto dizia o seguinte:

O Movimento por Moradia Filhos da Terra foi capaz de, junto à sociedade, criar correntes favoráveis de opinião. Colocar na ordem do dia a discussão sobre as mazelas e desigualdades sociais promovidas pelo sistema econômico capitalista concentrador que se encontra amparado pelos aparatos legais de Estado. Foi uma experiência modelar para outros agrupamentos sociais em condições similares.

O Movimento, de fato, recebeu inúmeras manifestações de apoio por parte de diversas correntes de opinião. Vieram e-las não só de São Paulo mas vários Estados brasileiros oriundos sobretudo de entidades de bairro, núcleos de partidos políticos, comunidades de base, entidades beneficentes, sindicatos, etc. A grande imprensa diariamente dedicava espaços dos seus noticiários para o episódio dos Filhos da Terra. Indubitavelmente se criou um fato político de ampla repercussão. Foi uma "novela" cujo desfecho se aguardou ansiosamente durante dois meses. Até nos comícios pró eleições "Diretas Já" se falou nos Filhos da Terra. O Governador do Estado, num palanque em Osasco foi publicamente questionado sobre as atitudes que tomaria em relação à ocupação. Dezenas de abaixo-assinados a favor do Movimento chegaram a circular.

Uma declaração surpreendente da "Comissão dos Desabrigados de Petrópolis (RJ)" nos chamou em especial a atenção. Dizia o seguinte:

- Achamos muito sugestivo o que vocês fizeram, e a partir daí começamos a amadurecer algumas idéias que já estavam em nossas cabeças. (Vide 14º dia de ocupação - carta de 22/02/84). É a explicitação de que o processo político desencadeado pelos Filhos da Terra passou a ser modelo para outro agrupamento social - no caso, os desabrigados de Petrópolis (RJ).

A nosso ver, o sucesso conseguido por um movimento isolado é motivo para que outros movimentos em condições similares também decidam por mobilizar-se; da mesma forma que há um refluxo quando alguma ocupação é violentamente desbaratada. Para nós, não há dúvida que as reivindicações que implicam na ampliação do consumo coletivo surgem onde são mais fáceis as possibilidades de êxito, ou como diz Eunice Ribeiro Durham, onde são mais facilmente atendidas e onde são maiores as chances de vitória¹.

A cobertura oferecida por meios de comunicação de massa possibilita que o fato político tenha uma repercussão ampliada. E a importância de tal repercussão, além de contribuir para criar correntes favoráveis ao Movimento e servir de modelo para movimentos similares, também reside no fato de que a sociedade nos seus diversos segmentos passa a tomar conhecimento e ter consciência das carências vividas pela periferia. Não nos resta dúvida de que as mazelas e desigualdades sociais geradas pelo sistema de organização social capitalista passam a constar da ordem do dia. Com os Filhos da Terra isto se deu. A propriedade privada urbana chegou a ser discutida e questionada conforme se constatou na imprensa do período.

Para reafirmar a importância que as correntes de opinião tiveram no Movimento dos Filhos da Terra, o provedor-mor fez a seguinte declaração à então Secretária da Família e Bem Estar Social do Município:

"- Nós vamos negociar o terreno porque a imagem da Santa Casa está, a cada dia que passa, mais desgastada perante a opinião pública."

1-DURHAM, Eunice R.-Movimentos Sociais - A Construção da Cidadania. In: CEBRAP-Novos Estudos, São Paulo, nº 10, out. 84, pag. 25.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

1 - Não existe uma relação direta de causa-efeito entre agudização circunstancial das condições de moradia popular e ocupações coletivas de terrenos urbanos. As dificuldades econômicas são apenas o princípio e os motivos deflagadores de uma ocupação têm que ser baseados nas micro-relações cotidianas dos grupos ocupantes; na sua consciência da exclusão, na sua percepção de cidadania, nas suas expectativas e nas facilidades técnicas de se organizar uma mobilização. Não cabe, portanto, no plano teórico, esquemas globalizantes de interpretação.

2 - A ocupação coletiva, por ser ato de desobediência civil, causa grande polêmica junto à sociedade, repercute na imprensa e atinge o Poder Público. Por este motivo o Estado se vê obrigado a negociar uma solução e o faz dialogando com os invasores através dos seus representantes. O diálogo significa a oficialização e a institucionalização do grupo social ocupante até então marginal, excluído e "nunca-ouvido". O mesmo Estado que até então se fazia de surdo ao clamor das queixas, agora reconhece publicamente a cidadania do Movimento.

Para sentar-se à mesa o Movimento precisa de um cacife. E o cacife advém da desobediência ousada. Sua repercussão é estrategicamente importante.

3 - As respostas dadas pelo Estado são via de regra ambivalentes, contraditórias e muitas vezes qualitativamente transformadas. Mas o conjunto de respostas desencontradas não autoriza a afirmar que o Estado se modifica a partir da pres

são veemente que sobre ele é exercida. O Estado, no seu aparelho administrativo, têm instâncias e instâncias, assim como funcionários nem sempre ortodoxos. Tem importante capacidade de apresentar diversas faces. A primeira vista - durante o encaminhamento da demanda, quando respostas qualitativamente transformadas são factualmente observáveis - têm-se a impressão de que o Estado está evoluindo para posições mais democráticas, de compreensão das reivindicações. Mas é apenas impressão inicial porque ao final a demanda é absorvida, a denúncia veemente é engolida e o modelo excludente e autoritário fica mantido.

Uma vez executado o "serviço", o Estado se legitima tal qual é. Não se modifica. Não se descentraliza, não se democratiza e muito menos revê suas prioridades.

4 - Para demonstrar interna e externamente que o Movimento é um espaço de igualdade, de comunidade, de união e etc é preciso que se proclame insistentemente, nas falas e nos discursos, o caráter apartidário e ecumênico do Movimento. Isto tem um duplo efeito estratégico: primeiro, contribui para assegurar a unidade, coesão do grupo. Segundo, contribui para garantir a simpatia e o apoio de correntes de opinião da sociedade.

5 - Além do abrigo oferecido, a importância da propriedade escriturada de lote/casa reside na possibilidade de ingressar no mercado de consumo. O proprietário passa a ter crédito, pode endividar-se comprando a prazo bens de consumo, padrão de "civilização".

A propriedade também significa uma fonte de renda pela inexistência do pagamento do aluguel e recebimento do aluguel de algum barraco erguido no fundo do quintal.

O exercício de modestas atividades comerciais, garantindo alguma renda, é também muito comum no Jardim Filhos da Terra. Sobretudo entre aqueles moradores cujos lotes situam-se de frente para a Avenida Maria Amália Lopes de Azevedo.

6 - Do estudo específico dos Filhos da Terra, não nos é permitido afirmar que a função do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e do Partido dos Trabalhadores foi de vanguarda cuja missão seria o desenvolvimento de uma consciência mais politizada entre os ocupantes. Estes agentes externos, obviamente, manifestaram suas posições, mas de maneira geral, tiveram um papel de apoio, de auxiliares, não de dirigistas do Movimento.

BIBLIOGRAFIA

CASTELLS, M. - A questão urbana - Ed. Paz e Terra - RJ - 1983.
 ----- - Cidade, Democracia e Socialismo - Ed. Paz e Terra - RJ - 1983.

_____ - "Crise de Estado, consumo coletivo e contradições urbanas" - In: POULANTZAS, Nicos (erg) O Estado em crise - Graal - RJ - 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique - Autoritarismo e Democratização - Paz e Terra - RJ - 1975.

CARDOSO, Ruth - "Movimentos Sociais Urbanos: um balanço crítico" - In: ALMEIDA; M.H. & SORG, B. (erg) Sociedade e Política no Brasil pós 64 - São Paulo - Brasiliense - 1983.

COGEP, PMSP e FUNDAP - O Planejamento Urbano em São Paulo. Documentos. Série Informação e Apoio ao Planejamento, 3 - 1979 - SP.

DOIMO, Ana Maria - Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular - Vozes, Petrópolis, 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio - A política dos outros. O cotidiano dos Moradores da Periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. Brasiliense - SP - 1984.

BOSCHI, Renato - Movimentos Sociais e Institucionalização de uma Ordem. Nova Friburgo - 1983.

CIGNOLLI, Alberto - Estado e Força de Trabalho no Brasil - SP - Brasiliense - 1985.

DURHAM, Eunice - "Movimentos Sociais - A construção da cidadania" - In: Novos Estudos (10) - SP - CEBRAP - outubro de 1984.

GOHN, M.G. Marcondes - Lutas por Moradia Popular em São Paulo - Tese de livre-docência - FAU/USP - 1986.

FUNDAP - Notas introdutórias sobre a construção de um objeto de estudo - o urbano - 1978 - mimeo.

JACOBI, Pedro R, - Políticas Públicas de Saneamento e Saúde e Reivindicações Sociais no Município de São Paulo 1974 - 1984 - Dissertação de Doutorado - FFLCH/USP - 1985.

----- - Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: Autonomia e controle popular versus cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. (org) Movimentos Coletivos no Brasil Urbano, RJ, Zahar - 1983.

----- - "Exclusão urbana e lutas pelo direito à Moradia". In: Espaço e Debates; nº 07, 1982 - SP.

----- - Movimentos sociais urbanos na década de 80, mudanças na teoria e na prática. In: Espaço e Debates (10) - SP, NERU - Set/dez. 1983.

KOWARIC, Lucio - "A expansão Metropolitana e suas contradições em São Paulo". In: Cadernos do CEAS - nº 102 - mar / abr. 1986 - Salvador.

LOJKINE, Jean - O Estado Capitalista e a questão urbana - Ed Martins Fontes - Trad. de Estela dos Santos Abreu - 1981 - SP.

KRISCHKE, Paulo José (org) - Terra de habitação x terra de espoliação, SP - Cortez - 1984.

MOISÉS, José Alvaro e outros. Contradições urbanas e movimentos sociais. RJ - Paz e Terra. 1978.

----- . Movimentos de mobilização popular na Grande São Paulo. In: Revista contraponto, nº 2 - RJ - 1978.

O'CONNOR, James - USA: a crise do estado capitalista. RJ - Paz e Terra, 1977 - Tradução de João Maia.

O'DONNEL, Guillermo - "Anotações para uma teoria do Estado. In: Rev. da Cultura Política nºs 3 e 4 - SP - CEDC - 1980/1981.

PRETECEILLE, E. - "Equipamentos coletivos e consumo social".

In: Estudos FUNDAP, nº 1 - SP - 1983.

SILVA, Pedro Luís Barros - "Políticas e Perfis de interven-
ção em atenção à saúde no Brasil: elementos para análise
da ação estatal. In: CADERNOS FUNDAP, ano 3, nº 6, SP,
Fundap, julho 1983.

REINACH, Henrique - "Projeto Vila Nova Cachoeirinha. Constru-
ção Habitacional por ajuda-mútua". In: Espaço & Debates ,
nº 14, 1985.

MOTHÉ, Daniel - Le Métier de Militant. Paris, Seuil, 1973.

VIEIRA, C.A. - Urbanização e custo da reprodução da força de
trabalho. IPE/USP - SP - 1984

VILLAÇA, Flávio - O que todo cidadão precisa saber sobre HA-
BITAÇÃO. Ed. Global - SP - 1986.

LEFEBVRE, Henri - O pensamento Marxista e a Cidade - Ulis-
sêia - Portugal, 1972 - Trad. de Maria Idalina Furtado.

ANDRADE, Regis de Castro - Política Social e Normalização
Institucional no Brasil. In: América Latina, novas estra-
tégias de Dominação, 1980 - Vozes, Petrópolis.